

ANPOCS **bib**

**Revista Brasileira de Informação Bibliográfica
em Ciências Sociais**

77

Neste número:

Ambiguidades e contradições na teoria do realinhamento

Teorias e interpretações

Abordagem do partido *network* no estudo de partidos políticos

Teoria do crime e da violência

Marialice Foracchi e a formação da sociologia da juventude no Brasil

ISSN 1516-8085

bib

**Revista Brasileira de Informação Bibliográfica
em Ciências Sociais**

BIB – *Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais* (ISSN 1516-8085) é uma publicação semestral da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS) destinada a estimular o intercâmbio e a cooperação entre as instituições de ensino e pesquisa em Ciências Sociais no país. A BIB é editada sob orientação de um editor, uma comissão editorial e um conselho editorial composto de profissionais vinculados a várias instituições brasileiras.

Diretoria (gestão 2015-2016)

Presidente: José Ricardo Ramalho (UFRJ); *Secretário Executivo:* Cláudio Gonçalves Couto (FGV - SP); *Secretária Adjunta:* Emília Pietrafesa de Godoi (Unicamp); *Diretoria de Publicações:* Adrian Gurza Lavalle (USP); *Diretores:* José Luiz de Amorim Raton Júnior (UFPE); Lúcio Remuzat Rennó Júnior (UnB); Patrice Schuch (UFRGS)

Conselho Fiscal: Maria Laura Viveiros de Castro Cavalcanti (UFRJ); Marcelo Kunrath Silva (UFRGS); Yan de Souza Carreirão (UFSC)

Coordenação: Adrian Gurza Lavalle (USP)

Editor: Márcia Lima (USP)

Comissão Editorial: Artionka Manuela Góes Capiberibe (Unicamp); Cristina S. Pecequilo (Unifesp); Gabriel Feltran (UFSCar); Oswaldo E. do Amaral (Unicamp)

Conselho Editorial: Brasílio Sallum Jr. (USP); Charles Pessanha (UFF); Gustavo Lins Ribeiro (UnB); Jane Felipe Beltrão (UFPA); João Emanuel Evangelista de Oliveira (UFRN); Jorge Zaverucha (UFPE); Lívio Sansone (UFBA); Lúcia Bógus (PUC/SP); Helena Bomeny (CPDOC-FGV/RJ); Magda Almeida Neves (PUC/MG); Paulo Roberto Neves Costa (UFPR); Roberto Grün (UFSCar)

Edição

Assistente Editorial: Mírian da Silveira Pavanelli

Preparação/revisão de textos/copidesque: Tikinet Edição Ltda. - EPP

Versão/tradução de resumos: Jorge Thierry Calasans (francês) e André Villalobos (inglês)

Edição eletrônica: Signorini Produção Gráfica

Appropriate articles are abstracted/indexed in:

Hispanic American Periodicals Index

BIB: Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais / Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais. -- n. 41 (1996), -- São Paulo : ANPOCS, 1996-

Semestral

Resumos em português, inglês e francês

Título até o n. 40, 1995: BIB: Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais.

ISSN 1516-8085

1. Ciências Humanas 2. Ciências Sociais 3. Sociologia 4. Ciência Política 5. Antropologia
I. Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais

CDD 300

Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais – Anpocs

Universidade de São Paulo – USP

Av. Prof. Luciano Gualberto, 315 – 1º andar

05508-010 São Paulo – SP

Telefax.: (11) 3091-4664 / 3091-5043

Apoio:



**Revista Brasileira de Informação Bibliográfica
em Ciências Sociais****Sumário**

Perdendo o fio da meada: ambiguidades e contradições na teoria do realinhamento	5
<i>Thiago Moreira da Silva e Lúcio Rennó</i>	
Teorias e interpretações	25
<i>Paolo Ricci</i>	
Abordagem do partido network no estudo de partidos políticos	45
<i>Camila Feix Vidal</i>	
Teoria do crime e da violência: uma revisão da literatura	69
<i>José Maria Nóbrega Jr.</i>	
Marialice Foracchi e a formação da sociologia da juventude no Brasil	91
<i>Nilson Weisheimer</i>	

Colaboraram nesta edição:

Lucio Rennó possui graduação (1995) em Ciência Política, mestrado (1997) em Ciência Política, ambos pela Universidade de Brasília (UnB), e doutorado (2004) em Ciência Política pela University of Pittsburgh. É professor adjunto do Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília. Possui como linhas de pesquisa: Instituições políticas, partidos e comportamento político. E-mail: luciorenn@unb.br

Thiago Moreira da Silva possui graduação (2010) em Ciências Sociais pela Fundação Getúlio Vargas, mestrado (2013) em História, Política e Bens Culturais pela Fundação Getúlio Vargas e atualmente é doutorando em Ciência Política na Universidade de Brasília. Possui como linhas de pesquisa: Partidos políticos e comportamento político. E-mail: moreiradasilvathiago@gmail.com

Paolo Ricci é professor de Ciência Política da Universidade de São Paulo (USP). É pesquisador do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebap) e membro do Núcleo de Estudos Comparados e Internacionais (NECI/USP). Publicou em periódicos nacionais e internacionais como *Dados*, *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, *Opinião Pública*, *Revista de Sociologia e Política*, *Journal of Latin American Studies*, *Journal of Modern Italian Studies*, entre outros. Desenvolve pesquisas sobre a evolução das instituições brasileiras em perspectiva comparada tendo como foco privilegiado partidos e sistemas partidários, o Congresso Nacional, as relações Executivo-Legislativo abordando-os dentro de uma perspectiva multidisciplinar que abarca os campos acadêmicos da história e da ciência política. E-mail: paolo.ricci@terra.com.br

Camila Feix Vidal é bacharel em Relações Internacionais pela Florida International University. Mestre e Doutoranda em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Linhas de pesquisa: Política Internacional, Partidos Políticos e Teoria Política. E-mail: camilafeixvidal@gmail.com

José Maria Nóbrega Junior é professor da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), pesquisador no Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido (CDSA) e coordenador do Núcleo de Estudos da Violência (Nevu) da UFCG. Tem doutorado e mestrado pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência Política (PPGCP) da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e graduação em história pela UFPE. E-mail: jmnobrega@ufcg.edu.br

Nilson Weisheimer, doutor em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e pós-doutor em Sociologia pela Universidade de São Paulo (USP), é professor adjunto da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). Líder dos Grupos de pesquisa Núcleo de Estudos em Agricultura Familiar e Desenvolvimento Rural (NEAF/UFRB) e do Observatório Social da Juventude (OSJ/UFRB). E-mail: nilson_weisheimer@yahoo.com

Introdução

Quando se reelegeu presidente pelo Partido dos Trabalhadores (PT), em 2006, a candidatura de Luiz Inácio Lula da Silva apresentava resultados numéricos semelhantes ao do pleito de 2002. Aqui como lá, vencia os concorrentes do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) com uma margem de cerca de vinte milhões de votos. Além disso, em ambos os pleitos, a vitória veio apenas no segundo turno. Em 2002, o PT teve 46% dos votos no primeiro turno e 48% em 2006. As semelhanças também se repetem no segundo turno, com 60,8 em 2002 e 61,2% em 2006. Por baixo do véu dessas cifras, que denotam extrema estabilidade e continuidade dos padrões de voto nas eleições presidenciais brasileiras, pode ser encontrado um vasto debate na ciência política brasileira sobre um possível processo de realinhamento eleitoral entre 2002 e 2006, com mudanças significativas nas bases de apoio do PT.

Mediante o uso de estratégias metodológicas variadas, diversos autores constataram que, de maneira comparada, a distribuição espacial do voto em Lula e o perfil de seu eleitorado se modificaram. O exame das duas eleições fundamentado no emprego de técnicas de análise de dados agregados (HUNTER; POWER, 2007; NICOLAU; PEIXOTO, 2007; SOARES; TERRON, 2008; ZUCCO, 2008) ou de investigações no nível individual (RENNÓ; CABELLO,

2010; BOHN, 2011; ZUCCO; POWER, 2013) conduziram a um só diagnóstico: o novo eleitorado do presidente era composto por cidadãos com baixos níveis de renda e escolaridade, sobretudo das regiões Norte e Nordeste do país – onde o candidato tampouco o PT não contavam com tanto respaldo eleitoral. Era a chegada do PT na periferia, outrora dominada por forças políticas ditas populistas ou conservadoras (SINGER, 2000).

O quadro que então se delineava ensejou especulações acerca de um possível realinhamento – evento que elucidada a alteração das clivagens eleitorais, definindo um longo ciclo político. Conquanto o conceito importado da literatura norte-americana não fosse uma novidade entre os politólogos nacionais (LAVAREDA, 1999; FREIRE, 2002), os postulados ganharam um impulso maior quando sugeridos por Singer (2009). No Brasil, o acontecimento é resultado daquilo que chama de “lulismo”: “um realinhamento político de estratos decisivos do eleitorado” e “expressa um fenômeno de representação de uma fração de classe [o *subproletariado*] que, embora majoritária, não consegue construir desde baixo as próprias formas de organização” (p. 83-84).

Os motivos para a conversão em pauta teriam um duplo sentido: de um lado, a aproximação dos grupos sociais de “baixíssima” renda, que foram beneficiados pelas conquistas

materiais provenientes dos programas de governo; de outro, o concomitante afastamento dos setores de classe média por conta da vinculação do mandato ao escândalo do “mensalão”, em maio de 2005, e de um “cerco político-midiático ao presidente” (Ibidem, p. 84). Ademais, o autor propõe a existência de um arranjo ideológico para o lulismo, característico do fragmento de classe representado, marcado pela “expectativa de um Estado suficientemente forte para diminuir a desigualdade, mas sem ameaçar a ordem estabelecida” (p. 84)¹.

Tal configuração ideológica, na leitura de Singer, se ajusta a uma perspectiva histórica do comportamento eleitoral dos cidadãos de estratos sociais menos favorecidos. Em sua leitura dos fatos, no escrutínio presidencial de 1989, assinalou “a interpretação de que os eleitores mais pobres buscariam uma redução da desigualdade, da qual teriam consciência, por meio de uma intervenção direta do Estado, evitando movimentos sociais que pudessem desestabilizar a ordem” (p. 87). Como resultado, essa parcela destinou seu sufrágio a Fernando Collor e se distanciou de Lula, cuja imagem estava estreitamente atrelada a greves e levantes trabalhistas. Ou seja, as ambições do *subproletariado* continuam idênticas, porém encontraram na liderança petista um articulador ideal. De certa forma, afirmações desse tipo põem em xeque a própria ideia de realinhamento, indicando continuidade de demandas e inclinações do eleitorado (RENNÓ; CABELLO, 2010, p. 44). Se algo novo existe nesse movimento, está na conversão de elites aos discursos e pretensões dominantes nas massas. Quem muda é o PT e há indícios claros disso em 2002, como nos deixa clara a famigerada “Carta ao Povo Brasileiro”.

Sendo assim, a pergunta central é: se há realinhamento, quando exatamente ele começa e o que o gera? Aparentemente, com base no dito anteriormente, o começo desse processo antecede 2002. Como argumentaremos logo a seguir, o conceito de realinhamento, em seu tratamento corrente no Brasil, sofre de um empobrecimento conceitual, uma tentativa exagerada de simplificá-lo, que contribui para as contradições já mencionadas.

O objetivo deste artigo é, portanto, oferecer uma explicação mais detalhada sobre o conceito de realinhamento, com a ambição de apontar elementos ausentes no uso corrente do conceito no Brasil. Prevalece aqui o entendimento de que a terminologia foi adaptada ao panorama político nacional sem maiores apresentações. Nesse sentido, convém revisar e esclarecer essa noção e as múltiplas teorias que a rodeiam. A tentativa de inspeção se justifica como auxílio para o avanço de futuras pesquisas empíricas. Nesse sentido, argumentamos que foram ignoradas as concepções, no plural, de realinhamento no debate brasileiro.

As múltiplas referências geraram um cenário de obscuridade acerca de seus indicadores, fato reconhecido pelo próprio Singer (2012). Sem se ocupar com as minúcias dessa noção, enunciou o interesse pela “ideia de que certas conversões de blocos de eleitores são capazes de determinar uma agenda de longo prazo, da qual nem mesmo a oposição ao governo consegue escapar” (p. 13-14). Enxergou no país uma conjuntura semelhante a que tivera Roosevelt em 1932. Diante desse painel, todavia, cabem algumas perguntas: afinal, a teoria edificada nos Estados Unidos serve ao contexto brasileiro? Quais seriam as causas desse fenômeno? E suas consequên-

1 Sobre o arranjo ideológico, Rennó (2010) discorda de Singer e afirma que “os lulistas não representam um novo realinhamento político-ideológico, com base em classe e ideologia, como argumenta Singer” (p. 40). São, sim, eleitores não alinhados, que votam baseados em suas avaliações retrospectivas do desempenho do governo e sem maiores inclinações ideológicas.

cias? E quanto aos tipos de realinhamento, existe mais de um? As respostas dessas e de outras questões são, pois, o objetivo das linhas que se seguem.

Com a intenção de suprir essa lacuna, este artigo se divide em quatro partes. Na primeira, são consideradas as origens do termo, relacionando-o com as pesquisas em voga durante as décadas de 1940 e 1950 nos EUA. Posteriormente, as confusões conceituais ligadas aos tipos, causas e consequências das teorias ganham destaque. A terceira seção enfatiza a periodicidade, a fim de contextualizar o leitor à situação política estadunidense. Nos comentários finais, algumas palavras sobre o conteúdo levantado e acerca da pertinência dos estudos de realinhamento para o caso político brasileiro.

Origens da teoria

Segundo Rosenof (2003), o percurso inicial da teoria do realinhamento seguiu um rumo alternativo aos estudos de comportamento eleitoral realizados nas décadas de 1920 e 1930 nos Estados Unidos, embora as matrizes desses caminhos estivessem entrelaçadas. Isso porque as pesquisas eleitorais da época ganharam força na ciência política norte-americana na esteira de uma mudança de paradigma conhecida como *behaviorismo* (PERES, 2008). A nova corrente trazia consigo a ideia de uma busca por maior cientificidade e de afirmação das análises empiricamente orientadas. Com efeito, a ruptura com o *institucionalismo* então vigente viria acompanhada de alterações de foco analítico e metodológico: o

exame das condutas dos votantes passou a ser pensado conforme uma dinâmica *processual*, relegando as *estruturas* a um segundo plano; de maneira correlata, a introdução de ferramentas metodológicas ligadas à estatística comportava diagnósticos voltados para a compreensão das mudanças políticas, privilegiando o dinamismo dos fenômenos observados.

Assim, a partir de investigações quantitativas, em especial de dados agregados, os temas do momento – campanhas, assuntos políticos (*issues*), candidatos e vinculações causais – eram submetidos ao escrutínio de especialistas, que tratavam os resultados das urnas à luz das particularidades dos pleitos específicos. Contudo, o mote de divergência da teoria do realinhamento se apoia justamente nesse ponto: ao invés de considerar as votações como fatos efêmeros, o modelo pretende amalgamar as séries eleitorais e dar-lhes significados em um contexto mais amplo.

Se a maneira de olhar o escopo temporal acusa a distinção das duas perspectivas, o ajuste das ferramentas desenvolvidas naqueles anos forneceu o suporte necessário para o surgimento de hipóteses de natureza macro, postas à tona no alvorecer das eleições de 1948². Antes, no entanto, vale explicar que, historicamente, o Partido Republicano (GOP)³ ocupava o posto de legenda predominante e suas sucessivas derrotas na década de 1930 para o Partido Democrata foram atribuídas pelos cientistas políticos a um ambiente de crise, decorrente das complicações ocasionadas pela quebra da Bolsa de Nova York, e em virtude da liderança pessoal do presidente

2 Em estudo sobre a teoria do realinhamento, Rosenof (2003) sugere que a primeira análise do tipo *partiu* do jornalista Samuel Lubell, em 1952. Lubell recusa a noção de um tradicional predomínio do Partido Republicano e adverte para uma alternância cíclica nas eleições norte-americanas na década de 1940.

3 Grand Old Party (GOP) é um termo comumente usado nos EUA para fazer referência ao Partido Republicano.

Franklin Roosevelt⁴. A vitória, em 1948, de Harry Truman, consolidando o sucesso dos Democratas, sobre Thomas Dewey, Republicano, punha em xeque as noções correntes e autorizava novas interpretações da conjuntura política estadunidense (ROSENOF, 2003).

Diante desse pano de fundo, Key Jr., politólogo radicado na Universidade de Chicago, lança o artigo “A theory of critical elections”, em 1955. De maneira introdutória, ele usava dados eleitorais do período de 1896 a 1928, apurados na região da Nova Inglaterra, para afirmar que as eleições são eventos que diferem em tipos, significados e consequências. A abordagem comparativa servia ao intento de mostrar que, vez por outra, a cena política se abria a ventos renovadores, cujos sopros estimulariam uma reorganização das elites partidárias, dos segmentos sociais e dos programas de governo. Dessa forma, as disputas políticas em períodos de grandes acontecimentos – nos casos da Guerra Civil, da crise do final do século XIX (que iremos retomar a seguir) e da Grande Depressão – ensejam a construção de novas lealdades, ao passo que fomentam um maior engajamento dos cidadãos.

Key (1955) descreve essas ocasiões como conjuntura de *eleições críticas*, segundo as quais os votantes estão “profundamente comprometidos, à medida que o envolvimento eleitoral fica acima da média, e cujos resultados decisivos revelam uma grande alteração nas clivagens pré-existentes do eleitorado” (p. 4, tradução nossa). Ademais, o produto desse quadro é o *rea-*

linhamento, ou seja, a mudança nas bases eleitorais dos partidos que “persiste por várias eleições subsequentes” (Ibidem). Nesse sentido, há de se ter em conta o destaque dado à dimensão da *durabilidade* como característica basilar do conceito em questão.

No caso brasileiro, quais hipóteses poderiam ser levantadas acerca das junções críticas que motivaram a formação do atual perfil ideológico do eleitor, que combina ordem e justiça social, leia-se redistribuição de renda? Alguns suspeitos emergem: a concentração de renda no período militar e o caos financeiro, fiscal e monetário da Nova República são candidatos natos a entendermos a combinação proposta por Singer.

Voltando aos Estados Unidos, não muito distantes de Chicago, outras teorias ajudavam a sedimentar as contribuições de Key. No final dos anos 1950, em Michigan, um grupo de pesquisadores, capitaneados por Angus Campbell, apresentava importantes aportes aos estudos dos determinantes do voto em solo norte-americano. No modelo indicado, o indivíduo se constitui como a unidade central de análise, mediante a qual são colhidas informações com o objetivo de compreender as motivações e crenças dos cidadãos. Essas componentes conformam as variáveis intervenientes entre fatores subjetivos e as circunstâncias objetivas em que repousam os atores (CASTRO, 1992).

Para chegar diretamente aos agentes, uma técnica de coleta de dados por amostragem, o *survey*⁵, dava carne às investigações

4 Roosevelt foi o único presidente norte-americano a se eleger por mais de dois mandatos. Chegou à presidência em 1932 e só saiu do cargo em 1945, quando faleceu.

5 *Survey* é um tipo de metodologia de pesquisa quantitativa, normalmente realizada com o auxílio de um questionário, visando à obtenção de informações acerca de características, ações ou opiniões de um segmentado populacional, indicado por um representante do grupo-alvo (FINK, 1995).

apoiadas na corrente psicossociológica⁶. O despertar da metodologia enunciava que “indivíduos semelhantes do ponto de vista social e de atitudes tendem a ter comportamentos políticos semelhantes, a votarem na mesma direção, independente dos contextos históricos” (FIGUEIREDO, 2008, p. 26). Se as respostas das urnas suscitavam limitações e apenas divulgavam os retornos dos sufrágios, o procedimento ajudava a perceber *como* e *por que* ocorriam os desenlaces eleitorais.

Grosso modo, as descobertas de Campbell e companhia atribuem ao ambiente social imediato, sobretudo à composição familiar, as opções políticas dos eleitores. Não obstante, as atitudes seriam fruto de um processo de *socialização política* – posição que contrariava as premissas elaboradas nos anos anteriores na Universidade de Columbia. Em *The People's Choice* (1944), Paul Lazarsfeld, expoente austríaco da escola, sublinhou a importância das características sociais na determinação das preferências políticas. Empregando um *survey* com margens mais limitadas, restritas a uma comunidade de no condado do estado de Ohio, Lazarsfeld constatou a baixa influência das campanhas e dos veículos de mídia em geral, na formação das escolhas dos votantes. A estabilidade das inclinações levou o autor a imputar à dinâmica de classe e às práticas ocupacionais o fator primordial dos votos dos cidadãos. A corrente sociológica, inaugurada nesse enredo, deixava a política a reboque dos determinantes sociais, refletindo a lógica de estudos realizados na Europa Ocidental. Por conseguinte, a participação política poderia ser esclarecida pela conjuntura socioeconômica e cultural e pelo intercâmbio dos agentes em grupos sociais específicos.

Embora ambas as escolas postulassem a *estabilidade* das preferências políticas, Michigan, ao focar o indivíduo e não os grupos sociais, emitia resoluções diferentes daquelas produzidas em Chicago. Na lente de observação desses estudos, a psicologia, a personalidade e as percepções individuais sobrepunham os contornos socioeconômicos. As constatações, empiricamente verificadas, apontavam, de um lado, para um eleitor sem um “sentimento de classe” e, de outro, para organizações partidárias menos fincadas na homogeneidade de suas bases sociais. O coeficiente estabilizador das predileções políticas seria, então, a *identificação partidária* – isto é, a vinculação psicológica dos eleitores a um determinado partido, construída mediante o processo de socialização primária, que influencia o comportamento eleitoral, as avaliações dos cidadãos da democracia e ao funcionamento da economia.

Assim, essa constante assume na obra *The American Voter* (1964), expressão maior do modelo de Michigan, o posto de variável independente, com existência relativamente autônoma perante os alicerces indicados pela abordagem sociológica. Também nesse trabalho, Campbell et al. traçam esquemas classificatórios para as eleições, divididos em três categorias: *realinhamento*, *desvio* e *manutenção*. A primeira assinala uma mudança grande e *durável* que ocorre nas identificações partidárias. A segunda versa sobre as alterações efêmeras nesses vínculos provocadas por fatores de curto prazo – assuntos particulares de uma campanha, rumos da economia, simpatia com lideranças políticas etc. E, por último, aquelas em que o partido majoritário se mantém como força predominante.

6 Basicamente, os estudos de comportamento eleitoral se baseiam em três correntes explicativas: a da escolha racional, a abordagem sociológica e a perspectiva psicossociológica. Sobre o assunto, ver Castro (1992) e Figueiredo (2008) dentre outros.

Ainda que tenham partido de direções distintas, Key e Campbell puseram nos trilhos da ciência política a teoria do realinhamento. Nas palavras de Rosenof (2003), os pressupostos confeccionados pelos dois autores concorreram para delinear os contornos “macro” e “micro” da teoria. Decerto, os *contextos críticos*, a vinculação afetiva aos *partidos* e a *durabilidade* das escolhas, erigidas naquele momento, persistiram como os pilares de sustentação dessas interpretações, que se propunham a colocar as eleições em perspectivas históricas. A receita iniciada na década de 1950, no entanto, seria fermentada nas décadas posteriores, incorporando ingredientes adicionais e o sabor de novas nacionalidades.

Na Europa, por exemplo, a teoria entra em cena na esteira dos postulados pós-materialistas desenvolvidos por Inglehart (1977). Para o autor, as democracias industrializadas fomentariam mudanças nas prioridades do eleitorado, mais atento a valores – como a manutenção da ordem nacional ou a proteção da liberdade de expressão – e menos preocupado com a insegurança material própria às gerações passadas. Nesse ínterim, discutiam-se a emergência de partidos verdes e de uma esquerda renovada, a partir dos anos 1970, podiam levar ao enfraquecimento das clivagens tradicionais – classe e religião – e dos partidos hegemônicos (BAKER, DALTON e HILDEBRANT, 1981; KNUTSEN, 1989; ROHRSCHEIDER, 1993).

Tendo isso em vista, cabe indagar se, dado o perfil de baixa identificação partidária, inclusive dentre parte significativa dos eleitores de Lula em 2006 (RENNÓ; CABELLO, 2010), é válido falar em realinhamento no Brasil, que por definição é sempre referente a preferências partidárias. Decerto, em um país onde as legendas são pouco institucionalizadas (MAINWARING; SCULLY, 1995) e as identidades partidárias fluidas (BATISTA, 2014) possivelmente é mais apropriado pen-

sar em um não alinhamento continuado no tempo. Na melhor das hipóteses, podemos pensar em um novo alinhamento partidário que surge oriundo do fim do bipartidarismo, hegemônico no período militar brasileiro. Vale lembrar que o PT é criado no ocaso do Regime Militar e formalizado na lei que restabelecia o pluripartidarismo, a Lei Federal nº 6.767, de 20 de dezembro de 1979.

“Tipos, causas e consequências”: enfrentando as contradições

Os inúmeros trabalhos publicados que adotam a teoria do realinhamento geraram um desconcerto em torno da sistematização do conceito. Com efeito, nota-se a incidência de várias exposições operacionais e indicadores referentes à terminologia. Sundquist (1983) ratificou o cenário ao ressaltar que: “depois de um quarto de século de estudos, o conceito de realinhamento partidário está longe de ser claro. Todos os especialistas usam o mesmo termo, mas fica difícil achar dois trabalhos que usem a mesma definição” (p. 4, tradução nossa). No esforço de organizar esses significados, optou-se por dividir os postulados contidos na literatura em três categorias: *tipos, causas e consequências* do realinhamento. Nem sempre, no entanto, a distinção das categorias figura de maneira explícita.

Tipos de realinhamento

Quatro anos após introduzir a discussão na academia norte-americana, Key (1959) se voltou ao estudo dos *tipos* de realinhamento. Na sua ótica, a trajetória dos eventos em pauta segue duas versões: uma repentina, caso das já citadas *eleições críticas*, e outra com caráter gradual, envolvendo desdobramentos de longo prazo. A novidade, dessa maneira, ficava por conta do

último tipo, os *realinhamentos seculares*, ou seja, quando as alterações do alinhamento eleitoral e de agrupamentos partidários renovados resultam de um efeito cumulativo no decorrer de extensos períodos de tempo. Os exemplos de *realinhamentos críticos* seriam dos decênios de 1860, 1890 e 1930; quanto aos *seculares*, Key cita os casos do apoio paulatino de uma comunidade de origem alemã aos Republicanos, em Ohio, e de um grupo de judeus em Boston que se tornou Democrata.

Na mesma direção, outros autores tentaram qualificar o fenômeno de acordo com sua magnitude. A taxonomia de Sundquist (1983) sublinha a dicotomia *maior* e *menor* como especificação dos tipos; Clubb, Flanigan e Zingale (1980) separam as categorias em *realinhamentos históricos*, os decênios citados no parágrafo anterior por Key, e *ajustamentos (adjustments)*, referência aos contextos de mudanças menores, estabelecidas no interregno das grandes agitações; Burnham (1967) prefere a expressão *sub-realinhamento* para tratar esses eventos que se interpõem aos acontecimentos *críticos*.

Acerca do assunto, posteriormente Sundquist (1983)⁷ questionou a necessidade dessa forma de particularização. Para o autor, o *ritmo* de variação não pode ser discernido facilmente:

Resumindo, se as forças do realinhamento estão operando, elas necessariamente afetam os eleitores em tempos diferentes – não de modos semelhantes em uma mesma eleição. Por essa razão, muitos analistas agora discutem *períodos de realinhamento* ou *eras* [grifo nosso]. Em algum grau, em outras palavras, todos os realinhamentos são de longo prazo – isto é, seculares – e isso mais confunde do que facilita o tratamento de *críticos* ou *seculares* como

modos separados e não fases de um mesmo processo. [...] Ritmo de realinhamento não é um critério satisfatório para classificar os realinhamentos. Um mesmo evento pode conter fases abruptas e lentas, mas continua sendo o mesmo fenômeno, um processo de mudança. *Eleições críticas*, em suma, são episódios na maioria dos realinhamentos; mas não definem um tipo (p. 12, tradução nossa).

Além de uma crítica, o excerto ilumina o principal subsídio de Sundquist à literatura: a noção de *períodos* ou *eras* de realinhamento. Aqui, surge a ideia de que esses incidentes “atingem seu clímax em uma ou mais eleições” (p. 294). Ou seja, ao invés de conceber a cadência, mais vale considerar o fato à moda de um *continuum*; no qual ora atuam compassos súbitos, ora são acionadas tendências gradativas, que contaminam os eleitores de modo divergente conforme o percurso dos acontecimentos.

Seguindo o raciocínio de Sundquist, os realinhamentos partidários, muitas vezes apresentados como episódios nacionais, obedecem a uma lógica de *escopo geográfico* regional, já que incidem com formatos incongruentes nas diversas áreas. Isso se justifica pela constatação que algumas divisões territoriais podem exibir padrões de organização e competição partidária dessemelhantes – nos EUA, esse aspecto ocorre notadamente entre o norte e o sul. Por esse motivo, a análise há de ter em vista a desagregação dos dados, com o objetivo de realçar os distintos paradigmas de comportamento eleitoral presentes em estados, distritos e municípios.

Clubb, Flanigan e Zingale (1980), também atentos ao *escopo geográfico*, procuraram quantificar as oscilações e acrescentam duas conotações ao gênero: de *surtos (surges)* – quando, em uma situação limite, os votos de

7 O livro de Sundquist, *Dynamics of the Party System: Alignment and Realignment of Political Parties in the United States*, tem a sua primeira versão lançada em 1973. No entanto, o autor revisita sua obra dez anos depois, em 1983.

cada estado se destinam 10% a mais para os Democratas em uma eleição⁸ – e de *interações* (*interaction*) – momento em que metade dos estados se tornam 10% mais Democratas e a outra metade 10% mais Republicana do que nos pleitos passados.

Causas do realinhamento

Como foi dito anteriormente, a maior parte dos autores constataram que as causas desse determinante eleitoral repousam sobre dinâmicas exógenas, em que um “detonador” movimentam a conjuntura política e, conseqüentemente, reorganiza o equilíbrio do sistema partidário. Quanto a isso, nenhum problema. O nó górdio da questão se encontra na especificação exata do motivo da conflagração política. Afinal, qual seria a razão central dos realinhamentos? Grosso modo, os politólogos concebem os móveis desses acontecimentos mediante interpretações que se concentram em elementos políticos, econômicos e/ou institucionais.

Para alguns, o realinhamento emerge no momento em que os eleitores mudam suas lealdades partidárias e passam a se identificar com uma legenda concorrente, ou quando os não alinhados se mobilizam dentro do sistema partidário existente (BECK, 1974; SUNDQUIST, 1983). No entanto, mesmo na seara que enfoca especificamente a dimensão política, algumas divergências podem ser iluminadas, em virtude do nível de análise considerado. Por vezes, os eleitores figuram na literatura como um agrupamento individual (SUNDQUIST, 1983; DALTON; FLANAGAN; BECK, 1984); em outras, são os segmentos sociais que ganham destaque (SCHATTSCHNEIDER, 1960; EIJK; FRANKLIN, 2009). Relembrando, o distan-

ciamento das perspectivas deriva das distintas influências das Escolas de Michigan e Columbia nos estudos de comportamento eleitoral. Na primeira acepção, a categoria *eleitorado* enfatiza a identificação partidária individual, definição ligada à tradição firmada em Michigan; em Columbia salientam-se as vinculações dos votantes aos grupos sociais.

De outro lado, Berg (2000), valendo-se de uma interpretação marxista da matéria, tenta balancear as dimensões políticas e econômicas tendo em vista o princípio de autonomia relativa das duas esferas, com a determinação dos condicionantes econômicos em última instância. Em suas palavras, “podemos dizer que a reestruturação econômica debilita o equilíbrio do quadro político existente, abrindo a possibilidade de um realinhamento; mas se isso de fato acontece, e a forma que a conjuntura assume, depende de determinantes políticos e ideológicos, não somente de causas econômicas” (p. 16, tradução nossa).

Burnham (1970), por fim, adiciona um fator endógeno: o funcionamento institucional, que dita a periodicidade do realinhamento. Conforme o prisma, a regularidade do espectro político é sustentada por elementos ligados à natureza dos organismos governamentais estadunidenses, em especial à separação dos poderes e aos mecanismos de freios e contrapesos (*checks and balances*). Nesses casos, o sistema socioeconômico se desenrola de uma maneira distinta das instituições eleitorais e da formação política, que não se atualizam de acordo com a dinâmica de transformação, provocando ajustes sociais defeituosos.

Assim, cabe levantar como hipótese elementos da continuidade e especificidade geográfica do realinhamento. No caso brasileiro, a discussão sobre o lulismo proposta por Singer aponta nessa direção, argumentando que a

8 Para Clubb, Flanigan e Zingale (2000), uma situação de surto ocorreu nos EUA nas eleições presidenciais de 1932.

transformação favorável à agenda do PT ocorrer em um segmento específico da população, o eleitorado de baixíssima renda. Já outros sugerem uma mudança geográfica do voto em Lula, que passa a ser predominante no Norte e Nordeste do país, associado à distribuição do Programa Bolsa Família nessas regiões (HUNTER; POWER, 2007; NICOLAU; PEIXOTO, 2007). Os indícios, portanto, seriam de mudança no eleitorado; mas, pode ser entendido como realinhamento?

Consequências do realinhamento

Quanto às *consequências*, Berg (2004) demonstra que a *estruturação das elites partidárias* tradicionais pode sofrer alterações em contextos críticos. As forças que contribuem para a reorganização de poder incluem disputas internas nas legendas, a *reestruturação de cima* e pressões externas de movimentos de massa de eleitores excluídos das esferas de controle, a *insurgência de baixo*. Na primeira, a fração hegemônica é afastada por outro núcleo, como na circunstância de formação do Partido Republicano – cuja classe dominante, atrelada ao capital industrial, tomou o lugar dos senhores de escravos que comandavam os Whigs⁹ no final da Guerra Civil norte-americana. Na segunda, as lideranças da legenda continuam relativamente as mesmas, ao passo que os revoltosos se integram a uma cúpula partidária reformada ou assistem às derrotas de suas lutas e reivindicações levadas à tona em determinado momento.

Schattschneider (1960), por seu turno, verificou que os realinhamentos são marcados por reviravoltas em termos de conflito, na *composição da agenda* da política dos EUA. Os partidos, durante os períodos críticos, discu-

tem um conjunto de novos assuntos (*issues*), e políticas de governo e a redistribuição do apoio do eleitorado acompanham o deslocamento dos embates em voga na sociedade. Avaliando os mesmos pontos de inflexão que Key, ou seja, as eleições de 1896 e 1932, Schattschneider pondera que o último pleito inaugurou transformações importantes nas políticas públicas, enquanto o pós-1986 não resultou em grandes mudanças. Também em Ladd e Hadley (1978), a conversão das lealdades partidárias aparece como resposta a alterações no contexto dos *issues* concernentes ao ambiente social e econômico. Na obra dos autores, no entanto, a renovação dos conflitos é a característica distintiva dos realinhamentos, não uma “consequência eleitoral que o fenômeno produz” (SUNDQUIST, 1983, p. 24, tradução nossa).

Burnham (1967, 1970) e Brady e Stewart Jr. (1982) mantêm o tom de crítica e defendem uma premissa semelhante. Brady (1988) afirma que “realinhamentos ou eleições críticas criam condições sob as quais as maiorias parlamentares são capazes de legislar em favor de políticas inovadoras” (p. 4, tradução nossa). Da mesma forma, Burnham (1970) expõe: “os pontos críticos estão intimamente associados e seguem as transformações em várias iniciativas governamentais” (p. 9, tradução nossa). Em outro trabalho, o autor postula o predomínio de políticas redistributivas nessas situações: “essas políticas [de redistribuição] são o coração dos períodos de realinhamento e aparecem como um de seus mais consideráveis sintomas” (Id., 1986, p. 270, tradução nossa).

O terreno caudaloso em que se sustentam as muitas teorias foi alvo central de Mayhew, em *American realignments: a critique of an American genre* (2002). No trabalho, são elencadas e testadas 15 assertivas que tan-

9 O Partido Whig foi fundado em 1833 em oposição ao Partido Democrata. Após os acontecimentos da Guerra Civil, os Whigs encerraram suas atividades e abriram espaço para a consolidação de um novo partido: o Republicano.

genciam esse universo – incluindo a magnitude de conversão dos votos, a influência de legendas que conformam uma terceira via, a polarização ideológica entre Republicanos e Democratas e os *issues* centrais das épocas. Pelos exames, Mayhew demonstra a falta de validade empírica de vários desses postulados. Não se trata, pois, de negar as modificações históricas dos partidos e do comportamento do eleitorado, mas defender o uso de interpretações alternativas para explicar as reviravoltas políticas. Em sua visão, três grandes temáticas, não contempladas, ajudam a entender melhor os rearranjos eleitorais: a belicosidade – efeito das guerras sobre a conduta do eleitor –, as questões raciais e o crescimento econômico.

Há, por conseguinte, imprecisão e inconsistência no uso do conceito de realinhamento. Das *causas* às *consequências*, passando pelas *unidades de análise* e a *tipologia*, a teoria engloba múltiplas possibilidades, sustentando mesmo enunciados contraditórios. A Tabela 1 mapeia os descompassos de entendimento dos autores citados até aqui. Vale reforçar, contudo, o caráter reduzido da exposição de uma fotografia com as muitas desarmonias suscitadas nessa literatura, que ainda não chegaram ao fim. A periodicidade dos realinhamentos, por exemplo, também ocupa uma posição fundamental no desarranjo das concepções e será retratada na seção seguinte.

Tabela 1.
Definições de realinhamento

Tipos	<p>Quanto à magnitude:</p> <p>Grandes</p> <p>Pequenos</p> <p>Quanto ao ritmo:</p> <p>Realinhamentos críticos</p> <p>Realinhamentos seculares</p> <p>Quanto ao escopo geográfico:</p> <p>surtos (surges)</p> <p>interações (interactions)</p>	<p>Referências</p> <p>(SUNDQUIST, 1983; CLUBB; FLANIGAN; ZINGALE, 1980)</p> <p>(Ibidem; BURNHAM, 1967)</p> <p>(KEY, 1959)</p> <p>(Ibidem)</p> <p>(CLUBB; FLANIGAN; ZINGALE, 1980)</p> <p>(Ibidem)</p>
Causas	<p>Fatores exógenos:</p> <p>mudanças nas lealdades partidárias do eleitorado</p> <p>reestruturação econômica</p> <p>Fatores endógenos:</p> <p>configuração institucional</p>	<p>(BECK, 1974; SUNDQUIST, 1983; DALTON; FLANAGAN; BECK, 1984)</p> <p>(BERG, 2000)</p> <p>(BURNHAM, 1970)</p>
Consequências	<p>reestruturação do sistema partidário</p> <p>emergência de novos issues</p> <p>criação de novas políticas públicas</p>	<p>(BERG, 2004; CREWE, 1985)</p> <p>(SUNDQUIST, 1983; BURNHAM, 1970; BRADY, 1988)</p> <p>(BURNHAM, 1970; BRADY, 1988)</p>
Unidade de análise	<p>agrupamento individual do eleitorado</p> <p>segmentos sociais</p>	<p>(SUNDQUIST, 1983; DALTON; FLANAGAN; BECK, 1984)</p> <p>(SCHATTSCHEIDER, 1960; EIJK, 1983)</p>

Fonte: Elaboração do autor

Períodos de realinhamento nos EUA

Conquanto exista um extenso debate acerca da precisão do conceito e a despeito das definições utilizadas, para os estudiosos do assunto persiste um consenso de que houve três realinhamentos maiores: o dos anos 1850, quando os Republicanos substituem os Whigs e se impõem como partido dominante; a incorporação do Partido Popular aos Democratas, fortalecendo a hegemonia do GOP; e o da década de 1930, época do New Deal¹⁰ e da guinada dos Democratas ao comando do sistema político norte-americano. Não obstante, a periodicidade da teoria não se reduz aos tempos citados e contempla outros, sobretudo 1960 e 1990 – também considerados a seguir.

Com o objetivo de facilitar a compreensão dos leitores e dar um aspecto mais “visual” à categorização, o Quadro 1 apresenta a lista dos presidentes dos EUA de 1853 a 1961, temporada dos realinhamentos consensuais – nomenclatura utilizada para evitar maiores confusões de terminologia. Na disposição do quadro cumpre assinalar que as eras exibidas refletem alguma alternância de poder entre as legendas principais do sistema partidário estadunidense. Isso se explica porque a lógica de dominação não funciona segundo um nexo de controle absoluto, mas de predomínio relativo de um partido sobre o outro, em um intervalo específico de tem-

po. Contudo, para efeito de contextualização, as épocas e suas conjunturas merecem breves apontamentos.

Primeiro realinhamento. As eleições deste período foram marcadas por um enredo de agitações abolicionistas que culminariam na Guerra de Secessão, travada entre 1861 e 1865 (SUNDQUIST, 1983). Embora correntes abolicionistas tenham entrado na arena eleitoral na década de 1840, somente nos anos seguintes a supressão da escravidão ganha o posto de debate central na política norte-americana, quando os industriais do norte passaram a lutar contra a medida.

A temática dividiu as elites, enfraqueceu as bases intersetoriais das legendas existentes – os Whigs e os Democratas – e deu oportunidade ao surgimento de um novo partido: os Republicanos, vistos como o melhor instrumento de combate à escravidão. Em 1960, Abraham Lincoln, candidato dos Republicanos, é eleito com cerca de 60% dos votos e imprime o primeiro mandato da sigla, que disputava o pleito presidencial pela segunda vez¹¹. Aqui, portanto, o realinhamento se deu na medida em que parte do eleitorado começou a destinar seus votos a uma legenda alternativa, que assumiria o papel principal do sistema partidário nas eleições subsequentes.

10 O New Deal foi um conjunto de medidas econômicas voltadas ao combate a crise que se abateu nos EUA após a quebra da Bolsa de Nova York, em 1929.

11 A primeira disputa presidencial dos Republicanos foi em 1856, quando John Fremont alcançou 33% dos votos (BERG, 2004).

Quadro 1 Realinhamentos consensuais nos EUA

Primeiro realinhamento: 1850 – 1890		
Ano	Presidente	Partido
1853-1857	Franklin Pierce	Democrata
1861-1865	Abraham Lincoln	Republicano
1865-1869	Andrew Johnson	Democrata
1869-1877	Ulysses S. Grant	Republicano
1877-1881	Rutherford B. Hayes	Republicano
1881-1881	James A. Garfield	Republicano
1881-1885	Chester A. Arthur	Republicano
1885-1889	Grover Cleveland	Democrata
1889-1893	Benjamin Harrison	Republicano
1893-1897	Grover Cleveland	Democrata
Segundo realinhamento: 1890 – 1930		
1897-1901	William McKinley	Republicano
1901-1909	Theodore Roosevelt	Republicano
1909-1913	William H. Taft	Republicano
1913-1921	Woodrow Wilson	Democrata
1921-1923	Warren G. Harding	Republicano
1923-1929	Calvin Coolidge	Republicano
1929-1933	Herbert Hoover	Republicano
Terceiro realinhamento: 1930 – 1960		
1933-1945	Franklin D. Roosevelt	Democrata
1945-1953	Harry S. Truman	Democrata
1953-1961	Dwight D. Eisenhower	Republicano

Fonte: WHITE ROSE (2008)

Segundo realinhamento. No final do século XIX, um novo confronto expõe as diferenças socioeconômicas das regiões norte-americanas, notadamente entre leste e oeste. Dessa vez, contudo, a rezinga fortaleceu o *status quo*. À época, os fazendeiros de diversas etnias e regiões se uniram para com-

bater a conjuntura econômica vigente, que favorecia os industriais e o capital financeiro situados no leste (SUNDQUIST, 1983). Suas reivindicações, condensadas eleitoralmente no Partido Popular (People's Party), sugeriam uma reforma radical – incluindo a estatização de ferrovias, a conversão do siste-

ma monetário para o bimetalismo (Ibid.) e um plano de suporte de crédito agrário.

No entanto, segundo Berg (2000), o avanço do Partido Popular “foi atrapalhado pelo racismo no sul, e em 1896 não resistiu à pressão por se acoplar aos Democratas ao redor de uma plataforma que tinha como mínimo denominador comum a livre cunhagem da prata” (p. 18, tradução nossa). O resultado eleitoral foi favorável aos Republicanos, com a vitória de McKinley sobre Bryan (Democrata). Assim sendo, o realinhamento de 1890 sublinha que a teoria não presume necessariamente uma mudança drástica da situação política. A postura dos Democratas, aliados à terceira via que despontava, causou dividendos eleitorais significativos, que perduraram décadas a fio e solidificaram a liderança dos Republicanos.

Terceiro realinhamento. A mudança colocada em movimento na década 1930 foi ocasionada pela Grande Depressão. A quebra da Bolsa de Nova York e a política conservadora tocada pelo presidente republicano Herbert Hoover trouxeram dispendiosos custos eleitorais para o GOP. Naquela ocasião, os eleitores, sobretudo os das cidades industriais do norte, pertencentes à classe operária, saíram da égide dos Republicanos e depositaram suas esperanças no Democrata Franklin Roosevelt, que paulatinamente ajustava seu discurso rumo a programas de maior intervenção estatal na economia.

Nos dizeres de Sundquist (1983), a maioria dos votos dados aos Democratas, em 1932, abriu caminho para o realinhamento futuro, já que para se assentar o fenômeno “necessita que os votantes que mudaram seus votos permaneçam na mesma posição. Nesse caso, eles serão mais do que avessos a Hoover e apoiadores de

Roosevelt; e começarão a se pensar como Democratas” (p. 210, tradução nossa).

Realinhamentos posteriores

Se existe, de fato, alguma concordância quanto aos três realinhamentos expostos, isso não acontece em períodos posteriores. Os casos da década de 1960 e 1990 reforçam esse entendimento. Decerto, o primeiro momento figura como um dos períodos de maior agitação social da história dos EUA. A emergência e o fortalecimento dos movimentos sociais de então – sobretudo dos grupamentos feministas e em favor dos negros – e, conseqüentemente, os desafios à organização sociocultural vigente acarretaram mudanças no campo político. A luta pelos direitos civis, *issue* predominante daquele tempo, se materializou na disputa do sistema partidário e encontrou nos Democratas seu principal entusiasta. Tal ebulição política, claro, alimentou concepções que viam nesses distúrbios o prenúncio de outro realinhamento.

O olhar do já citado Burnham não deixou escapar os presságios irrompidos. Em *Critical Elections and the Mainspring of American Politics* (1970), conforme exposto anteriormente, a história política norte-americana tinha uma periodicidade central e os realinhamentos, por seu turno, assumiam padrões cíclicos. Após análise das eleições de 1800, 1828, 1860 e 1932; chegou-se à conclusão de que eles acontecem de maneira recorrente a cada geração, aproximadamente a cada trinta anos¹².

Se, aparentemente, os anos 1960 se ajustavam a essa perspectiva cíclica, não era possível apontar nenhum corte claro de

12 A regularidade dos ciclos causada pela modificação geracional aparece na conceituação de outros autores. Ver Beck (1974), por exemplo.

realinhamento partidário; ademais, os contornos da política norte-americana elucidavam o enfraquecimento das identificações e da organização dos partidos e a ausência de qualquer supremacia das legendas principais. Diante desse panorama, Burnham (1991) formulou os conceitos de “decomposição partidária (*party decomposition*)” ou “desalinhamento” com o objetivo de mostrar que houve um realinhamento crítico entre 1968 e 1972. No entanto, o evento inaugura um novo sistema, cujo elemento fundamental é a dissolução dos tradicionais elos partidários – ou seja, as outrora perenes identificações, destacadas em *The American voter*, que representam um exame datado da configuração política dos EUA.

Aldrich (1995), de outro lado, parte de um diferente ponto de vista: ainda que concorde com a ideia de que as alterações sucedidas no decênio de 1960, em especial a inauguração de um sistema partidária renovado, tenha se tornado norma nos décadas posteriores, a inexistência de migração de eleitores de uma legenda a outra força o autor a postular novas explicações. Seguindo sua argumentação, eleições que reestruturam o sistema partidário podem ser consideradas “realinhamento” na medida em que um partido menor se transforma em hegemônico. Como o fato não foi verificado, Aldrich prefere chamar de *era crítica* essa modificação do arranjo institucional.

Já no pleito de 1994 também foi cercado por especulações sobre o tema. Na ocasião, os Republicanos, pela primeira vez desde a Grande Depressão e o New Deal, conquistaram o controle das duas casas do Congresso. Dada a falta de um componente incendiário naqueles idos, Abramowitz e

Saunders (1998) alegam que em 1994 não houve uma *eleição crítica* no sentido tradicional, mas a mudança no posicionamento das legendas no que concerne a posições políticas, o que precipitou uma redistribuição de longo termo das lealdades partidárias. À vitória congressual do GOP, Abramowitz e Saunders atribuem o aumento da polarização ideológica das legendas durante a era Reagan¹³. Concluindo, enunciam que segmentos sociais conservadores, não alinhados, passaram a depositar sua confiança nos Republicanos.

Em resposta direta a esse trabalho, Putz (2002), mediante correções estatísticas da obra, acredita na “superestimação dos efeitos da ideologia política na identificação partidária do eleitorado em 1994 e na subestimação da estabilidade de suas bases” (p. 1119, tradução nossa). Para Valentino e Sears (2005), *raça e questões atinentes ao tema* desempenharam papel central nessa fase. O amálgama entre a imagem dos Democratas e a luta pelos direitos civis nos anos 1960 influenciou um movimento posterior, iniciado na década de 1980, de alinhamento dos votantes conservadores do sul aos Republicanos.

O consenso em torno de três grandes realinhamentos e as conseqüentes divergências acerca de conversões partidárias posteriores fomentam a principal carga contra a teoria: a de que o gênero deixou de ser relevante, já que o fenômeno não se repete nos EUA desde 1932 (MAYHEW, 2002). No transcorrer dos acontecimentos, a periodicidade, um dos sustentáculos centrais das interpretações, perdeu força e pôs em xeque a vitalidade desse conjunto de interpretações.

13 Ronald Reagan, do Partido Republicano, foi presidente dos EUA de 1981 a 1989. No seu mandato, foram implementadas algumas séries de medidas de desregulamentação da economia.

Considerações finais

Os conceitos mantêm como suposto fundamental a ideia de diacronia, ou seja, uma mesma palavra pode permanecer inalterada e, no entanto, o conteúdo expresso por ela modificar-se de forma significativa. Isso porque os conceitos se articulam com o contexto histórico ao qual estão inseridos, indicando, desse modo, algo que se situa para além dos fenômenos linguísticos. Por conta da possível variação de sentido, os intercâmbios entre vocábulos e seus respectivos significados são necessariamente conflituosos (KOSELLECK, 1992).

Destarte, o realinhamento é um desses termos que se encaixam perfeitamente na elucidação do historiador Reinhart Koselleck. Afinal de contas, foi concebido nos interstícios das crises norte-americanas e, a partir delas, ganhou notoriedade e um sem número de acepções. A teoria que nasce na era do New Deal e amadurece em meio aos embates sociais dos anos 1960 acompanha a trajetória sinuosa dos acontecimentos dessas épocas. Quanto aos *tipos, causas, consequências e unidades de análise* não houve grandes consensos, mas muitas ambiguidades e imprecisões.

Na literatura nacional, como pode ser notado, o realinhamento ganha força em meio a pressupostos que retiram suas características fundamentais. Se Singer (2012), repetindo a citação do início do texto, confessa se interessar apenas pela “ideia de que certas conversões de blocos de eleitores são capazes de determinar uma agenda de longo prazo, da qual nem mesmo a oposição ao governo consegue escapar” (p. 13-14), acaba ao mesmo tempo por colocar em segundo plano o tripé que sustenta e dá corpo ao fenômeno.

Dos índices centrais, apenas a noção de *durabilidade* aparece em seu trabalho, assim mesmo com uma feição prematura. À moda de uma reorganização política rooseveltiana, o lulismo seria o marco inicial, não amadurecido

nem consolidado de uma situação que *estaria por vir*. O apreço dos futuros governos, sejam petistas ou não, por medidas de redução da pobreza sem desestabilização da ordem social, sintonizadas com as expectativas de um estrato decisivo do eleitorado nacional, precisa ser verificado *a posteriori*. Há, portanto, a necessidade de comprovações empíricas ulteriores que só o transcorrer do tempo pode conceder.

De resto, nenhuma referência à *identificação partidária*, tampouco aos *contextos críticos*. A interpretação do autor se assenta em vínculos ideológicos dos eleitores com os personagens que concorreram à presidência. Recordando, o *subproletariado* que apoiou Collor, em 1989, e Fernando Henrique Cardoso, em 1994 e 1998, passa a ver em Lula o sistematizador de suas preferências. Os respectivos partidos, que na literatura americana serviram como estabilizadores das escolhas eleitorais, são esquecidos na leitura edificada por Singer. Talvez por não terem a mesma importância para os cidadãos americanos da primeira metade do século XX.

A dinâmica de contingência que põe em movimento as escolhas dos indivíduos, subsumida na noção de *contextos críticos*, dá lugar a uma lógica de continuidade, em que pelo menos parcela do eleitorado tem consciência mais ou menos definida do que quer. Ora, a aproximação Lula do *subproletariado* não marca a alteração do comportamento eleitoral da categoria, mas a conformação da liderança aos desejos perenes de um segmento social.

Diante dessas considerações, fica o entendimento de que o realinhamento é um fenômeno datado historicamente, circunscrito a uma conjuntura em que a conduta dos eleitores se organiza em torno de sólidas e permanentes identificações partidárias. Por conseguinte, a configuração política brasileira, com altas taxas de volatilidade eleitoral e baixo enraizamento partidário, não parece se adequar a uma análise do gênero.

Referências

- ABRAMOWITZ, A. I.; SAUNDERS, K. L. Ideological realignment in the US electorate. *The Journal of Politics*, v. 60, n. 3, p. 634-652, 1998.
- ALDRICH, J. H. *Why parties?* The origin and transformation of party politics in America. v. 15. Chicago: University of Chicago, 1995.
- ALMEIDA, A. A esquerda dos números à direita dos fatos. *Insight Inteligencia*, v. 15, p. 112-128, 2001.
- BAKER, Kendall L., Russell J. DALTON, and Kai HILDEBRANDT. *Germany transformed: Political culture and the new politics*. Cambridge: Harvard University Press, 1981.
- BECK, P. A. A socialization theory of partisan realignment. In: NIEMI, R. E. (eds.). *The politics of future citizens*. San Francisco: Jossey-Bass, 1974, p. 199-219.
- BERG, J. C. Marxism and the study of US Political Institutions. *Studies in marxism-political studies association marxism specialist group*, n. 8, p. 39-60, 2001.
- BERG, J. C. The Debate over Realigning Elections: Where Do We Stand Now? Paper presented at the Annual meeting of the North Eastern Political Science Association, Crowne Plaza Hotel, Philadelphia, 2006. PA Online <.PDF>. 2009-05-26 from http://www.allacademic.com/meta/p89598_index.html
- BRADY D. W. *Critical Elections and Congressional Policy Making*. Stanford, CA: Stanford University Press, 1988.
- BRADY, D.; STEWART JR., J. Congressional party realignment and transformations of public policy in three realignment eras. *American Journal of Political Science*, v. 26, n. 2, p. 333-360, 1982.
- BOHN, S. R. Social policy and vote in Brazil: Bolsa Família and the shifts in Lula's electoral base. *Latin American Research Review*, v. 46, n. 1, p. 54-79. 2011.
- BURNHAM, W. D. Party systems and the political process. In: CHAMBERS, W. N.; BURNHAM, W. D. (Eds.). *The american party systems*. New York: Oxford University, 1967.
- _____. *Critical elections and the mainsprings of American politics*. New York: Norton, 1970.
- _____. Periodization schemes and "party system": the "system of 1986" as a case point. *Social Science History*, n. 10, p. 263-314, 1986.
- _____. Critical realignment: dead or alive? In: SHAFER, B. E. (Ed.). *The end of realignment?* Madison: University of Wisconsin, 1991.
- CAMPBELL, A.; CONVERSE, P.; MILLER, W.; STOKES, D. *The American voter*. New York: Wiley, 1960.
- CASTRO, M. M. M. Sujeito e estrutura no comportamento eleitoral. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 20, p. 7-19, 1992.
- CLUBB, J. M.; FLANIGAN, W. H.; ZINGALE, N. H. *Partisan realignment: voters, parties, and government in American history*. Beverly Hills: Sage, 1980.
- COLLIER, R.; COLLIER, D. Shaping the *political arena*: critical junctures, the labor movement, and regime dynamics in Latin America. Princeton: Princeton University, 1991.
- DALTON, R. J.; FLANAGAN, S. C.; BECK, P. A. *Electoral change: realignment and dealignment in advanced industrial democracies*. Princeton: Princeton University, 1984.

- EIJK, C. van der; FRANKLIN, M. N. *Elections and voters*. New York: Palgrave Macmillan, 2009.
- FERREIRA, M. et al. *Discutindo o papel do programa Bolsa Família na decisão das eleições presidenciais brasileiras de 2006*. Texto para Discussão. São Paulo: PUC-SP, 2007.
- FIGUEIREDO, M. F. *A decisão do voto: democracia e racionalidade*. Belo Horizonte: UFMG, 2008.
- FINK, A. How to sample in surveys. The Survey Kit (6). *Thousand Oaks (US): Sage*, 1995.
- FREIRE, A. Realinhamentos eleitorais, 1983-1999: estruturas sociais, economia e voto partidário. *Análise Social*, v. 37, n. 162, p. 121-149, 2002.
- HUNTER, W.; POWER, T. J. Rewarding Lula: executive power, social policy, and the brazilian elections of 2006. *Latin American Politics & Society*, v. 49, n. 1, p. 1-30, 2007.
- INGLEHART, R. *The silent revolution: Changing values and political styles among Western publics*. Princeton: Princeton University Press, 2015.
- KEY, V. O. A theory of critical elections. *The Journal of Politics*, v. 17, n. 1, p. 3-18, 1955.
- _____. Secular realignment and the party system. *The Journal of Politics*, v. 21, n. 2, p. 198-210, 1959.
- KNUTSEN, O. Cleavage Dimensions in Ten West European Countries A Comparative Empirical Analysis. *Comparative Political Studies*, 21, n. 4, p. 495-533, 1989.
- KOSELLECK, R. Uma história dos conceitos: problemas teóricos e práticos. *Revista Estudos Históricos*, v. 5, n. 10, p. 134-146, 1992.
- LADD, E. C.; HADLEY, C. H. *Transformations of the american party system: political coalitions from the New Deal to the 1970s*. New York: Norton, 1975.
- LAVAREDA, J. A. *A democracia nas urnas: o processo partidário-eleitoral brasileiro (1945-1964)*. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1999.
- LAZARSELD, P.; BERELSON, B.; GAUDET, H. *The people's choice*. New York: Columbia University, 1968.
- LIMONGI, F.; GUARNIERI, F. Competição partidária e voto nas eleições presidenciais no Brasil. *Opinião Pública*, 21, n. 1, p. 60-86, 2015.
- MAINWARING, S.; SCULLY, T. R. (Eds.). *Building democratic institutions: Party systems in Latin America*. Stanford: Stanford University Press, p. 1-36, 1995.
- MAYHEW, D. R. *Electoral realignments: a critique of an american genre*. New Haven: Yale University, 2002.
- NICOLAU, J.; PEIXOTO, V. *Uma disputa em três tempos: uma análise das bases municipais das eleições presidenciais de 2006*. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 31., Caxambu-MG, 2007.
- PEREIRA, F. B. A estabilidade e a efetividade da preferência partidária no Brasil. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 13, p. 213-244, 2014.
- PERES, P. S. Comportamento ou instituições? A evolução histórica do neoinstitucionalismo da ciência política. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 23, n. 68, p. 53-71, 2008.
- PUTZ, D. W. Partisan conversion in the 1990s: ideological realignment meets measurement theory. *The Journal of Politics*, v. 64, n. 4, p. 1199-1209, 2002.
- RENNÓ, L.; CABELLO, A. As bases do lulismo: a volta do personalismo, realinhamento ideológico ou não

alinhamento? *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 25, n. 74, 2010.

ROSENOF, T. *Realignment: the theory that changed the way we think about American politics*. Lanham: Rowman & Littlefield, 2003.

ROHRSCHEIDER, R. New party versus old left realignments: Environmental attitudes, party policies, and partisan affiliations in four West European countries. *The Journal of Politics*, 55, n. 3, p. 682-701, 1993.

SCHATTSCHNEIDER, E. E. *The semisovereign people: a realist's view of democracy in America*. New York: Holt, Rinehart and Winston, 1960.

SINGER, A. Collor na periferia: a volta por cima do populismo? In: LAMOUNIER, B. (Ed.). *De Geisel a Collor: o balanço da transição*. São Paulo: Sumaré, 2000.

_____. Raízes sociais e ideológicas do lulismo. *Novos Estudos Cebrap*, n. 85, p. 83-103, 2009.

_____. *Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

SOARES, G. A. D.; TERRON, S. L. Dois Lulas: a geografia eleitoral da reeleição (explorando conceitos, métodos e técnicas de análise geoespacial). *Opinião Pública*, v. 14, n. 2, p. 269-301, 2008.

SUNDQUIST, J. L. *Dynamics of the party system: alignment and realignment of political parties in the United States*. Washington: Brookings Institution, 1983.

VALENTINO, N. A.; SEARS, D. Old times there are not forgotten: race and partisan realignment in the contemporary south. *American Journal of Political Science*, v. 49, n. 3, p. 672-688, 2005.

WHITE HOUSE. The presidents. Disponível em: <<http://www.whitehouse.gov/about/presidents>>. Acesso em: 12 jun. 2015.

ZUCCO, C. The president's "new constituency": Lula and the pragmatic vote in Brazil's 2006 presidential elections. *Journal of Latin American Studies*, v. 40, p. 29-49, 2008.

ZUCCO, C.; POWER, T. J. Bolsa Família and the shift in Lula's Electoral Base, 2002–2006: a reply to bohn. *Latin American Research Review*, v. 48, n. 2 p. 3-24, 2013.

Resumo

Perdendo o fio da meada: ambiguidades e contradições na teoria do realinhamento

A teoria do realinhamento vem ganhando força como chave explicativa dos desdobramentos eleitorais ocorridos no Brasil recentemente. O fenômeno que se edifica após a vitória eleitoral de Lula em 2006 expressa a ideia de uma conversão de blocos de eleitores, determinando uma agenda de longo prazo da qual nem mesmo a oposição ao governo consegue escapar. No entanto, ao considerar a trajetória do conceito na literatura norte-americana, pode-se chegar à conclusão de que a teoria recebe, na versão nacional, um escopo reducionista, em que seus principais condutores – a *durabilidade*, a *noção de eventos críticos* e a *identificação partidária* – não são contemplados. Diante dessas evidências, fica o entendimento de que o realinhamento é um fenômeno datado historicamente, circunscrito a uma conjuntura em que a conduta dos eleitores se organiza em torno de sólidas e permanentes identificações partidárias. Por conseguinte, a configuração política brasileira, com altas taxas de volatilidade eleitoral e baixo enraizamento partidário, não parece se adequar a uma análise do gênero.

Palavras-Chave: Realinhamento Eleitoral; Lulismo; Identificação Partidária; André Singer; Eleições.

Abstract

Ambiguities and contradictions in alignment theory

The realignment theory is gaining strength as an explanatory key in the understanding of the electoral developments recently occurred in Brazil. The phenomenon, emerged in the post electoral period after the election of Lula in 2006, expresses the idea of a conversion of a block of voters, determining a long-term agenda from which not even the opposition manages to escape. However, when one considers such theory in the American literature in comparison with its Brazilian version, it is possible to conclude that the last presents a reductionist scope in which the main drivers are not sufficiently contemplated – the notions of *durability*, *critical events*, and *party identification*. In face of such evidence, the article concludes that, in the Brazilian case, the electoral realignment is a phenomenon related to a particular historical moment in which voters were organized around deep party identifications. The more general Brazilian political setting, however, with high rates of electoral volatility and low party roots, does not seem to be suited to an analysis based in such theoretical approach. **Keywords:** Electoral realignment; Lulismo; Partisan identification; André Singer; Elections.

Keywords: Electoral Realignment; *Lulismo*; Partisan Identification; André Singer; Elections.

Résumé

La perte du fil conducteur : ambiguïtés et contradictions de la théorie des réalignements

La théorie des réalignements gagne de plus en plus de force en raison des développements électoraux qui ont eu lieu récemment au Brésil. Le phénomène qui s'est installé suite à la victoire électorale de Lula en 2006, exprime l'idée d'une conversion de blocs d'électeurs. Cela a déterminé un agenda à long terme par rapport auquel ni l'opposition au gouvernement peut échapper. Cependant, lorsque l'on considère l'évolution du concept dans la littérature nord-américaine, il est possible de conclure que la théorie reçoit, dans sa version nationale, un champ d'application réduit, dans lequel ses principaux fils conducteurs - la *durabilité*, la notion d'*événements critiques* et l'*identification à un parti* - ne sont pas considérés. Face à ce constat, il est entendu que le réalignement est un phénomène historiquement daté et limité à une situation dans laquelle la conduite des électeurs est organisée autour de l'identification à un parti. Par conséquent, le contexte politique brésilien, qui fait face à des taux élevés de volatilité électorale et à un faible engagement partisan, ne semble pas s'adapter à ce genre d'analyse.

Most-clés: Réalignement des élections; *lulismo*; Identification partisane; André Singer; Élections.

Introdução

O propósito deste artigo é oferecer uma sistematização teórica e metodológica das principais teses e interpretações em torno da organização e funcionamento dos parlamentos democráticos¹. Para simplificar a apresentação, o tópico será abordado de forma a dar uma visão mais geral sobre quatro subtemas: 1) discussão teórica travada na literatura nos anos 1970 e 1980 sobre os limites da regra da maioria como garantia da tomada de decisão legislativa final; 2) equilíbrio decisório induzido pela estrutura institucional – ou *structure-induced equilibrium* na terminologia proposta por Kenneth Shepsle (1979) – cujo argumento é de que o caos decisório derivado das escolhas majoritárias pode cessar em presença de alguma regra procedimental que cria mecanismos decisórios capazes de influenciar a estrutura das escolhas coletivas e, portanto, a ação dos atores que votam; 3) tendência à centralização do poder de agenda observada na maioria dos parlamentos modernos e seus efeitos sobre a produção legislativa que derivam do tipo de organização parlamentar; 4) causas que levam os legisladores a escolher determinadas regras inerentes aos trabalhos legislativos, ora apelando para a centralização, ora focando a descentralização – ambas as orientações verificadas nos parlamentos

modernos. A este último tema dedicarei mais espaço no artigo por ser um tópico pouco explorado pela literatura e, portanto, de interesse por futuras pesquisas.

Este artigo não tem a pretensão de apresentar e descrever em detalhe as diferenças organizacionais entre os parlamentos de vários países. Os casos eventualmente explorados servirão apenas de exemplo para melhor entender as questões abordadas. Minha reflexão é mais geral e procura dialogar com a literatura que investiga como se tomam as decisões em instâncias representativas como os parlamentos. Creio que isso nos permita deixar de lado a mera descrição dos numerosos tipos de organizações dos parlamentos para tratar, de maneira analítica, apenas do modo de fabricação de decisões coletivas observados nas casas representativas.

Divisão dos trabalhos e tomada de decisão coletiva: entre a regra da maioria e o poder de agenda

No estudo da organização das legislaturas é suficiente restringir a discussão em torno de dois pontos: 1) todos os parlamentos possuem regras escritas de organização interna cuja codificação se encontra nos regimentos internos; 2) a regra geral de to-

1 Os termos parlamento, Congresso, Assembleia Nacional, Conselho etc. serão usados neste texto de forma intercambiável.

mada de decisão dos parlamentos é a regra da maioria absoluta².

Não há necessidade de ilustrar demasiadamente o primeiro ponto. Basta dizer que as características organizacionais dos legislativos – isto é, o número de comissões permanentes e as respectivas atribuições, a eleição dos presidentes e da Mesa diretora e as normas do procedimento legislativo, entre outros aspectos –, encontram-se nos regimentos internos e, mesmo que de forma menos detalhada, nas próprias constituições. De fato, as constituições de muitos países conferem explicitamente a cada parlamento o poder de escrever suas regras internas que fixam os procedimentos para o funcionamento dos trabalhos parlamentares. No artigo I, seção 5 da Constituição americana, por exemplo, afirma-se que “each house may determine the rules of its proceedings”³. Esta autonomia está condicionada, obviamente, pelas diretrizes constitucionais. Emblemática a tal respeito é a Constituição francesa de 1958 que consignou, em vários artigos, a prevalência do Executivo sobre o Parlamento no processo legislativo. Essa dominância permeia todo o regimento interno da própria *Assemblée Nationale*, que se adapta à norma constitucional. Em geral, pode-se dizer que os regimentos incorpo-

ram procedimentos formais passados, produto das mudanças ocorridas ao longo dos séculos⁴. O direito parlamentar como disciplina autônoma tem contribuído para tratar do tema.

O segundo ponto é mais importante (e empolgante, pelo menos do ponto de vista do cientista político) porque levanta uma questão teórica de fundo que remete ao antigo problema de como se dão as escolhas coletivas. Lembra-nos Cohen (1997) que “a decisão da maioria irá contar como uma razão para aceitar a decisão como legítima” (p. 414). O assunto foi abordado por vários autores de relevância central na literatura econômica e da própria ciência política. Apresento o tópico brevemente e, espero, de forma simples.

Qual o número de membros necessários para se chegar a uma decisão final dentro de um parlamento? A regra da maioria fixa este valor em 50% + 1 dos membros. Significa que o poder de decisão final depende da criação de uma coalizão mínima que não pode ser derrotada por uma coalizão igual ou maior. Sabemos que grande parte das regras procedimentais dos parlamentos adota a regra da maioria simples para votar matérias de caráter ordinário. No Brasil, por exemplo, o art. 56 do regimento da Câmara dos Deputados determina o mesmo para as

2 Desconsidero, aqui, eventuais maiorias alternativas como a maioria qualificada, quando se exige, por exemplo, 2/3 das preferências. Trata-se de maiorias previstas para determinadas votações como a reforma da Constituição e não para os procedimentos legislativos ordinários. Excluo, também, o caso limite que vincula a decisão à regra da unanimidade. Exemplo extremo desta regra era presente no parlamento republicano italiano quando o regimento exigia consenso pleno entre os líderes partidários para se decidir sobre a ordem dos trabalhos na Câmara dos Deputados. Não é necessário conhecer o caso italiano para saber que a exigência da unanimidade leva, na verdade, a não decisão. Como de fato ocorria na Itália, era a presença de forças políticas antagônicas – comunistas, democratas-cristãos e ex-fascistas – que impedia qualquer acordo unânime sobre matérias a conteúdo relevante.

3 A Constituição Brasileira de 1988, no seu art. 51, afirma que “compete privativamente à Câmara dos Deputados elaborar seu regimento interno” e, da mesma forma, no art. 52, relativo às competências do Senado, repete-se a fórmula: “compete privativamente ao Senado Federal elaborar seu regimento”.

4 Os parlamentos da idade média, por exemplo, já estabeleciam procedimentos organizacionais detalhados para o exame das petições, da legislação originária dos representantes, e havia regras escritas de condução dos trabalhos parlamentares para os debates, a disciplina na discussão, ou a votação das matérias. Para a reconstrução da evolução das regras para o caso inglês ver o texto clássico de Lord Campion, *An introduction to procedure of the house of commons*, onde o autor descreve o desenvolvimento dos procedimentos parlamentares desde o século XIV (CAMPION, 1958).

comissões, e o art. 183 diz que, salvo disposição constitucional em contrário, “as deliberações da Câmara serão tomadas por maioria de votos, presente a maioria absoluta de seus membros”⁵. Em suma, seria a regra da maioria a que garante por si só a capacidade de se chegar a decisões coletivas nos parlamentos modernos. As coisas, entretanto, são um pouco mais complicadas do que a simples leitura do regimento nos parece dizer. Um exemplo clareia o ponto. Admita-se a distribuição de preferências para uma assembleia legislativa composta de 100 legisladores, apresentada na Tabela 1 a seguir.

Tabela 1.
Ordem de preferência para um parlamento
com 100 legisladores

Ordem de preferências para três alternativas	Número de legisladores
A > B > C	40
C > A > B	30
B > C > A	30

Fonte: Elaboração do autor.

Como regra, a alternativa vencedora seria aquela que ganha sobre as demais em cada par de alternativas. No caso ilustrado na Tabela 1, não há nenhuma preferência ganhadora. A ganha sobre B por 70 a 30 (70 legisladores preferem A a B), B ganha sobre C por 70 a 30 (70 legisladores preferem B a C) e C ganha sobre A por 60 a 40 (60 legisladores preferem C a A). Este é um exemplo de maioria cíclica, em que o resultado é uma indecisão final já que não

existe apenas uma alternativa que, quando votada, sempre ganha sobre as demais. O ponto é este: a presença de maiorias cíclicas reduz a importância da regra da maioria em resolver o problema da decisão coletiva (ARROW, 1951; RIKER, 1980). Isso porque a regra da maioria pode gerar situações de desequilíbrio no processo decisório, na ausência de alternativas ganhadoras ou, com referência ao matemático que primeiramente apresentou o problema, ainda no século XVIII, quando não é assegurado um *ganhador de Condorcet*⁶.

Entretanto, as evidências empíricas não deixam dúvidas: maiorias cíclicas não impedem a definição das preferências no cotidiano parlamentar, imperando, na prática, a estabilidade decisória. Parafraseando um trabalho pioneiro de Gordon Tullock (1981), é então obrigatório nos perguntarmos “Why so much stability?”. A solução dada à incapacidade decisória é de certa forma simples e se firma na ideia de que é através do controle da agenda que podemos prever o resultado final. Voltemos ao exemplo anterior para clarear o ponto. É notório que muitas assembleias legislativas conferem determinados poderes aos presidentes de assembleia. No caso, admitamos a possibilidade do presidente decidir a ordem das alternativas (A, B, C) em votação. Admitamos, também, a regra de que a alternativa derrotada não pode ser votada novamente. Consideremos o caso em que o presidente prefere a alternativa A às demais. Ele sabe que A perde de C, mas é ciente do fato

5 Em termos regimentais precisa diferenciar entre maioria simples (ou relativa) e absoluta. A primeira é variável, dependendo do número de parlamentares presentes na sessão, e é qualquer maioria desde que seja garantida a maioria absoluta dos votos. A maioria absoluta é menos frequente para aprovação de leis ordinárias e corresponde ao primeiro número inteiro acima da metade dos membros de uma casa legislativa. O regimento interno da Câmara dos Deputados italiana, no seu artigo 48, estabelece que “as deliberações da Assembleia e das comissões são adotadas a maioria dos presentes”. Na França, o artigo 68 afirma que “as questões votadas não são declaradas aprovadas se não obtivera a maioria dos votos expressos”. Mas o art. 48 do Bundestag alemão determina que a regra válida para as votações é a maioria absoluta.

6 O Marquês de Condorcet foi um filósofo, legislador e matemático do final do século XVIII. Suas considerações serviram de base para o teorema de impossibilidade de Arrow.

de que B ganha de C. Por isso, ele pode decidir votar antes as alternativas B e C e, sucessivamente, confrontar A com B. O resultado final é a vitória da alternativa A, apesar de ela estar derrotada perante C. Dito de outra forma, isso significa que é o presidente da assembleia que controla o resultado final, mesmo liberando os legisladores na expressão de suas opiniões.

Nesse exemplo me referi ao poder do presidente da assembleia. O argumento pode ser estendido a outros atores e órgãos internos aos parlamentos. É o caso, por exemplo, das comissões permanentes que Kenneth Shepsle e Barry Weingast (1987) exploram no exame da experiência americana. Dessa vez, a solução para os problemas de tomada de decisão não deriva necessariamente da negociação dentro das comissões por meio da simples troca de votos, ou *logrolling*⁷. Isso porque as situações de *logrolling*, onde a maioria se constrói sobre moções conjuntas e não sobre moções separadas, também podem gerar ciclos. Por outro lado, mesmo em condições de troca de votos, não se resolvem os problemas que derivam do conhecimento que os atores têm sobre as possíveis trocas futuras dada a incerteza sobre a reeleição dos parlamentares. Os próprios benefícios trocados são diluídos no tempo de modo que os acordos fixados mudam segundo a situação política em jogo. O sistema de comissões permite, porém, diminuir os custos de transação das trocas entre os atores. Isso porque viabiliza o direcionamento das propostas

para organizações internas ao parlamento cuja função é exclusivamente dedicada à análise de projetos homogêneos entre si (FIORINA; PLOTT, 1978; SHEPSLE; WEINGAST, 1987), evitando que a decisão ocorra em um espaço político multidimensional.

Em síntese, é a distribuição do poder sobre a dinâmica dos trabalhos legislativos que determina o êxito final das escolhas coletivas nos parlamentos modernos⁸. A própria estrutura institucional elimina o “caos decisório” das escolhas majoritárias e de contextos caracterizados pela multidimensionalidade do espaço político (ARROW, 1951)⁹. Os trabalhos pioneiros de Kenneth Shepsle (1979, 1986a, 1986b) têm demonstrado que os resultados legislativos, por exemplo, não dependem unicamente das preferências dos atores envolvidos no “jogo” decisório, mas também dos vínculos estruturais e procedimentais que fixam a agenda e a ordem da discussão, gerando o que ele chama de “structure-induced equilibrium”¹⁰.

O poder de agenda: tipos e atores políticos

Para entender melhor o argumento exposto, vale uma reflexão mais detida sobre a capacidade decisória nos parlamentos contemporâneos. Aqui, apresento o tópico naquilo que diz respeito à aprovação das leis. Na literatura, o significado de poder de agenda está relacionado a dois tipos de poderes, aparentemente opostos entre si. Fala-se em *poder de*

7 O *logrolling* consiste no voto dado por um parlamentar em favor de uma proposta de outro colega que se espera retribuir a colaboração, devolvendo favor correlato ao primeiro.

8 O ponto é relevante também da perspectiva da teoria democrática. Isso porque anula todas as teorias que fundam a legitimidade das instituições democráticas sobre o ideal representativo. O fato é que a maioria simples é incapaz de interpretar a vontade popular onde a decisão depende da distribuição do poder (o que chamei de *poder de agenda* no caso dos parlamentos).

9 A importância da determinação da agenda já havia sido apontada por McKelvey, em 1976.

10 Para uma aplicação formal de como o arranjo institucional parlamentar seja definido em função do jogo entre os atores finalizado a distribuir benefícios tangíveis aos eleitores ver Baron e Ferejohn, 1989.

agenda positivo ao se considerar o conjunto das regras que apressam ou asseguram a votação do projeto no plenário¹¹. No Reino Unido, por exemplo, recorre-se a um procedimento de emendamento que põe em votação pares de alternativas, sendo removidas as derrotadas. Aqui, também, entra a prerrogativa de determinar a agenda de plenário, isto é, as matérias

que serão votadas definitivamente no plenário (DORING, 1995c). Fala-se, em *poder de agenda negativo (ou direitos de vetar)* quando há meios para se vetar/atrasar o debate e, mesmo, o envio das propostas ao plenário para votação. O quadro a seguir sintetiza alguns dos poderes de agenda presentes nos parlamentos atuais.

Quadro 1 – Exemplos de poderes de agenda

I. Poderes de agenda positivos	II. Poderes de agenda negativos
<p>Definição das matérias que serão votadas pelo plenário (fixa ordem do dia)</p>	<p>Limites ao uso da palavra</p>
<p><i>França. Art. 48 da Constituição e art. 48, c. 6 do RI:</i> “A ordem do dia das Assembleias compreende por prioridade e na ordem fixada pelo governo a discussão dos projetos de leis apresentados pelo governo e daqueles aceitos por ele”.</p> <p><i>Alemanha. Art. 20 do RI:</i> “A data e a ordem do dia de cada sessão do Bundestag são concordadas no Conselho dos Anciãos (Ältestenrat)”, composto pelo Presidente, o vice-presidente e outros 23 parlamentares designados de acordo com a consistência numérica de cada partido.</p>	<p><i>Espanha. Art. 118 do RI:</i> “A discussão no plenário poderá se iniciar com a apresentação da iniciativa do governo”.</p>
<p>Pedidos de urgência</p>	<p>Controle do governo sobre o conteúdo das propostas orçamentárias</p>
<p><i>França. Art. 45 da Constituição e art. 102 do RI:</i> “O governo pode declarar a urgência até o fechamento da discussão geral, com uma comunicação endereçada ao Presidente que imediatamente informa a Assembleia”.</p> <p><i>Espanha. Art. 93:</i> “A pedido do governo, de dois grupos parlamentares ou de 1/5 dos deputados, a Mesa do Congresso dos Deputados poderá decidir que um argumento seja examinado com procedimento de urgência”.</p>	<p><i>França. Art. 40 da Constituição:</i> “As propostas e as emendas formuladas pelos membros do Parlamento não são admissíveis quando a aprovação deles implique seja numa diminuição dos recursos públicos seja na criação ou agravação de um encargo público” (ver art. 81 do RI).</p> <p><i>Espanha. Art. 133 do Regimento:</i> “As emendas ao projeto de Lei Orçamentário que impliquem a diminuição das entradas requerem o consentimento do governo para ser examinadas”.</p>
<p>Pedido de voto de confiança em regimes parlamentares*</p>	<p>Restrições à apresentação de emendas, moções</p>
<p><i>França. Art. 49,3 da Constituição:</i> “O primeiro-ministro, prévia deliberação do Conselho dos Ministros, compromete, perante a Assembleia nacional, a responsabilidade do Governo perante o seu programa ou eventualmente sobre declaração de política geral [...] ou sobre a votação de um texto”.</p>	<p><i>Reino Unido. Art. 34:</i> “Caso seja apresentada uma moção para prolongar a discussão [...], tal discussão será limitada ao objeto desta moção; e nenhum deputado que tenha apresentado similar moção terá faculdade de apresentar outra análoga na mesma discussão”.</p>
<p>iv. Controle dos tempos de tramitação (Package vote)</p> <p><i>França. Art. 44, c. 3:</i> “Se o governo o pedir, a Assembleia se pronuncia com uma única votação sobretudo ou parte do texto em discussão com as emendas propostas ou aceitas pelo governo”.</p>	<p><i>França. Art. 98 do RI:</i> “As emendas e subemendas são admissíveis apenas se aplicam ao texto a que se referem ou, no caso de artigos novos, quando vertentes o projeto”.</p>

Fonte: Elaboração do autor a partir da leitura dos regimentos da Alemanha, França, Espanha e Reino Unido.

11 Parto do pressuposto de que o lugar da decisão final é o plenário e não as comissões deixando de considerar o caso extremo em que as comissões têm poder terminativo, como no caso italiano.

Importante reconhecer, porém, que os atores que estudam os legislativos tendem a se concentrar no conjunto dos poderes de agenda positivo. Outros se empenham na direção contrária, dando ênfase à capacidade de bloquear as propostas da oposição nos países do Leste Europeu (ZUBER, 2011). A meu ver, a questão é secundária e deveria ser pensada tratando principalmente de como o poder de agenda negativo e o positivo configuram uma estrutura dos trabalhos parlamentares de tipo centralizada ou descentralizada (COX, 2006; DÖRING, 1995c). Fala-se em poder centralizado quando poucos atores parlamentares possuem o monopólio da agenda. Fortes poderes ao presidente da assembleia ou aos líderes de partido são geralmente associados a um elevado controle da agenda. Por além dos parlamentares, trata-se de individuar os outros atores coletivos com prerrogativas legislativas, como os presidentes da República que no caso da América Latina têm fortes poderes de *agenda-setting* já que podem introduzir matérias a caráter econômico-financeiro, iniciar a lei orçamentária, introduzir projetos que devem ser votados dentro de um prazo determinado, como também apresentar decretos-leis (NEGRETTO, 2013). À medida que a força individual dos parlamentares aumenta vis-à-vis a dos líderes e do Executivo caminha para uma organização dos trabalhos parlamentares de tipo descentralizada. Posto nestes termos, o problema empírico da análise do poder de agenda entre os países pode ser interpretado como esforço finalizado a detectar variações no grau de centralização/descentralização presente nos parlamentos¹².

É claro que nos parlamentos modernos o aspecto mais decisivo é a afirmação de um comportamento político de tipo partidário no qual a legenda, do ponto de vista orga-

nizacional, domina a cena parlamentar. Isso indica que o critério para se definir a lógica da distribuição do poder de agenda é essencialmente partidário. De fato, podemos observar que a maioria dos regimentos prevê uma distribuição de cargos com base em uma lógica partidária. A questão, então, é saber quais atores partidários contam e, por extensão, levar em conta a própria coesão interna (TSEBELIS, 2001). Em última instância, “agenda setting power depends not only on the institutional features of a political system, but also on the ideological positions and the cohesion of different actors” (TSEBELIS; RASCH, 2011, p. 2). Isso significa que o mero entendimento das regras que organizam os parlamentos é insuficiente para decifrar como de fato as decisões são tomadas.

A tendência à centralização dos trabalhos parlamentares

Em relação às tentativas de analisar o poder de agenda e os vários aspectos organizacionais dos parlamentos atuais, a literatura é abundante. Assim, por exemplo, discute-se sobre a força das comissões permanentes (MAMADOUH; RAUNIO, 2003; SHAW, 1998), o processo de votação em plenário (RASCH, 1995, 2000), o papel dos presidentes das assembleias (JENNY; MÜLLER, 1995). Em geral, a característica principal da literatura que analisa a organização dos trabalhos parlamentares é a tentativa de detectar variações no grau de centralização/descentralização dos parlamentos (DÖRING, 1995a).

Dentro de uma perspectiva de longo prazo, desde pelo menos o século XIX, é

12 Para a tentativa de mapear o nível de descentralização da capacidade legislativa parlamentar de um país ver o trabalho de Doring (1995). Para uma tentativa similar mas centrada sobre a lei orçamentária ver o texto de Wehner (2006).

possível argumentar que houve uma tendência à centralização dos poderes de agenda nos parlamentos. A bem entender, o fenômeno não era decerto uma novidade para os estudiosos daquela época. O cenário era claro, por exemplo, para quem olhasse para o caso inglês. Na introdução ao estudo clássico de Josef Redlich sobre a evolução dos procedimentos parlamentares da Câmara dos Comuns, o autor assim sintetizava este ponto: “the fundamental notion underlying the change was [...] the endeavour to adapt the regulation and carrying out of parliamentary work to the fully matured system of party government” (REDLICH, 2004, p. xxxii). Já no começo do século XIX, outros autores salientavam como as reformas adotadas para fortalecer o governo se enquadravam em uma lógica de *parlamento racionalizado* (REDSLOB, 1924). Eis o ponto crucial a ser entendido: *o aspecto típico da ideia da racionalização vinha unanimemente associado à centralização das funções legislativas nas mãos do governo*. No âmbito parlamentar, passava-se a reconhecer um peso relevante apenas a alguns parlamentares, como as lideranças de partido, ou aos grupos parlamentares, enquanto são fortalecidas as funções do executivo no processo legislativo. Racionalizar significava, na substância, garantir a decisão e a participação em favor do governo reduzindo as possibilidades de autonomia do parlamentar.

A noção de racionalização é, portanto, geralmente associada à de centralização decisória, e na literatura é essa a orientação dominante. Por exemplo, John Huber (1996) utiliza a expressão *parlamento racionalizado* para intitular seu livro sobre o caso francês, que analisa os vários instrumentos regimentais adotados na passagem para a Quinta República e destaca como os dispositivos garantiram ao governo maior capacidade decisória (Ibidem). Analisando o caso espanhol,

alguns reconhecem um modelo racionalizador, inspirado na democracia alemã, com partidos fortes e desenhado para consolidar maiorias estáveis (MARTIN, 2000). O que realmente se percebe da análise da Constituição de 1978 é a busca constante por “um parlamentarismo racionalizado e, portanto, para garantir ao poder Executivo uma forte estabilidade” (DÍEZ-PICAZO, 1996, p. 48). Outros, para o caso italiano, evidenciam como a racionalização das formas organizacionais do parlamento e dos procedimentos de tomada de decisão foi perseguida de forma incremental durante décadas (RIVOSECCHI, 2002). Além do mais, a Itália aparece na literatura como um caso de racionalização tardia por ter privilegiado, pelo menos até os anos 1980, uma maior centralidade do parlamento (REBUFFA, 2001). Em recente trabalho sobre Portugal, Leston-Bandeira (2002) ressalta as mudanças ocorridas naquele país, perseguidas, segundo ele, em termos de uma “racionalização dos procedimentos”, tais como o predomínio majoritário sobre a agenda parlamentar e uma desvalorização do plenário frente às comissões. Em definitiva, esta literatura sinaliza para o seguinte ponto: a tendência à centralização das regras deve ser entendida em última instância como racionalização das relações entre Executivo e Legislativo onde “the executive should be seen as an agent of the majority, and the use of the legislative agenda powers by the executive should be seen as an instrument that serve the interests of majority” (CHEIBUB; LIMONGI, 2010, p. 39).

Deve-se dizer que a evolução histórica das regras regimentais é completamente negligenciada pela literatura. No fundo, busca-se capturar as variações no grau de centralização/descentralização do poder do governo na arena parlamentar considerado um arco temporal limitado, geralmente circunscrito aos últimos vinte anos. Assim,

perde-se a evolução histórica do processo de mudanças das regras internas que é, em muitos casos, secular. Disso decorrem dois problemas imediatos. Por um lado, ignora-se que alguns países ainda detentores de um sistema de organização dos trabalhos bastante descentralizado, como a Itália, passaram por um processo de mudança lento e incremental das regras em direção da centralização do processo decisório. Por outro, sem uma reflexão histórica adequada, deixam de observar situações em que o processo de centralização/descentralização não segue um caminho unidirecional, mas conhece avanços e retrocessos contínuos. Emblemático a este respeito é a experiência americana. Nos Estados Unidos, a organização dos trabalhos parlamentares deve ser interpretada em função de níveis de centralização/descentralização que variam por período (GALLOWAY, 1976; SCHICKLER, 2001; COX; MC-CUBBINS, 2005).

Os efeitos do nível de centralização da agenda

Parte da literatura tem se dedicado à análise dos efeitos que derivam da organização das legislaturas. No caso dos parlamentos, afirma-se que “different sets of restrictions, because they imply different sets of feasible agendas, imply different sets of potential outcomes” (SHEPSLE; WEINGAST, 1984, p. 71). Os autores se referem muito apropriadamente ao fato de que as regras regimentais impõem custos à ação individual e coletiva dentro do parlamento, condicionando o funcionamento das assembleias e, em última instância, determinando resultados diferentes em termos de produção legislativa (DORING, 1995d, 1995e, 2001). Isso pode ser verificado considerando-se a produção legislativa tanto em termos quantitativos quanto qualitati-

vos, isto é, através da crítica do volume e da qualidade das propostas, nessa ordem.

Recentemente, os trabalhos de Doring têm apontado para um conjunto de fatores que valorizam (ou minimizam) o papel dos deputados durante o processo decisório (DORING, 1995a, 1995b; DORING; HALLEMBERG, 2004). Trata-se de vários procedimentos formais que afetam a programação dos trabalhos parlamentares, a iniciativa legislativa, limitam o debate em plenário, o tipo de votação final sobre as propostas legislativas e conferem determinados poderes legislativos aos executivos. Assim, na medida em que, dadas certas condições regimentais, o governo detém o monopólio do processo legislativo (HENNING, 1995), ele pode decidir como e em que medida o parlamento pode agir e investir na produção legislativa. Ao mesmo tempo, o controle da agenda por parte do governo lhe favorece a aprovação de mais leis conflituosas (DORING, 2001).

Deve ficar claro que o monopólio da agenda não é garantia *per se* do sucesso legislativo do governo. Vários estudos têm mostrado que há outros fatores a ser considerados, como o grau de coesão entre os parlamentares que apoiam o governo, a distância ideológica dos atores políticos, em particular da maioria parlamentar com o governo, o grau de fragmentação legislativa, a popularidade do governo ou a agenda legislativa do executivo, para citar apenas alguns aspectos (BINDER, 1997; BRÄUNINGER; DEBUS, 2009; SAIEGH, 2009; TSEBELIS, 2001). Nessa linha, para o caso dos Estados Unidos, uma questão debatida longamente foi se o governo dividido influencia ou não a produção legislativa. Ao texto seminal de Mahyew (1991) que sugeria que um governo dividido não fazia diferença alguma, seguem-se os trabalhos de Kelly (1993) e Edwards III, Barrett e Peake (1997) que concluem que na situação de governo dividido

se produzem leis menos importantes. Seja como for, o ponto central é o que Tsebelis (2001) apresentou com propriedade: a existência de atores com poder de veto “se correlaciona com a falta de controle institucional da agenda pelo governo, e a falta da agenda significa governos mais fracos e parlamentos mais fortes” (p. 260-261). O autor sugere que as razões dessa relação deveriam ser mais bem aprofundadas. Em parte, mesmo que superficialmente, é o que será explorado na seção seguinte.

Centralização ou descentralização? Como explicar o tipo de organização dos trabalhos parlamentares

O entendimento das razões que motivam o legislador a reformar as regras que regem os trabalhos parlamentares constitui o último tema que será abordado neste artigo. Dedicarei a este tópico mais espaço por uma simples razão: até agora não existe uma teoria referente à mudança das regras internas como temos, por exemplo, para as interpretações centradas nas escolhas dos sistemas eleitorais. Uma das principais razões é que a maioria dos estudos não adota uma abordagem comparada, limitando-se ao estudo do caso. Nesses termos, é claro, a possibilidade de qualquer generalização é decerto limitada. A meu entender, para os fins deste trabalho, é satisfatório distinguir entre dois tipos de explicações que emergem da leitura destes casos quando se analisa a lógica da centralização/descentralização dos trabalhos legislativos.

O primeiro tipo se caracteriza por pensar as mudanças nos regimentos a partir de fatores estranhos à arena parla-

mentar. Por falta de melhor terminologia, chamarei esta saída de *explicação por fatores externos*. A premissa, aqui, é de que as regras internas mostram-se o produto de um jogo que ocorre antes e que se reflete, quase que inevitavelmente, no parlamento. Esta é a explicação predominante para as mudanças ocorridas nos parlamentos do século XIX. Nessa época o funcionamento dos parlamentos era basicamente fundado em dois pilares: reconhecimento dos direitos individuais e institucionalização das prerrogativas decisórias através do mecanismo da separação dos poderes. Nessa versão, o papel dos parlamentares, isto é, a *liberty of discussion* é elevado e transformado em valor explícito, revelado. Tratava-se, no fundo, da proteção do direito de expressão individual que, em um contexto político ainda não dominado pelos partidos, exaltava, senão mesmo exacerbava, o individualismo dos parlamentares. No final do século XIX e início do XX, se assiste ao processo que já foi apresentado nos termos da racionalização parlamentar. Ou seja, testemunha-se a passagem da *liberty of discussion* para a *certainty of business*¹³. Na nova fase, o governo controla e administra os trabalhos legislativos através dos partidos no parlamento. Como explicar esta passagem? O que levaria os deputados a ceder poder?

A literatura jurídica e histórica do começo até meados do século XX explica a tendência à centralização das funções decisórias nas mãos do governo como sendo um fenômeno histórico que, basicamente, aponta para as mudanças na sociedade e, sobretudo, para a necessidade de se intervir mais rapidamente no âmbito social e

13 Assim, nas palavras de um autor do começo do século XX que apresentava o caso inglês e suas mudanças ocorridas. Ver Lees-Smith (1924).

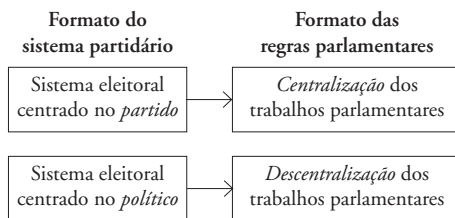
econômico. Com a afirmação do sistema capitalista e a aceleração da industrialização, o governo é chamado a legislar sobre áreas de *policy* antes completamente ignoradas ou, até então, secundárias. São intervenções na política social, econômica e financeira que cada vez mais são delegadas ao governo (COLOMBO, 2003; CROMWELL, 1968). É por conta do crescimento da demanda de normas cada vez mais técnicas e da pressão pela agilização das decisões que já no século XIX renunciavam-se reformas direcionadas a reduzir o peso decisório do parlamento. Conforme a ideia do governo parlamentar se desenvolveu e se fortaleceu, ficou cada vez mais evidente que a *racionalização* das relações entre governo e parlamento não era apenas um capricho institucional, mas um elemento estruturante do novo Estado.

A principal crítica a este mote explicativo consiste, porém, na sua fundamentação funcionalista, na medida em que se limita a descrever um processo de mudança social, mas não se apontam quais mecanismos causais levaram a determinadas reformas. Além disso, também não se investiga o motivo de termos variações consistentes entre países quanto ao momento em que as reformas foram adotadas, assim como não se reflete sobre a ação de partidos e parlamentares que são os principais atores afetados pela mudança. Por tudo isso, é necessário buscar interpretações mais precisas e com alcance empírico mais adequado. Claramente, o fator causador mais popular na ciência política é o sistema eleitoral. No caso, o que distingue esta abordagem é precisamente a ideia de que a arena parlamentar responde às pressões vindas do contexto eleitoral. Uma das passagens mais citadas do texto de Mayhew (1974) resume marcadamente essa ideia para o caso americano: “if a group of planners sat down and tried to design a pair of American national assemblies with the goal of serv-

ing members’ electoral needs year in and year out, they would be hard pressed to improve on what exists” (p. 81-82).

Em termos empíricos, o argumento é bem simples e pode ser sintetizado da seguinte forma:

Quadro 2
Efeitos do sistema eleitoral sobre o formato dos trabalhos parlamentares



Fonte: Elaboração do autor.

Nas palavras dos autores que elaboraram melhor esta tese, “large personal votes go with fragmentation and decentralization, small personal votes accompany coordination and centralization” (CAIN; FERREJOHN; FIORINA, 1987, p. 219). Essencialmente, supõe-se que os políticos têm um único grande incentivo durante sua vida política: a reeleição. Por esta razão, o arranjo parlamentar é uma função direta da arena eleitoral. Afirma-se, portanto, a primazia da arena eleitoral sobre a parlamentar. Parafraseando Mayhew, se um grupo de planejadores ou engenheiros institucionais tivesse de desenhar as regras que organizam a arena parlamentar, não teria outra escolha senão a de adequar esta última aos incentivos emanados da arena eleitoral.

Nessa perspectiva, haveria desequilíbrio institucional quando os efeitos presentes na arena eleitoral não se refletissem no âmbito parlamentar, como ocorrera no caso inglês. De acordo com Cain, Ferejohn e Fiorina (1987), a maior taxa de dissenso entre os

parlamentares e o governo geralmente está associada ao crescimento da atenção que os primeiros dão a própria *constituency*¹⁴. Isso quer dizer, segundo os autores, que são criadas as condições e geradas as pressões políticas necessárias para que o arranjo parlamentar seja mudado. Afinal, “when electoral rules create incentives for a personal vote and legislative rules deny representatives the opportunity to establish it, stress arises in the system, or put it in other terms, the rules are in disequilibrium” (p. 217). Como solucionar, então, o eventual desequilíbrio institucional? A resposta, sempre seguindo os autores, é limitada ao contexto parlamentar, já que seria mais difícil adotar mudanças nas regras eleitorais. Assim, “resolution of the tension between electoral and legislative rules will more than likely occur in the legislative rules, consistent with the trend in both Great Britain and the United States toward a weakening of centralized control” (p. 217).

Aqueles que se debruçam sobre o exame da experiência americana discutem as revisões das regras procedimentais dentro de uma perspectiva micro da análise, isto é, que considera o papel dos atores individuais. O caso deste Parlamento é interessante porque as mudanças que as regras implementaram não foram unidirecionais, tendendo à centralização da agenda nas mãos dos partidos, mas cíclicas. Nos Estados Unidos, o Congresso foi caracterizado durante um longo período de tempo por uma organização dos trabalhos altamente descentralizada. No

final do século XIX e no começo do XX, Thomas Brackett Reed (1839-1902) e Joseph Gurney Cannon (1836-1926) foram *speakers* na House of Representatives; o primeiro, várias vezes, entre 1889 e 1899, o segundo entre 1903 e 1911. Ambos adotaram reformas dos regimentos que permitissem a maioria legislativa operar sem a obstrução de algumas minorias. Histórica foi a decisão de Reed, em 1890, julgando computável na validação do *quorum* os deputados presentes que não tinham votado.

Já na presidência Cannon, a centralização dos trabalhos era tal que sua *leadership* era denominada com o epíteto “czar”. Em geral, o *speaker* adquiria fortes poderes, como o de distribuir os projetos às respectivas comissões e organizar os trabalhos parlamentares. A partir da aprovação do Legislative Reorganization Act de 1946, a condução dos trabalhos na Casa se dava segundo uma lógica descentralizadora. Na nova fórmula, eram centrais as comissões permanentes, que gozavam de forte autonomia no processo legislativo, selecionando seus membros de acordo com o interesse eleitoral de cada um deles. As comissões serviam como arenas de maximização eleitoral, ou seja, como centros de agregação das tendências paroquialistas dos próprios deputados. Nesse sentido, o processo legislativo estava fora do alcance dos partidos e seus líderes. Esse quadro se manteve até os anos 1970, quando uma série de reformas adotadas pelo partido democrata redefiniu o arranjo interno a Câmara dos Deputados. Sobretudo, foram

14 Mais precisamente, Cain, Ferejohn e Fiorina (1987) afirmam que os MPs se serviriam das atividades voltadas para favorecer sua *constituency*, de modo a obter certa margem de garantia frente aos candidatos concorrentes. De fato, tais atividades seriam mais frequentes entre os candidatos novos e os que representam distritos não seguros. Outros estudos confirmam esse ponto de vista. Wood e Norton afirmam (1992) que “explanations appealing to electoral motivation to account for personal vote changes have better success than those that seek other reasons (ideology, role perceptions)” (p. 237). Entretanto, Norris (1997) conclui que as atividades dos deputados são de relativa importância para estabelecer um nível significativo de voto pessoal. Ou seja, diferentemente do caso americano, “casework is as an important public duty of representatives” (p. 47).

diminuídos os poderes dos presidentes das comissões, e fortalecida a *leadership* dentro do partido de modo a revitalizar a dimensão partidária e, enfim, tornar o partido mais central na dinâmica organizacional dos trabalhos congressuais. Tudo isso considerado, resta entender o motivo que levou à adoção dessas medidas. Como explicar uma mudança no “textbook Congress”?¹⁵

A hipótese que ganhou mais saliência na literatura aponta as mudanças ocorridas no âmbito eleitoral como as mais significativas. Em particular, faz-se necessário olhar para as mudanças no tipo de comportamento de voto. Segundo Shepsle (1989), “reapportionments, along with economic and demographic change, produce congressional districts that were neither so purely rural nor so purely urban as they had been. [...] Member interests began to reflect this heterogeneity. [...] Members thus had to diversify their portfolio of legislative activities. And this meant less specialization, less deference, less reciprocity” (p. 244). O cenário objetivo que essa situação acarreta é que agora os deputados possuem diferentes tipos de *constituencies* dentro do próprio distrito (FENNO, 1978). Em termos de ação política, isso implica a diminuição do custo para o deputado se desviar da perspectiva majoritária (FIORINA, 1974), pois agora se tornava uma necessidade o investimento em atividades direcionadas a favorecer o próprio eleitorado. Os impactos objetivos mais evidentes afetaram inicialmente o Partido Democrata; sobretudo os deputados eleitos nos distritos do Sul do país.

A partir da eleição de 1958, novos deputados passam a integrar as fileiras dos democratas, com um perfil mais liberal – tendência confir-

mada nas eleições seguintes. Em particular, os democratas do Sul, geralmente mais conservadores, percebiam que seus distritos estavam se tornando mais heterogêneos (ROHDE, 1991; SINCLAIR, 2000). Isso permitiu uma convergência entre democratas do Norte e do Sul sobre temas comuns dentro da Câmara. No começo dos anos 1970, os liberais do Partido Democrata eram maioria. Enfrentavam, contudo, além de um presidente republicano, uma forte minoria e, às vezes, democratas conservadores que, nas respectivas comissões, bloqueavam muitas das iniciativas legislativas. Isso teve um impacto fundamental sobre a decisão de rever o sistema organizacional na Câmara dos Deputados. O fato de o Partido Democrata ser mais homogêneo permitiu que fossem adotadas reformas que garantissem melhor o controle do partido – por meio das lideranças – sobre a ação dos próprios deputados¹⁶.

Como se vê, esta abordagem de certa forma reinterpreta a visão individualista proposta originariamente por Mayhew e outros (FEREJOHN, 1974; FIORINA 1989; MAYHEW, 1974; RIVERS; FIORINA, 1991; WEINGAST; MARSHALL, 1988). A lógica é clara: a homogeneidade interna leva os MPs a concordarem com a visão do partido. A inclinação partidária pode derivar, por sua vez, de posições sobre *policy* ou dos incentivos eleitorais. A questão é pensar o poder de agenda como poder da maioria sobre a minoria e da maioria sobre seus membros internos.

Em contraste com tal interpretação, há quem considere a centralização como uma reação racional – para o governo – aos incentivos presentes na arena eleitoral. No caso, a necessidade de garantir eficácia no processo legisla-

15 A expressão é de Shepsle (1989), que segundo ele “the Textbook Congress is a specification of equilibrium practices and tendencies; the portrait endures as long as the generalities on which it is based hold true” (p. 238).

16 Da mesma forma, a homogeneidade das preferências entre os republicanos explicaria as reformas ocorridas nos anos 1990, que fortaleceram o poder dos líderes daquele partido (ALDRICH; ROHDE, 2000).

tivo, sobretudo quando as dinâmicas eleitorais estimulam a exacerbação da ação individualista dos deputados. A título de exemplo, vale retomar a conclusão de Mark Hallerberg (2004) quando indagados os procedimentos de votação restritivos nos parlamentos europeus. De acordo com o autor, “states with a high personal vote were three times more likely to impose restrictive procedures on the vote and also more likely to have votes clause-by-clause that would presumably make logrolls more difficult” (p. 31-32). Nos países da América Latina as coisas não seriam diferentes. Prevalecendo o personalismo dos políticos, a inclinação dos latinos seria promover presidentes com fortes poderes proativos, isto é, poderes que podem ser usados sem a participação do Congresso de modo a mudar quase que unilateralmente a agenda política (CAREY; SHUGART, 1998). Assim, nas palavras de Shugart (1998), se os políticos “heavily favour the seeking of personal reputations, they keep parties weak but endow the executive with strong (proactive) legislative powers” (p. 27). A maioria destes autores se prende a um argumento de eficiência administrativo. A resposta que encontramos aqui é institucional: regras formais permitem resolver o problema da alocação ineficiente dos recursos. Assim, por exemplo, a delegação de poderes fortes ao Ministro das Finanças durante o processo orçamentário ou o compromisso em negociar as decisões entre os membros da coalizão pode reduzir o problema da distribuição de benefícios a grupos e indivíduos de forma mais ou menos concentrada, um problema que na literatura aparece geralmente sob a noção de *common pool resource problem* (HALLERBERG; HAGEN, 1997, p. 1999).

Explicação alternativa para as mudanças das regras internas se fixa nos fatores internos ao parlamento. Chamarei esta de

“explicação por fatores endógenos”. Uma primeira razão de mudança das regras é pouco explorada pela ciência política e está vinculada a fenômenos de obstrução dos trabalhos parlamentares. Há inúmeros exemplos, ainda no século XIX, de mudança do regimento em consequência da exigência de limitar fenômenos obstrucionistas, isto é, a capacidade de uma minoria parlamentar paralisar o andamento normal dos trabalhos legislativos. Nesse caso, claramente, a reforma é centralizadora, já que visa restringir certas prerrogativas individuais dos parlamentares.

O exemplo clássico é o da Inglaterra do século XIX. O fenômeno obstrucionista se manifestou a partir de 1877, quando a “brigada irlandesa” – um pequeno grupo de deputados irlandeses – começou a obstruir o trabalho parlamentar após a rejeição do projeto de reforma do *home rule*¹⁷. A estratégia escolhida pelos deputados para obstruir a dinâmica dos trabalhos foi a de debater por horas e propor inúmeras emendas. Essa tática foi perseguida de forma mais ou menos consistente por alguns anos e se intensificou a partir de 1881. O então primeiro-ministro Gladstone, após uma sessão de intensa obstrução, anunciava medidas para instaurar um regime especial de tramitação das propostas em caso de urgência, atribuindo ao *speaker* o poder de acelerar as discussões (*Coercion Bill*). A partir de 1882, outras medidas foram adotadas novamente como resposta a tentativas prolongadas de obstrução dos trabalhos. Realmente, o período foi marcado pela introdução de resoluções drásticas, “such as the closure and the restrictions upon both dilatory motions and substantive motions for the adjournment of the

17 Este era o projeto que previa a autonomia legislativa da Irlanda com amplas garantias de independência.

House” (CAMPION, 1958, p. 39)¹⁸. De certa forma, o fenômeno obstrucionista exigia uma reação mais eficaz e rápida do governo e dos partidos parlamentares. Isso explicaria por que as mudanças regimentais no Reino Unido, que procederam sempre de forma lenta e gradual, segundo uma lógica de tipo incremental, se afirmaram de forma mais rápida a partir dos anos 1880.

Exemplos dessa mudança nas regras não faltam também no século XX. O caso mais interessante é certamente o italiano. A Itália, desde 1861, ano da criação do Reino de Itália, até pelo menos os anos 1980 do século XX, era identificada frequentemente como caso atípico entre os países europeus pelo fato dos trabalhos parlamentares ser altamente descentralizados. Entretanto, a partir de 1981 algumas pequenas mudanças em direção ao questionamento da centralidade do parlamento foram feitas. O momento originário dessa mudança ocorreu entre 1979 e começo de 1980, quando partidos de oposição prejudicaram continuamente o andamento dos trabalhos parlamentares da Câmara dos Deputados. A apresentação de emendas, os contínuos pedidos de uso da palavra e as contestações das decisões tomadas pelo presidente eram os instrumentos mais utilizados pelos radicais para obstruir a tramitação das propostas legislativas do governo. Propostas de mudança do regimento foram feitas, mas esbarravam na reação dos obstrucionistas, que apresentaram cerca de 57 mil emendas com o claro propósito de bloquear a reforma do regimento. Para o governo, o fato era de extrema gravidade, visto que, em matéria de reforma do regimento, não era prevista a possibilidade de recorrer ao voto de confiança.

A solução adotada para sair do impasse foi a interpretação diferente dos poderes da comissão permanente encarregada de interpretar o regimento da casa, a Giunta per il Regolamento. De acordo com o artigo 16 do regimento de 1971, “a Giunta propõe ao plenário as modificações e os acréscimos ao regimento que a experiência demonstre ser necessária”. Os maiores partidos se acordaram estabelecendo que esse órgão interno à Camera dei Deputati era o único titular do poder a propor mudanças ao regimento, validando a interpretação de que não se aplicavam as regras do procedimento legislativo ordinário. Deputados e grupos parlamentares podiam apresentar emendas cuja elaboração, porém, era de restrita competência da Giunta. Ao plenário, na prática, restava apenas a discussão da proposta da Giunta ou a votação das emendas de deputados e dos grupos que, porém, haviam sido organizadas pela mesma Giunta por linhas gerais. Aprovada a interpretação ao artigo 16, a Câmara conseguiu passar algumas propostas de mudança do regimento mais centralizadoras como limites ao uso da palavra, a unificação da fase da discussão dos artigos dos projetos com a das emendas, estabelecendo, ao mesmo tempo, limites de tempo para as intervenções dos deputados e dos grupos e, também, a atribuição ao presidente da Câmara da programação dos trabalhos parlamentares em caso de ausência de acordo no colégio de líderes.

Como ficou claro, uma conclusão a respeito das causas que movem o legislador a reformar o regimento é ainda cedo para ser avançada. Na medida em que se torna necessária uma reflexão finalizada em tal direção, gostaria de apontar em uma possível direção da pesquisa.

18 Entre 1882 e 1894, o obstrucionismo se perpetuou quase sem interrupção. O quadro piorou em 1885, quando os irlandeses obtiveram um bom desempenho nas eleições daquele ano. O instrumento da *closure* se revelou insuficiente para reagir ao obstrucionismo da brigada irlandesa já a partir de 1887. Assim, foram adotadas outras medidas, entre as quais vale citar a *closure by comportment*, mais conhecida como *guillotine*, prevendo o fechamento da discussão e imediata votação sobre um projeto de lei.

Referências

- ALDRICH, J. H.; ROHDE, D. The republican revolution and the house appropriations committee. *Journal of Politics*, v. 62, n. 1, p. 1-33, 2000.
- ARROW, K. J. Social science and individual values. New York: Wiley, 1951.
- BARON, D.; FEREJOHN, J. A. Bargaining in legislatures. *American Political Science Review*, v. 83, n. 4, p. 1181-1206, dez. 1989.
- BINDER, S. *Minority rights, majority rules*. Cambridge: Cambridge University, 1997.
- BRÄUNINGER, T.; DEBUS, M. Legislative agenda-setting in parliamentary democracies. *European Journal of Political Research*, v. 48, p. 804-839, 2009.
- CAIN, B.; FEREJOHN, J.; FIORINA, M. *The personal vote: constituency service and electoral independence*. Cambridge: Cambridge University, 1987.
- CAMPION, L. *An introduction to the procedure of the House of Commons*. London: Macmillan, 1958.
- CAREY, J.; SHUGART, M. Calling out the tanks or just filling out the forms. In: CAREY, J. M.; SHUGART, S. M. (Orgs.). *Executive decree authority*. Cambridge: Cambridge University, 1998, p. 1-29.
- CHEIBUB, J. A.; LIMONGI, F. From conflict to coordination: Perspectives on the study of executive-legislative relations. *Revista Ibero-americana de Estudos Legislativos*, v. 1, n. 1, p. 38-53, 2010.
- COHEN, J. Procedure and substance in a deliberative democracy. In: BOHMAN, J.; REHG, W. (Eds.). *Deliberative democracy*. Cambridge: MIT, 1997.
- COLOMBO, P. *Governo*. Bologna: Il Mulino, 2003.
- COX, G. W. *The efficient secret: The cabinet and the development of political parties in Victorian England*. Cambridge: Cambridge University, 1987.
- _____. The organization of democratic legislatures. In: WEINGAST, B.; WITTMAN, D. (ed.). *Oxford handbook of political economy*. New York: Oxford University, 2006.
- COX, G. W.; MCCUBBINS, M. D. *Setting the agenda: Responsible Party Government in the U.S. House of representatives*. Cambridge: Cambridge University, 2005.
- CROMWELL, V. The losing of the initiative by the House of Commons, 1780-1914. *Transactions of the Royal Historical Society*, v. 18, p. 1-23, 1968.
- DIERMEIER, D.; FEDDERSEN, T. J. Cohesion in legislatures and the vote of confidence procedure. *American Political Science Review*, v. 92, n. 3, p. 611-621, Sep. 1998.
- DIEZ-PICAZO, L. M. Atti legislativi del governo e rapporti fra i poteri: L'esperienza spagnola. *Quaderni Costituzionali*, n. 1, p. 47-67, 1996.
- DORING, H. (Org.). *Parliaments and majority rule in Western Europe*. New York: St. Martin's, 1995a.
- _____. Institutions and policies: why we need cross-national analysis. In: _____. *Parliaments and majority rule in Western Europe*. New York: St. Martin's, 1995b, p. 27-50.
- _____. Time as a scarce resource: government control of the agenda. In: _____. *Parliaments and majority rule in*

- Western Europe. New York: St. Martin's, 1995c, p. 223-246.
- _____. Fewer thought presumably more conflictual bills: Parliamentary government acting as monopolist. In: _____. *Parliaments and majority rule in Western Europe*. New York: St. Martin's, 1995d, p. 593-600.
- _____. Is government control of the agenda likely to keep 'legislative inflation' at bay? In: _____. *Parliaments and majority rule in Western Europe*. New York: St. Martin's, 1995e, p. 654-687.
- _____. Parliamentary agenda control and legislative outcomes in Western Europe. *Legislative Studies Quarterly*, v. 26, n. 1, p. 145-165, 2001.
- DORING, H.; HALLEMBERG, M. *Patterns of parliamentary behavior: Passage of legislation across Western Europe*. Aldershot: Ashgate, 2004.
- EDWARDS III, G. C.; BARRETT, A.; PEAKE, J. The legislative impact of divided government. *American Journal of Political Science*, v. 41, n. 2, p. 545-563, 1997.
- FENNO, R. Jr. *Home style: house members in their districts*. Boston: Little Brown, 1978.
- FEREJOHN, J. *Pork Barrel Politics*. Stanford: Stanford University, 1974.
- FIGUEIREDO, A.; LIMONGI, F. *Executivo e legislação na nova ordem constitucional*. Rio de Janeiro: FGV, 1999.
- FIORINA, M. P. *Representatives, roll calls, and their constituents*. Lexington: Lexington Book, 1974.
- _____. *Congress, keystone of the Washington establishment*. Yale: Yale University, 1989.
- FIORINA, M. P.; PLOTT, C. R. Committee decisions under majority rule. *American Political Science Review*, v. 72, p. 575-598, June. 1978.
- GALLOWAY, G. B. *History of the House of Representatives*. New York: Thomas Y. Crowell Company, 1976.
- GOMES, S. O impacto das regras de organização do processo legislativo no comportamento dos parlamentares: um estudo de caso da Assembleia Nacional Constituinte (1987-1988). *Dados*, v. 49, n. 1, p. 193-224, 2006.
- HALLERBERG, M. Electoral laws, government, and parliament. In: DORING, H.; HALLEMBERG, M. (Org.). *Patterns of parliamentary behavior: passage of legislation across Western Europe*. Aldershot: Ashgate, 2004, p. 11-33.
- HALLERBERG, M.; HAGEN, J. von. Electoral institutions, cabinet negotiations, and budget deficits in the European Union. *NBER Working Paper Series*, Working Paper 6341, 1997.
- _____. Electoral institutions, cabinet negotiations, and budget deficits in the European Union. In: POTERBA, J. M.; HAGEN, J. von. *Fiscal institutions and fiscal performance*. Chicago: University of Chicago, 1999, p. 209-32.
- HENNING, C. H. C. A. A formal model of law production by government as a natural monopoly. In: DORING, H. (Org.). *Parliaments and majority rule in Western Europe*. Now York: St. Martin's, 1995, p. 601-614.
- HUBER, J. D. *Rationalizing parliament: legislative institutions and party politics in France*. Cambridge: Cambridge University, 1996.
- JENNY, M.; MULLER, W. C. Presidents of parliament: neutral chairmen or assets of the majority? In: DORING, H. *Parliaments and majority rule in Western Europe*. New York: St. Martin's, 1995, p. 326-364.
- KELLY, S. Q. Divided we govern? A reassessment. *Polity*, v. 25, n. 3, p. 475-484, 1993.

No caso, ao invés de se prender a um ou outro tipo de explicação (exógena ou endógena), a opção de encontrar ao mesmo tempo elementos dos dois tipos creio ser a melhor estratégia. A exemplo disso vale o trabalho de Cox sobre a Inglaterra do século XIX. *The efficient secret*, publicado em 1989, descreve a perda de poder dos deputados na House of Commons em função da reforma eleitoral de 1832. A reforma eleitoral “increased demand by MPs for legislative time was an electoral phenomenon, driven chiefly by the growth of the constituencies” (p. 59). As evidências encontradas pelo autor vão de encontro a esta visão. Todavia, Cox considera outros fatores, de clara conotação endógena, para explicar as causas das mudanças procedimentais: 1) força do *Cabinet*, já elevada à época das mudanças, 2) grupo de parlamentares pró-reforma (ex-ministros ou que haviam integrado algum ministério no passado); 3) dificuldade dos parlamentares de se organizar de forma coesa contra as mudanças; 4) o fato de as reformas serem incrementais e, portanto, percebidas como marginais pelos próprios legisladores. Interessante que Cox não explora esses pontos, nem se preocupa em apresentar evidências empíricas em tal sentido. Resta a sugestão analítica de que a compreensão das mudanças deve passar pelos dois tipos de mudanças, as endógenas e as exógenas.

Conclusão

Este texto procurou sintetizar as principais contribuições da literatura sobre o tema da tomada da decisão coletiva dentro das legislaturas. Minha preocupação não foi detalhar casos, e sim mostrar a evolução das pesquisas sobre as regras que regem os trabalhos legislativos, levantando, assim, questionamentos para

futuras pesquisas. Em síntese, é possível afirmar que há consenso em torno da ideia de que é o conjunto das regras internas aos parlamentos que nos permite entender como os atores atuam e tomam decisões coletivas. Os esforços recentes vão nessa direção quando, por exemplo, tentam analisar de forma aprofundada e comparada o poder de agenda do governo. Ou seja, o foco em torno da importância das regras como variáveis independentes é consolidado e bem desenvolvido na literatura. Quando, porém, passa-se a examinar as tentativas de identificação dos elementos que explicam as mudanças nas regras internas, é evidente a ausência de similar esforço analítico. Falta, é o caso de dizer, uma teoria da mudança institucional que, por além do caso específico, geralmente limitado ao congresso americano e ao parlamento inglês, possa refletir sobre as causas que levam os legisladores a mudar as regras que racionalizam a atividade de tomada de decisão nos parlamentos. Vê-se o caso brasileiro. Temos uma noção consolidada em torno da importância das regras regimentais como fatores explicativos do comportamento parlamentar e, em última instância, da força da coalizão governamental no Congresso (FIGUEIREDO; LIMONGI, 1999). Entretanto, pouco sabemos a respeito da origem e evolução dessas normas¹⁹. No fundo, a bem entender, o instrumento legislativo da urgência já estava previsto nos regimentos republicanos. Essa constatação, gostaria de dizer, sugere um melhor aprofundamento do tema relativo à construção e introdução das regras. O problema da tomada de decisão é aqui secundário. Entretanto, creio que o entendimento sobre o tema será completo apenas após termos uma resposta no mérito de como o legislador desenha as instituições formais.

19 Vale observar a exceção dos estudos sobre a Constituinte de 1988. Para a análise aprofundada das mudanças das regras procedimentais na constituinte ver Souza (2003) e Gomes (2006).

- LEES-SMITH, M. A. The time-table of the house of commons. *Economica*, v. 11, p. 140-162, 1924.
- LESTON-BANDEIRA, C. *Da legislação à legislação: O papel do parlamento português*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2002.
- MAMADOUH, V.; RAUNIO, T. The committee system: powers, appointments and report allocation. *Journal of Common Market Studies*, v. 41, n. 2, p. 333-351, 2003.
- MARTIN, A. Stabilité gouvernementale et rationalisation du régime parlementaire espagnol. *Revue Française de Droit Constitutionnel*, v. 41, n. 1, p. 27-66, 2000.
- McKELVEY, R. D. Intransitivities in multidimensional voting models and some implications for agenda control. *Journal of Economic Theory*, v. 12, n. 3, p. 472-482, 1976.
- MAYHEW, D. R. *Congress: the electoral connection*. New Haven: Yale University, 1974.
- _____. *Divided we govern: Party control, lawmaking, and investigations, 1946-1990*. Yale: Yale University, 1991.
- NEGRETTO, G. L. *Making constitutions: Presidents, parties, and institutional choice in Latin America*. Cambridge: Cambridge University, 2013.
- NORRIS, P. The puzzle of constituency service. *Journal of Legislative Studies*, v. 3, n. 2, p. 29-49, 1997.
- RASCH, B. E. Parliamentary voting procedures. In: DORING, H. *Parliaments and majority rule in Western Europe*. New York: St. Martin's, 1995, p. 488-527.
- _____. Parliamentary floor voting procedures and agenda setting in Europe. *Legislative Studies Quarterly*, v. 25, n. 1, p. 3-23, feb. 2000.
- REBUFFA, G. Teoria e prassi del negoziato parlamentare tra conflitto e consociazione. In: VIOLANTE, L. (org.). *Annali della Storia d'Italia. Il Parlamento*. Torino: Einaudi, 2001, p. 485-517.
- REDLICH, Josef. *The procedure of the house of commons: A study of its history and present form*. London: Archibald, 1908-2004.
- REDSLOB, R. *Le régime parlementaire*. Etude sur les institutions d'Angleterre, de Belgique, de Hongrie, de Suède, de France, de Tchécoslovaquie, de l'Empire Allemand, de Prusse, de Bavière et d' Autriche. Paris: Giard, 1924.
- RIKER, W. H. Implications from the disequilibrium of majority rule for the study of institutions. *American Political Science Review*, v. 74, n. 2, p. 432-446, 1980.
- RIVERS, D.; FIORINA, M. P. Constituency service, reputation, and the incumbency advantage. In: FIORINA, M. P.; RHODE, D. W. (Org.). *Home style and Washington work*. Ann Arbor: University of Michigan, 1991, p. 17-45.
- RIVOSECCHI, G. *Regolamenti parlamentari e forma di governo nella XIII legislatura*. Milano: Giuffrè, 2002.
- ROHDE, D. W. *Parties and leaders in the post-reform house*. Chicago: University of Chicago, 1991.
- SAIEGH, S. M. Political prowess or "lady luck"? Evaluating chief executives' legislative success rates. *The Journal of Politics*, v. 71, n. 4, p. 1342-1356, Oct. 2009.
- SOUZA, M. T. O processo decisório na Constituição de 1988: Práticas institucionais. *Lua Nova*, v. 58, p. 37-59, 2003.
- SCHICKLER, E. *Disjointed pluralism*. Princeton: Princeton University, 2001.
- SHAW, M. Parliamentary committees: A global perspective. *Journal of Legislative Studies*, v. 4, n. 1, p. 225-251, 1998.

- SHEPSLE, K. A. Institutional arrangements and equilibrium in multidimensional voting models. *American Journal of Political Science*, v. 23, n. 1, p. 27-59, 1979.
- _____. The positive theory of legislative institutions: an enrichment of social choice and spatial models. *Public Choice*, v. 50, p. 135-179, 1986a.
- _____. Institutional equilibrium and equilibrium institutions. In: WEISBERG, H. F. (ed.). *Political science: the science of politics*. New York: Agathon, 1986b, p. 51-82.
- _____. The changing textbook congress. In: CHUBB, J.; PETERSON, P. (ed.). *Can the government govern?* Washington: Brooking Institutions, 1989, p. 238-266.
- SHEPSLE, K. A.; WEINGAST, B. Uncovered sets and sophisticated voting outcomes with implications for agenda institutions. *American Journal of Political Science*, v. 28, n. 1, p. 49-74, 1984.
- _____. The institutional foundations of committee power. *American Political Science Review*, v. 81, n. 1, p. 85-104, 1987.
- SINCLAIR, B. *Unorthodox lawmaking*. Washington: CQ, 2000.
- SHUGART, M. S. The Inverse relationship between party strength, and executive strength: a theory of politicians constitutional choices. *British Journal of Political Science*, v. 28, n. 1, p. 1-29, 1998.
- TSEBELIS, G. *Veto players: How political institutions work*. Princeton: Princeton University, 2001.
- TSEBELIS, G.; RASCH, B. E. Governments and Legislative agenda setting: An introduction. In: _____. *The role of governments in legislative agenda setting*. New York: Routledge, 2011, p. 1-20.
- TULLOCK, G. Why so much stability? *Public Choice*, v. 37, n. 2, p. 189-204, 1981.
- WEHNER, J. Assessing the power of the purse: An index of legislative budget institutions. *Political Studies*, v. 54, p. 767-785, 2006.
- WEINGAST, B. R.; MARSHALL, W. The industrial organization of congress. *Journal of Political Economy*, v. 96, n. 1, p. 132-163, 1988.
- ZUBEK, R. Negative agenda control and Executive-Legislative relations in East Central Europe, 1997-2008. *The Journal of Legislative Studies*, v. 17, n. 2, p. 172-192, 2011.

Resumo

Teorias e interpretações recentes sobre o processo decisório nos parlamentos contemporâneos

Este artigo resenha as principais abordagens sobre o funcionamento dos parlamentos contemporâneos, ressaltando a questão da organização interna de seus trabalhos legislativos. Partindo de uma breve reflexão sobre o valor da regra de maioria como garantia de decisão parlamentar, passo a tratar da atribuição do poder decisório a determinados atores institucionais, inclusive focando as consequências da centralização/descentralização dos trabalhos sobre a atividade legislativa. Por último, reflito sobre o tema das causas que levaram o legislador a determinar uma organização mais ou menos centralizada dos trabalhos parlamentares. Veremos que o tópico, pouco explorado no Brasil e em termos comparados, ainda demanda pesquisas, sobretudo acerca da mudança institucional dos regimentos dos parlamentos contemporâneos.

Palavras-Chave: Congresso Nacional; Regimento Interno; Mudança Institucional; Poder Legislativo; Relação Executivo-Legislativo.

Abstract

Recent theories and interpretations on the decision-making process in contemporary parliaments

The article reviews the main approaches on the functioning of contemporary parliaments, highlighting the issue of the internal organization of their legislative works. Starting with a brief reflection on the value of the majority rule as a guarantee of parliamentary decision, it deals with the question of the allocation of decision-making powers to certain institutional agents, focusing the consequences of the centralization/decentralization of works for the legislative activity. Finally, the article reflects about the reasons causing that the legislator determine a more or less centralized organization of parliamentary works. The article concludes that, even little explored in Brazil and in comparative terms, this is a topic which demands research attention, especially about the institutional change in contemporary parliament's regulations.

Keywords: National Congress; Internal Regulations; Institutional Change; Legislative Power; Executive-Legislative Relationship.

Résumé

Théories et interprétations récentes sur le processus décisionnel au sein des parlements contemporains

Cet article résume les principales approches sur le fonctionnement des parlements contemporains, mettant en avant la question de l'organisation interne de leurs travaux législatifs. A partir d'une brève réflexion sur la valeur de la règle de la majorité en tant que garantie de décision parlementaire, l'article aborde l'attribution du pouvoir décisionnel à certains acteurs institutionnels, en se concentrant y compris sur les conséquences de la centralisation/décentralisation des travaux sur l'activité législative. Finalement, nous proposons une réflexion sur le thème des causes qui ont conduit le législateur à déterminer une organisation plus ou moins centralisée des travaux parlementaires. Nous remarquerons que cette question, encore peu développée au Brésil, et suppose, en termes comparés, davantage de recherches, notamment à propos du changement institutionnel des régimes des parlements contemporains.

Mots-clés: Congrès National; Règlement interne; Changement institutionnel; Pouvoir législatif; Relation entre les pouvoirs exécutif et législatif.

1. Introdução

A literatura norte-americana recente vem produzindo trabalhos sobre uma suposta polarização partidária no país (PIERSON; HACKER, 2005; STONECASH, 2010; MANN; ORNSTEIN, 2012; LEVENDUSKY, 2009; BREWER; STONECASH, 2009; MCCARTY; POOLE; ROSENTHAL, 2006; FIORINA, 2005, 2014; SINCLAIR, 2006; LAYMAN, 2001; BLACK; BLACK, 2007), atribuindo ao Partido Democrata uma ideologia crescentemente liberal, e ao Partido Republicano, ao contrário, uma ideologia amplamente conservadora¹. A maioria dos estudos que versam sobre o assunto centra-se em análises feitas a partir de políticas defendidas pelos partidos (caracterizando-se justamente por uma oposição entre eles) e pela comparação entre as votações e proposições feitas por líderes partidários, seja no Congresso, no Executivo ou no processo de candidatura. Os dados analisados nesses estudos apontam para uma mesma conclusão, qual seja: os partidos políticos parecem estar se distanciando do centro do espectro político ao defender políticas de cunho mais extremistas, tanto no âmbito liberal (pelo Partido

Democrata), como no âmbito conservador (pelo Partido Republicano).

A crescente polarização partidária, dessa maneira, se atribuiria, na sua base, a uma “homogeneização” ideológica a que Fiorina (2014) chama de “*sorting*”. Ou seja, o Partido Republicano estaria expondo políticas de cunho consistentemente conservador em todas as esferas (social, econômica e externa, por exemplo), refletindo uma homogeneidade ideológica típica conservadora. Da mesma forma, o Partido Democrata, ao expor posicionamentos políticos típicos liberais em todas as esferas de atuação, estaria refletindo uma homogeneidade ideológica tipicamente liberal. Ao contrário de conjugar em um mesmo partido duas vertentes ideológicas distintas, como era o caso desses partidos na maior parte do século XX, o que se nota atualmente seria uma separação partidária advinda da ideologia. Assim, o conservadorismo e o liberalismo, que antes encontravam espaço (e dividiam esse espaço) em ambos os partidos nos Estados Unidos, hoje são sinônimos de um único partido: o Partido Republicano é o partido “conservador”, enquanto o Democrata é o partido “liberal”.

1 O termo “liberal” no contexto norte-americano refere-se à defesa de uma maior ingerência do governo na imposição de políticas de bem-estar social na esfera econômica e, ao contrário, o distanciamento do governo nas questões sociais e de ordem “privada”. O liberalismo, assim, posiciona-se de maneira oposta ao “conservadorismo” que defende uma menor atuação do Estado na área econômica e uma maior ingerência na área social “privada”.

Essa polarização partidária parece ainda estar dissociada com o público eleitor e com a sociedade em geral. Para Masket (2012): “Democrats as often as Republicans, take positions that are more partisan than the voters they purport to represent [...]. Extreme partisan politics – total war – [...] is the norm in the U.S. Congress”. De fato, estudos vêm demonstrando uma crescente lacuna entre as políticas defendidas pelo partidos e aquelas da sociedade norte-americana (FIORINA, 1999, 2005, 2014; FIORINA; ABRAMS, 2008). Contrário à proposição de uma divisão “cultural” norte-americana, esses estudos demonstram empiricamente que a maioria da população segue mantendo posicionamentos políticos relativamente moderados e centrais – os mesmos de três décadas atrás (FIORINA, 2005, 2014). A guerra ideológica, assim, estaria presente na arena partidária e nos seus grupos de apoio, mas não pode ser entendida como reflexo de uma polarização na sociedade.

Além do seu caráter pouco democrático (se levarmos em conta a diferença entre o posicionamento dos partidos e os da sociedade), a polarização partidária apresenta ainda um segundo paradoxo: ao invés de angariar votos com um posicionamento mais extremado, o que explicaria o posicionamento radicalizado pelo viés da abordagem racionalista, há perda de votos. Ou seja, estudos mostram que, quanto mais extremado o registro de votos de um congressista, mais chances de sofrer derrota nas próximas eleições (CANES-WRONE; BRADY; COGAN, 2002). O posicionamento extremado de líderes partidários poderia, ainda, ser entendido como uma tentativa racional de aliar-se com a base eleitoral e distrital. De acordo com Ansolabehere, Snyder e Stewart (2001), no entanto, líderes partidários e congressistas, em específico, demonstram, crescentemente, um distanciamento entre a

agenda política por eles defendida e aquela do eleitorado médio dos seus distritos. Assim, ao que tudo indica, os líderes partidários estariam intencionalmente implementando e defendendo políticas contrárias a maioria dos seus constituintes e diminuindo suas chances de sucesso eleitoral.

O crescente distanciamento entre o Partido Republicano e o Partido Democrata, bem como entre esses partidos e a sociedade em geral é um fenômeno singular (além de contemporâneo) na história dos Estados Unidos e que abre espaço para questionamentos na academia científica. Desafia, por exemplo, a noção racionalista downsiana de que partidos tenderiam a mover-se em direção ao centro do espectro político e concentrar suas propostas e programas partidários nos anseios da maioria do público eleitor. Partidos polarizados e uma radicalização ideológica autônoma questionam não só abordagens partidárias vigentes, no sentido de estratégias e objetivos do partido (já que uma maior radicalização ideológica não é sinônimo de maior número de votos), como significam também questionamentos a respeito da própria relação democracia *versus* partidos, que tipicamente enfatiza o papel positivo dos partidos para o funcionamento da democracia (SCHATTSCHNEIDER, 1942; KEY, 1958).

Assim, esse fenômeno contemporâneo estadunidense demonstra mais que uma mera conjuntura doméstica: expõe mesmo os limites de determinadas abordagens e conceitos bastante difundidos na academia científica atualmente. E é justamente por causa da insuficiência explicativa e analítica de abordagens tradicionais, como o Neoinstitucionalismo da Escolha Racional (DOWNS, 1999; BLACK, 1948; ALDRICH; 1995), que novos enfoques ascendem na academia norte-americana – entre eles, a abordagem do partido network (*party network*), também entendido como partido expandido (*expanded party*).

Resgatando a teoria dos grupos (BENTLEY, 1908; HERRING, 1968; TRUMAN, 1968; KEY, 1958), o partido network propõe uma nova abordagem no que diz respeito à composição, à organização e às dinâmicas partidárias e contribui para uma melhor compreensão do fenômeno atual de polarização partidária nos Estados Unidos. De maneira sucinta, essa abordagem redefine o significado de partido ao postulá-lo de maneira mais abrangente e holística – uma aglomeração de diferentes grupos, dentre os quais fazem parte líderes partidários, grupos de interesse, ativistas, entre outros. Tendo em vista o caráter altamente descentralizado, não hierárquico e crescentemente democratizado, os partidos nos Estados Unidos passam a ser tratados de forma a abarcar no seu conjunto não só as lideranças partidárias, mas a “base” do partido – afinal, é ela que está presente nas primárias e nas convenções nacionais (responsáveis, por exemplo, pela construção das plataformas nacionais, uma espécie de retrato ideológico do partido em um dado momento).

Não há como negar a importância de estudos mais aprofundados a respeito desse fenômeno norte-americano que questiona desde abordagens teóricas amplamente utilizadas e até noções de representação. Talvez pela primeira vez nos deparamos com um cenário político no qual ideologia, partidos e ativistas estão intimamente conectados. E talvez também pela primeira vez somos obrigados a buscar explicações que vão além da estratégia racional e da representação do eleitor mediano.

Assim, a abordagem do partido network traz consigo importantes questionamentos, problemáticas e objetos de estudo acerca dos partidos políticos que, até então, não haviam sido explorados ou dimensionados em sua to-

talidade. Essa abordagem permite, por exemplo, um entendimento mais aprofundado das várias dinâmicas que compõem os partidos. Aspectos quase negligenciados no estudo de partidos políticos, tal como ideologia, posicionamento político, rede de relacionamentos e agenda partidária, passam a ganhar espaço nessa abordagem. O partido network apresenta, ainda, uma nova concepção da relação entre determinados setores da sociedade e o sistema político, além de uma interpretação bastante pessimista sobre o elo entre partidos e democracia. Questiona pilares metodológicos e teóricos até então bastante enraizados na disciplina ao apresentar uma nova concepção de partido político que se utiliza de variados métodos de análise e permite o entendimento mais aprofundado acerca de aspectos que costumavam ser relativamente negligenciados nos estudos partidários. A utilização dessa abordagem, ao fim, implica em novos rumos e campos de estudo na Ciência Política, redefinindo mesmo o debate acadêmico.

O trabalho aqui proposto, assim, busca expor essa nova abordagem no estudo de partidos políticos, atentando para a sua base teórica e seus postulados. Faz-se inicialmente uma digressão sobre as raízes teóricas do partido network – a teoria dos grupos, e, em seguida, uma análise acerca dos seus principais postulados e contribuições para os estudos partidários.

2. A teoria dos grupos

A teoria dos grupos está inserida na abordagem pluralista da Ciência Política, e, portanto, comportamentalista. Apesar do termo “grupo” fazer parte dos relatos mais antigos de política norte-americana², uma “teoria dos grupos” é relativamente recente.

2 James Madison e Alexander Hamilton já atentavam para o “poder destrutivo” de grupos e facções no recém-formado governo norte-americano (THE FEDERALIST PAPERS, 1787-1788).

A interpretação da política através do estudo de grupos tem início na Ciência Política norte-americana com a abordagem teórica de Bentley em 1908. Posteriormente, Herring (1968), Truman (1968), Key (1958), entre outros, se utilizariam dessa teoria em abordagens mais empíricas, relacionando grupos de interesse com a política desenvolvida nos Estados Unidos na primeira metade do século XX. De maneira geral, o postulado da teoria dos grupos resume-se assim: toda a atividade política está fundada em grupos que buscam defender seus interesses em contraposição a outros grupos de interesses divergentes.

Iniciando uma nova vertente na Ciência Política, Bentley (1908) demonstra continuamente uma preocupação em estudar a política por meio de suas “forças vivas” (o “material bruto” de estudo na Ciência Política) e que podem ser resumidas em relações e atividades que ocorrem na sociedade, ou mais precisamente, *social activities*. Tanto as instituições como os indivíduos só têm sentido se estudados a partir da sociedade. O indivíduo é um ser social. Não existe em isolamento. Tampouco as instituições políticas e as ideologias; ao contrário, são a própria sociedade em ação. O estudo sobre fenômenos políticos, portanto, deve focar, primordialmente, nas “atividades sociais” como variável explicativa. É a partir das atividades desenvolvidas no âmbito social que os fenômenos políticos podem ser explicados. Assim, “The ‘relation’, i.e., the action, is the given phenomenon, the raw material; the action of men with or upon each other” (BENTLEY, 1908, p. 176).

Conforme as atividades sociais ocorrem, grupos se formam e vão distinguir-se dos outros justamente pela atividade desempenhada. A sociedade nada mais é do que uma multidão de grupos que a compõe. Grupo, nesse sentido, não é sinônimo de um

agregado de indivíduos selecionados por algum recorte físico ou geográfico, mas, sim, uma *mass activity*. Por ser uma atividade em “massa”, nada impede que o indivíduo faça parte de diferentes grupos ao mesmo tempo. Visivelmente, a preocupação de Bentley está na “atividade”. O grupo é isso: um aglomerado de indivíduos agindo. “It is first, last, and always activity, action, something doing” (Ibidem, p. 176). O material de estudo de um cientista político, nesse sentido, está nessas atividades. Estas, no entanto, não existem sozinhas. São resultados de grupos de indivíduos que, ao se relacionarem, produzem certas ações – seja na fala, na escrita, no discurso, na proposição de uma lei, entre outros.

Para Bentley, não existe grupo sem interesse. “Interesse” e “grupo” podem ser usados de maneira equivalente, já que um não existe sem o outro: “There exists only the one thing, that is, so many men bound together in or along the path of a certain activity” (Ibidem, p. 212). Essa atividade, no entanto, tem um interesse. A própria direção pela qual o grupo se move tem um interesse. O “interesse”, entretanto, não deve ser restringido a aspectos econômicos. Deve ser abrangente e perceber todos os aspectos da vida social. Por fim, não se pode entender os interesses de grupos salvo em comparação ou em relação a outros grupos. O grupo não existe em isolamento, nem tampouco o interesse que o caracteriza. Todos os grupos estão inseridos em relações sociais, com interesses e atividades que só podem ser compreendidos se levados em conta o meio social em que estão inseridos, ou seja, os outros grupos.

Assim como na sociedade, a política também pode ser percebida como um complexo onde vários grupos atuam, se relacionam e possuem diferentes interesses. Executivo, legislativo, judiciário, partidos e

opinião pública são grupos. Cada um deles representa, por sua vez, um ou mais grupos que se constroem e se pressionam mutuamente. Assim, a política é sempre um fenômeno de “pressão”. A pressão exercida por diferentes grupos é constante e indica os avanços e recuos entre eles. Inclui todas as formas de influência de um grupo contra o outro, desde uma luta física ou discursos abstratos referentes à moralidade (Ibidem, p. 258-259). Assim,

all phenomena of government are phenomena of groups pressing one another, forming one another, and pushing out new groups and group representatives (the organs or agencies of government) to mediate the adjustments. It is only as we isolate these group activities, determine their representative values, and get the whole process stated in terms of them, that we approach to a satisfactory knowledge of government (Ibidem, p. 269).

Para se entender determinados fenômenos políticos, portanto, é necessária a compreensão dos interesses (na forma de atividades) de grupos que compõem esses fenômenos ou os influenciam. O nível de análise a que Bentley pretende seguir, então, é o menor possível de observação, qual seja, as atividades desenvolvidas por indivíduos que fazem parte de determinados grupos. O interesse nada mais é do que a atividade do grupo propriamente dita. Assim, não existe o fenômeno em separado do grupo e tampouco pode ser observado salvo nas atividades que os membros desempenham.

A contribuição de Bentley para a Ciência Política não deve ser menosprezada. Em um momento no qual o foco dos estudos concentrava-se em aspectos formais do governo, tal como o desenho institucional e a engenharia constitucional, Bentley atenta para a importância de se entender a política tal como a observamos. E, para ele, o que se observa são grupos com interesses diferentes que interagem e se influenciam mutuamente.

A partir desse trabalho, a abordagem dos grupos entra na Ciência Política e seria, mais tarde, retomada e expandida por outros autores, em especial por David Truman.

Truman (1968) apropria-se de conceitos básicos sociológicos desenvolvidos por Bentley e utiliza-os de forma mais direcionada ao estudo da política, tendo como base exemplos empíricos fundamentados nas associações norte-americanas. Assim como em Bentley, a vertente sociológica está presente na sua análise: o homem é visto como um ser social, presente sempre em associações com outros homens. Além disso, atenta que as dinâmicas dos grupos estudados (em sua maioria, associações) não demonstram ser essencialmente diferentes por serem esses grupos rotulados como “políticos”. Tanto os “grupos políticos” como os “grupos sociais” apresentam os mesmos padrões e regularidades, ou seja, um grupo que atua na política tem as mesmas origens, estruturas e operações que um grupo que atua no âmbito social, estritamente. No entanto, grupos de interesse que atuam na política se diferenciam dos outros justamente por sua relação e conexões com as instituições formais do governo (TRUMAN, 1968, p. ix).

Um grupo não significa, nesse enfoque, um aglomerado físico de pessoas, tampouco pode ser definido como uma massa de indivíduos que possuem a mesma característica. A influência que uma família exerce nos seus membros, produzindo determinado tipo de comportamento, não está vinculada às características físicas semelhantes ou ao sobrenome idêntico que possuem – a sua influência é resultado das relações frequentes que os indivíduos mantêm uns com os outros. Assim, um grupo é um aglomerado de indivíduos que compartilham de uma mesma característica mas que interagem continuamente. O fator principal, no entanto, é a interação

regular, e não a característica semelhante: “These interactions, or relationships, because they have a certain character and frequency, give the group its molding and guiding powers. In fact, they are the group, and it is in this sense that the term will be used” (Ibidem, p. 24).

A partir da interação nos grupos formam-se normas e atitudes compartilhadas por todos. Essas normas e atitudes comuns resultam em certos “padrões de referência” de interpretação e avaliação do mundo ao seu redor. Em um determinado momento, um grupo pode, por conta dos padrões de referência desenvolvidos, demonstrar atitudes compartilhadas com relação a alguma necessidade ou desejo em uma determinada situação – geralmente traduzida em reivindicações sobre outros grupos da sociedade. Nesse caso, o grupo se torna um grupo de interesse. Grupo de interesse, assim, refere-se a qualquer grupo que, “on the basis of one or more shared attitudes, makes certain claims upon other groups in the society for the establishment, maintenance, or enhancement of forms of behavior that are implied by the shared attitudes” (Ibidem, p. 33-34). O “interesse”, nesse sentido, refere-se às próprias atitudes compartilhadas pelos membros. Qualquer grupo que faça reivindicações a outros na sociedade pode ser considerado, portanto, um grupo de interesse. Quando essas reivindicações são feitas, entretanto, diretamente às instituições do governo, o grupo passa a ser considerado um grupo de interesse “político”.

Os grupos de interesse político objetivam acesso na política para implementar suas demandas. Existem inúmeros pontos de acesso para um grupo de interesse, o partido político é apenas um deles, ainda que um dos mais importantes (Ibidem, p. 265). São vários os fatores que afetam o

acesso de um grupo de interesse no partido – especialidade do grupo em um determinado assunto, conjunturas externas que demandem a atenção de um partido para esse grupo, os recursos financeiros que o grupo pode trazer, o número de votantes do grupo, entre outros (Ibidem, p. 265). Uma vez com acesso, o grupo pode vir a influenciar no partido de várias maneiras, seja diretamente com membros do legislativo na proposição ou na rejeição de alguma lei, seja no executivo, caso o partido em questão seja o representante no momento. No entanto, os grupos buscam ainda influenciar em vários estágios da eleição, seja ela nacional ou local. Tendem a influenciar, portanto, nas nomeações, declarações de política (plataformas) e campanhas eleitorais de um ou mais partidos (Ibidem, p. 319). Os grupos de interesse, nesse sentido, são parte intrínseca e permanente da política. Mais especificamente, as relações que se travam entre grupos institucionais e grupos de interesse são, assim, o “weft of the fabric” (Ibidem, p. 46) no que diz respeito ao sistema político.

A obra desenvolvida por Key (1958) também compartilha da abordagem iniciada por Bentley (1908), no entanto, traz aspectos institucionais importantes na relação entre partidos políticos e grupos de interesse (também chamados de grupos de pressão). Sua análise difere dos autores supracitados por ser menos teórica e mais empírica, buscando dados e estimativas que corroboram para o seu argumento. Ainda que se utilize das ferramentas dadas por autores como Bentley (percebe o grupo como uma unidade de análise e como responsável por determinar normas e padrões de comportamento; a sociedade como um sistema composto de relações complexas desenvolvidas em grupos; e a política como o resultado de interações entre indivíduos e suas coletividades), o foco de Key está nos aspectos institucionais dos

grupos, sejam eles os de interesse ou os partidos políticos. Assim, analisa instituições, em especial as regras e a estrutura organizacional dos partidos, bem como exemplos típicos de grupos de interesse, tendo em vista suas emergências, lideranças, interesses, táticas de influência e relação com a política. O objetivo de Key, assim, está no estudo da política norte-americana através de uma análise do aparato institucional que dela faz parte: partidos, grupos de pressão, processos eleitorais e poderes representativos.

O partido, como principal “instrumento” da democracia (KEY, 1958, p. 22), é o cerne que abriga todos os outros aparatos institucionais. Relacionando partidos e grupos de pressão, Key argumenta que uma característica intrínseca da política norte-americana está no fato de que associações e organizações privadas tendem a dominar os partidos políticos e forçar uma determinada agenda política, de interesse próprio (Ibidem, p. 23). Geralmente, esses grupos não procuram responsabilidades diretamente para si na condução da política. Preferem, assim, influenciar na nomeação e na eleição de um candidato de um ou mais partidos do que indicar um candidato próprio. Podem utilizar-se de lobby ou de atividades de propaganda e, ainda que busquem ostentar o status de *non-political*, estão engajados diretamente na política (Ibidem, p. 79).

O sistema político, assim, é extremamente dinâmico e é essa dinâmica que causa a emergência de certos grupos e o enfraquecimento de outros. O percurso que ocorre na sociedade para que um grupo de interesse emergja é geralmente o mesmo: inicialmente um descontentamento de determinado setor (não necessariamente descontentamento econômico) que resulta em agitação política. Essa agitação toma forma de um movimento e, posteriormente, já com uma liderança clara,

torna-se um grupo. As demandas do setor descontente, sob a liderança desse grupo, resultam nas demandas por determinadas ações governamentais. Demonstrando simetria com Truman (1968), o que define um grupo na concepção de Key, portanto, são as atitudes compartilhadas entre indivíduos diante de um determinado fator. Essas atitudes, ao fim, são o que constituem o “interesse” do grupo: “Shared attitudes are the building blocks of groups. Those attitudes may, to be sure, be about some objective economic concern but they may also rest on beliefs, aspirations, memories, prejudices, generosities, hatreds” (KEY, 1958, p. 124).

Para Key, ambos os grupos de pressão e os partidos políticos são grupos informais e organizações extraconstitucionais nos quais o sistema democrático norte-americano apoia seus alicerces principais. Estão, ainda, intimamente interligados. Em um extremo situam-se os grupos de interesse que preferem trabalhar diretamente com o legislativo ou o executivo, deixando em segundo plano a relação direta com os partidos. No outro extremo, estão os grupos de interesse que operam “in the closest communion” com um ou outro partido político (Ibidem, p. 171) e que, mesclando os papéis com esse último, assumem o controle partidário. Nesse caso, o partido é tão somente uma “máscara” para o grupo de pressão (Ibidem).

A obra de Herring (1968), por fim, compartilha de certos postulados típicos da teoria dos grupos: entende o indivíduo como um ser social presente em diversos grupos, dentro dos quais as suas visões de mundo e interesses são moldados, e percebe a sociedade e a própria política como espaços compostos por diversos grupos que se diferenciam por conta dos seus interesses e objetivos próprios. Distinguem-se, no entanto,

em certos aspectos, justamente aqueles nos quais a abordagem do partido network atualmente se debruça.

Em primeiro lugar, Herring aponta para o papel que grupos formais (associações e organizações) desempenham na condução da política norte-americana, seja no Legislativo, Executivo, ou Judiciário. Trazendo listagens de grupos nacionais cuja sede situa-se em Washington, Herring atenta para a relação de simbiose entre grupos e governo, e conclui que não se pode entender a condução da política sem levar em conta os grupos que dela fazem parte.

Os partidos políticos, nesse sentido, longe de serem entidades autônomas na condução das suas políticas e escolha de candidatos, são arcabouços institucionais que aceitam e organizam a coalizão de diferentes grupos e dos seus respectivos interesses, inclusive servindo de base para a candidatura de membros desses mesmos grupos. Serve, assim, como uma força organizadora que gerencia as suas políticas e os seus candidatos em função dos grupos que ali pressionam e operam, buscando como recompensa, no entanto, um maior número de votos. Assim, argumenta:

The political party in the past has been the recognized agency through which the voter acted to have the government adopt one polity or reject another. It is still the chief agency, but it is not the organization that initiates programs or creates policies. It is the mere broker that accepts the planks of organized interests that promise to insure the most votes (HERRING, 1929, p. 46).

Em segundo lugar, e em decorrência dessa primeira característica exposta, a governança através de partidos políticos significa o controle do governo por diferentes e alternados grupos (Ibidem, p. 55). Considerando-se que cada grupo possui um

interesse próprio (Bentley, 1908) e, portanto, não necessariamente reflete o interesse da maior parcela da população (o “bem comum”), o sistema político que daí decorre não se apresenta necessariamente como o mais democrático possível. O governo representativo, nesse sentido, mostra-se como um governo que representa alguns setores da sociedade, geralmente os grupos que ali operam em simbiose com os braços do governo e com as suas organizações extraconstitucionais, como os partidos políticos. O congressista, o presidente e partido político de maneira geral, não são, portanto, os representantes da maior parcela da sociedade e do “bem comum”, mas de determinados grupos e dos seus interesses.

A teoria dos grupos, assim, ao propor uma análise mais sociológica do estudo da política, atentando para as relações e atividades desempenhadas por indivíduos imersos em grupos com interesses próprios, trouxe para a academia uma preocupação com os aspectos nem sempre tão visíveis que caracterizam essa área de estudos. Nessa abordagem, a condução da política é entendida de maneira mais abrangente, incluindo atores outros que não meramente os líderes partidários, candidatos eleitos ou *public office holders*, postulado que é resgatado atualmente e que serve como base teórica da abordagem do partido expandido.

3. O partido network (ou partido expandido)

A teoria dos grupos teve um apogeu relativamente curto na Ciência Política norte-americana – a partir de fins da década de 1960, estudos com esse viés passariam a ser mínimos. Recentemente, entretanto, em função de insuficiências analíticas e empíricas dos enfoques utilizados no estudo de par-

tidos, em especial a respeito da dificuldade das abordagens vigentes em explicar a crescente polarização partidária e distanciamento em relação ao eleitor “mediano” (FIORINA, 1999), a teoria dos grupos foi resgatada através da abordagem recente do partido network (ou partido expandido). Com um viés mais científico e empírico que a teoria dos grupos, essa abordagem tem início com o estudo de Schwartz (1990) sobre a composição e organização do Partido Republicano a nível estadual.

O partido network percebe o partido de maneira abrangente e holística, fazendo parte dele atores outros que não só os *office holders*. Nessa abordagem, o partido é composto tanto por *insiders* – líderes partidários e políticos profissionais, por exemplo – como por *outsiders* (ou *intense policy demanders*) – grupos de interesse, ativistas, *think tanks*, mídia, entre outros. Assim, “groups of organized policy demanders are the basic units of our theory of parties” (BAWN et al., 2012, p. 575). E é justamente esse ponto o que diferencia essa abordagem da teoria dos grupos anteriormente difundida. Ao contrário do postulado desenvolvido por Bentley e Truman, os “grupos de interesse” não devem ser vistos em separado do partido. Como já atentavam, timidamente, Key e Herring, esses grupos, por vezes, se mesclam com os partidos de tal forma que uma distinção entre eles seria impossível.

A abordagem do partido expandido possui como alicerces os mesmos postulados desenvolvidos na teoria dos grupos: percebe o indivíduo como um ser social, imerso em redes de relações, essas relações tendem a formar grupos baseados em determinados interesses e características, esses grupos, por fim, podem buscar impor uma determinada agenda na política que vá ao encontro dos seus interesses – nesses casos, o veículo utili-

zado pode ser o partido político. O partido expandido, no entanto, difere-se da teoria dos grupos em dois pontos fundamentais.

Em primeiro lugar, ao contrário da teoria dos grupos que buscava entender não só a política, mas a sociedade em geral, através das lentes dos grupos, essa nova abordagem, como o nome já diz, centra-se exclusivamente nos partidos políticos e, como já foi mencionado anteriormente, os conceitua de maneira distinta da abordagem anterior. Assim, possui um viés mais enxuto e centrado contando com determinadas metodologias e técnicas de análise que vão desde reconstrução histórica através de análise bibliográfica, até o estudo de redes de relações por meio do uso de técnicas e programas informacionais de análise de *network*.

Em segundo lugar, grupos (sejam ativistas, associações, organizações, grupos de interesse etc.) não são vistos de maneira desassociada com o partido político. Há uma relação de simbiose entre os *insiders* (líderes partidários formais) e grupos e indivíduos considerados até então *outsiders*. No momento em que os grupos (sejam eles grupos de interesse, ativistas, ou organizações), adentram no espaço do partido utilizando-se dele para definir programas de governo e nomeações, por exemplo, já não podem mais ser considerados componentes externos e, portanto, fora da caracterização do partido em questão. Para Cohen et al. (2008, p. 33), “political scientists typically treat politicians as separate from the groups that back them to office, but the separation becomes somewhat artificial if, as groups might like to do, they choose politicians from their own group”. Assim, a divisão anterior feita pela teoria dos grupos que considerava o partido em separado dos grupos (um era responsável pela condução direta da política, enquanto o outro buscava unicamente pressionar uma determinada agenda na política) não se sustenta nessa nova abordagem: não há uma separação de papéis.

É importante mencionar que o partido expandido nasce em um momento em que as teorias então vigentes, em especial o neoinstitucionalismo da escolha racional, não conseguem explicar adequadamente o crescimento da polarização partidária e da “guerra ideológica” partidária que se segue. Como já foi mencionado, estudos mostram que, além de nociva para a reeleição, a radicalização ideológica não encontra ressonância na sociedade, o que indicaria um paradoxo: se o partido existe para que indivíduos possam se eleger, e se os dirigentes partidários buscam como objetivo principal a eleição, conforme postula a teoria da escolha racional, como explicar a situação atual estadunidense?

Nesse sentido, é necessário registrar aqui o debate feito na academia norte-americana sobre uma suposta “fragilidade” e “enfraquecimento” dos partidos políticos justamente no mesmo período em que a abordagem racionalista ganha espaço (BRODER, 1972; MAYHEW, 1974). É fato que determinadas reformas, como a McGovern no que diz respeito à nomeação de candidatas, bem como a recente BCRA, que limita os recursos partidários³, enfraquecem o partido, se o considerarmos estritamente a partir de lideranças formais. A abordagem da escolha racional, nesse sentido, casa muito bem com essa relegação do partido para um segundo plano. Ao focar no indivíduo, em especial, nos líderes partidários, dispensa ao partido um espaço de mero coadjuvante na disputa eleitoral. A visão *candidate centered*, assim, nutre-se diretamente do suposto enfraquecimento dos partidos políticos.

O partido network ganha espaço na academia a partir desse contexto e atua “contra a maré”. Ao contrário da corrente *candidate centered*, postula uma abordagem que visa ser *party centered*. Ao contrário de entender o partido como um reflexo de lideranças formais, o conceitua como um aglomerado de indivíduos e grupos de indivíduos que mantêm relações entre si, portanto engloba um escopo muito maior de atores partidários: o objetivo é estudar “o partido” e não os “líderes partidários”. Por fim, ao contrário de perceber certo enfraquecimento dos partidos, os postula como organizações “robustas” (SCHWARTZ, 1990, p. 283-284) e adaptativas, e que mesmo em face de novas e restritivas regras, como no caso do BCRA, são capazes de criar “válvulas de escape” a partir das mais variadas formas – inclusive criando “braços” externos, como no caso dos comitês 527’s (SKINNER; MASKET; DULIO, 2013).

Os estudos centrados nessa abordagem já são vários e abarcam diversos acadêmicos. Schwartz (1990), uma das pioneiras, é responsável por um estudo a partir de entrevistas e análise de redes feito a nível estadual a respeito da organização do Partido Republicano atentando para os diferentes atores e grupos na condução das plataformas, nomeações e eleições internas do partido. Já Feinstein e Schikler (2008) e Baylor (2013) demonstraram empiricamente a influência e o papel de determinados grupos e ativistas sociais na mudança de posicionamento do Partido Democrata ante o problema dos *Civil Rights*, contrariando, assim, a visão *candidate centered*

3 A reforma McGovern (1972) retirava das mãos dos dirigentes partidários a decisão de nomeação e passava para o eleitorado em lista fechada ou aberta, conforme especificações de cada estado. Já o Bipartisan Campaign Reform Act (2002) proíbe o recebimento e distribuição dos *soft money* por partidos políticos.

prevalente até então que condicionava a mudança de posicionamento político do partido a certas lideranças⁴. Concernente a esse mesmo tópico, Noel (2012a) apresenta uma série de evidências a respeito do papel fundamental de determinados *think tanks* e grupos de intelectuais no debate acerca do fim da escravidão no século XIX e do movimento *Civil Rights* no século seguinte. Bawn et al. (2012), Noel (2012b), Masket (2012) e Cohen et al. (2008), por sua vez, atentam para o papel de grupos e ativistas sociais na condução da nomeação de candidatos às eleições nacionais. Da mesma forma, Herrnson (2009) faz um estudo detalhado sobre a atuação e o papel decisivo das diferentes coalizões em eleições partidárias. Heaney et al. (2012) expõem as redes de relações entre delegados e organizações consideradas tipicamente como “extra partidárias” nas convenções dos partidos norte-americanos, atentando para o partidarismo dessas organizações e, conseqüentemente, a polarização delas. Dominguez (2005) e Koger, Masket e Noel (2009) utilizam-se de técnicas de análise de *network* para verificar, respectivamente, a relação e a atuação entre determinadas organizações e grupos de interesse referente aos partidos Democrata e Republicano e a troca de informações entre organizações, *think tanks* e associações com relação aos partidos citados. Bernstein (2005) foca nas disputas entre diferentes grupos (facções) na condução da organização e do posicionamento dos partidos políticos. De maneira similar, Masket (2007) atenta para a influência direta de organizações, grupos e associações na condução da política no legislativo da Califórnia. Por fim, Skinner, Masket e Dulio (2013) observam o papel

dos “comitês 527” na arrecadação e distribuição de orçamento para os partidos Republicano e Democrata, considerado um “braço externo” dos partidos políticos nos Estados Unidos. A lista de trabalhos cuja abordagem reside no partido network é extensa e, obviamente, não se resume a esses poucos trabalhos. Ainda que se enfatizem temas e instâncias diversas, todos eles partem da mesma concepção, qual seja, o partido político atualmente nos Estados Unidos não pode ser caracterizado em termos de lideranças formais cujo objetivo único é a eleição.

Em todos os estudos feitos supracitados, há o entendimento de que o partido deve ser visto de maneira mais abrangente, abarcando não só líderes partidários, formalmente considerados parte do partido, mas também as diversas organizações, associações, ativistas, grupos de interesse e *think tanks*. Considerados *intense policy demanders* (IPD), ou *informal party organization* (IPO) esses grupos não atuam “do lado de fora” do partido, mas são, também, os responsáveis por dar forma a ele. Fazem parte do processo de nomeação, possuem candidatos próprios, participam da construção de plataformas, financiam e divulgam o partido etc. Para Cohen et al. (2008, p. 30), os IPDs podem ser definidos a partir de três características: “They are (1) animated by a demand or set of demands; (2) politically active on behalf of their demands, and (3) numerous enough to be influential”. Uma organização formal, assim, está geralmente presente, mas não é necessária. Para a abordagem do partido network esses *intense policy demanders* são a base do partido, ainda que os líderes partidários sejam os mais visíveis.

4 Essa percepção canônica, até então, diz respeito aos estudos de Carmine e Stinson (1986 e 1989).

3.1. O partido network como uma nova abordagem nos estudos partidários

Os partidos políticos já foram definidos nas mais diversas formas. Para Burke (1899), é um conjunto de indivíduos unidos por algum determinado princípio. Para Schumpeter (1961), é um grupo no qual os membros se propõem a agir de maneira concertada na busca pelo poder. Para Downs (1999), é um time de indivíduos que compartilham de um mesmo objetivo, qual seja, controlar o *apparatus* governamental através de cargo público. Já para Aldrich (1995), partidos são criaturas de candidatos e *office holders*. Na maioria dos casos, conforme Bawn et al. (2012) e Bernstein (2005), a análise dos partidos está centrada não no partido, mas em indivíduos: “Ultimately, these are theories of politicians, not parties” (BERNSTEIN, 2005, p. 3). Para Masket (2012), o que se fez na academia foi entender os partidos através da compreensão das motivações dos indivíduos, quando o contrário deveria ter sido o foco – entender as motivações dos indivíduos através da compreensão do partido: “politicians, if anything, are the creatures of parties” (MASKET, 2012, p. 189).

Um estudo desenvolvido na Califórnia por esse mesmo autor, demonstra que, a nível local, a organização e estrutura partidária é composta por uma aliança informal entre líderes partidários, ativistas, candidatos e grupos auto-interessados que atuam desde os processos de nomeação, até a defesa e a rejeição de políticas na arena legislativa. Esses IPDs “are the heart, soul, and backbone of contemporary political parties” (MASKET, 2012, p. 9). Da mesma forma, Schwartz (1990), ao analisar o Partido Republicano

no estado de Illinois, define sete atores principais na condução e na caracterização do partido: senador do estado, representantes do estado, senador, governador, conselheiro, grupo de interesse e contribuinte financeiro: “That is the party core, the actors whose identities and activities define the Republican Party” (SCHWARTZ, 1990, p. 75). De fato, conforme estudo desenvolvido por Masket (2007), os IPDs detêm um papel importante não só na condução de políticas partidárias, mas na própria organização e forma do partido. Quando determinadas regras negam acesso a esses *outsiders* (como o caso da Cross-Filling⁵), o que se verifica são líderes partidários cada vez menos partidários. Ou seja, se os indivíduos e grupos formalmente fora do partido político deixam de atuar nele por vontade própria ou por regras institucionais, os *legislators* vão preferir apartidarismo e a condução de políticas centristas (MASKET, 2007). O estudo, assim, conclui que aqueles que controlam o processo de nomeação dominam e conduzem o partido. “These true party leaders – the activists, the bosses, the interest groups – determine the raw materials out of which chamber leaders assemble legislative parties” (Ibidem, p. 495).

O que esses estudos buscam demonstrar a partir de experiências e enfoques diferentes, é que a condução da política norte-americana não é feita de maneira tão simples e nem pode ser entendida na sua totalidade se basearmos nossos estudos em lideranças políticas e partidárias unicamente. O que esses trabalhos sugerem, ao contrário, é que os atores principais e mais importantes na condução do partido e da própria política norte-americana nem sempre são os mais vi-

5 A Cross-Filling (1914-1959) limitava o processo de nomeação de candidatos aos líderes partidários formais no que diz respeito à legislatura da Califórnia.

síveis. Juntos, esses trabalhos apontam para uma tentativa diferenciada no entendimento de partidos políticos que, apesar de um pouco mais dificultosa (haja vista que não se limita à composição formal e visível dos partidos), vem explicando a realidade partidária norte-americana de uma maneira mais abrangente.

São três os pontos que precisam ser considerados aqui para se entender melhor o que a abordagem do partido expandido entende por partidos políticos. Em primeiro lugar, é um grupo, geralmente composto por um conjunto de subgrupos, que busca utilizar-se do governo para promover seus próprios interesses e objetivos. Em segundo lugar, os indivíduos que formam os “subgrupos” do partido podem ser definidos por aqueles que controlam o partido tanto no que diz respeito às diretrizes e estratégias, como no processo de nomeação de candidatos. Por fim, o que confere o status de “partido político”, não é a posição ou associação formal, mas as relações que se dão entre diferentes indivíduos e grupos de indivíduos. Para Koger, Masket e Noel (2009, p. 29), por exemplo,

the defining characteristic of a party is cooperative behavior, not formal positions. Actors “join” the party when they begin communicating with other members of the network, developing common strategies and coordinating action to achieve shared goals.

O partido network parte do pressuposto de que partidos são “organizações” (SCHWARTZ, 1990). Essas organizações, no entanto, não se definem unicamente por estruturas formais, fixas ou hierárquicas, mas ao contrário, se definem por sua caracterís-

tica descentralizada, não hierárquica, fluída e cujos limites são bastante porosos⁶. Mais especificamente, essa organização é composta por diferentes coalizões em diferentes níveis (*multilayered coalitions*) (HERRNISON, 2009, p. 1.209). Essas coalizões não se restringem às lideranças formais, mas qualquer indivíduo ou grupo que mantenha uma relação direta com o partido em questão e que se utiliza dele para ganhar espaço na arena política e tentar impor uma determinada agenda baseada nos seus interesses e objetivos. Assim,

parties should not be defined in terms of leadership structures. They should be understood as we have just defined them: a coalition of interest groups, social group leaders, activists, and other policy demanders working to gain control of government on behalf of their own goals (COHEN et al., 2008, p. 6).

De fato, esse último ponto merece destaque. Por englobar mais do que meramente lideranças formais, a teoria do partido expandido abre espaço para outros interesses que não apenas eleitorais ou econômicos. Os objetivos dos indivíduos e grupos que fazem parte do partido não se restringem, portanto, a ganhar a eleição ou a construir uma carreira sólida e economicamente estável através do serviço público. Ao englobar ativistas, ideólogos, grupos de interesse, entre outros, essa abordagem abre espaço para que a ideologia também seja contemplada e sua agenda utilizada como um objetivo a ser buscado na política através do partido. A direita religiosa, por exemplo, através de lideranças formais e informais como Pat Robertson, Jerry Falwell e Ralph Reed, e por meio de organizações como a Christian Coalition,

6 Nesse ínterim, é importante mencionar que o sistema partidário norte-americano é bastante diferente do brasileiro. O partido político é uma organização extraconstitucional que não possui estatuto ou associação formal. Além disso, em função do federalismo prevalente, os partidos são altamente descentralizados.

braço do partido Republicano nas eleições de 1988, é atualmente identificada com o Partido Republicano. Se levarmos em conta que a direita cristã, através de organizações, ativismo social, mídia e determinadas lideranças não só já alcançou a eleição e nomeação à presidência pelo partido de indivíduos atrelados aos seus ideais, mas que também promove, financia, participa do processo de nomeação e atua em conjunto nas proposições partidárias de temas tão polarizados como aborto, homossexualidade e casamento (DIAMOND, 1998, 1989; GREEN, 2007; GREEN; ROZELL; WILCOX, 2007; WILCOX, 1992; MARTIN, 1996; NOLL, 1990; REICHLEY, 2002), passaria a ser considerada como parte do Partido Republicano se usarmos as lentes oferecidas pelo partido expandido. Esses indivíduos e grupos, de acordo com o postulado dessa abordagem, não estão ali para representar exclusivamente o “povo”, ou com o objetivo último de eleição e de carreira política. Há um componente ideológico que não pode ser dissociado: o interesse reside, principalmente, na imposição de uma determinada agenda, nesse caso, de uma agenda normativa baseada na moralidade cristã. A defesa dessa agenda, ainda que incorra em fracasso eleitoral por causa da falta de ressonância com o público eleitor, pode ser visto como um objetivo importante dos seus expoentes. De acordo com Bawn et al. (2012, p. 571),

we propose a theory of political parties in which interest groups and activists are key actors, and coalitions of groups develop common agendas and screen candidates for party nominations based on

loyalty to their agendas. This theoretical stance contrasts with currently dominant theories, which view parties as controlled by election minded politicians. The difference is normatively important because parties dominated by interest groups and activists are less responsive to voter preferences.

O partido network, assim, explica a polarização partidária a partir da seguinte lógica: os partidos estão mais polarizados ideologicamente, ao contrário da população, e sob risco de punição eleitoral, porque não é constituído unicamente de profissionais *office seeking*, mas também de *intense policy demanders* cujo objetivo, como o nome sugere, está na exigência e na imposição de determinadas políticas. A polarização ocorre, portanto, por uma lealdade extremada a determinadas ideologias, agendas e interesses.

Estudos feitos nesse âmbito vêm mostrando que o processo de nomeação é amplamente definido por esses IPDs (COHEN et al., 2001, 2008; BAWN et al., 2012; SCHWARTZ, 1990; NOEL, 2012b). Ao invés de líderes formais partidários, as nomeações são feitas em um processo iniciado na primária “invisível”⁷ e, posteriormente, nas primárias de fato, tendo como expoentes ativistas sociais, grupos de interesse e organizações diversas que incluem, por exemplo, os controversos grupos 527s⁸. Por participarem do processo de nomeação, esses grupos não só escolhem determinados candidatos, como proveem a eles todos os tipos de recursos possíveis: fundos, propaganda e *expertise*. A retribuição, no entanto, é a lealdade a determinada agenda. Por atuarem diretamente no processo de nomeação, os IPDs, assim,

7 As primárias invisíveis podem ser definidas como “a long running national conversation among members of each party coalition about who can best unite the party and win the next presidential election” (COHEN et al., 2008, p. 13-14)

8 Os 527s são considerados braços dos partidos norte-americanos atualmente. Depois da reforma BCRA, essas organizações vieram representar um novo veículo para recebimento e distribuição de recursos para campanhas eleitorais.

escolhem candidatos leais as suas agendas políticas, interesses e ideologias:

In making nominations, the groups that constitute parties go beyond merely pressuring candidates to adopt positions closer to their own than most voters might prefer. They define basic party positions, decide how much electoral risk to take in pursuit of these positions, and choose which candidates to put forward under the party banner. Their purpose is to place reliable agents in government offices. Thus, intense policy demanders expect that their nominees will, if elected, provide loyal service on matters large and small (COHEN et al., 2008, p. 31).

Para Masket (2012), lideranças partidárias formais se comportam de maneira extrema por dois motivos: primeiro, foram escolhidos para apresentarem esse comportamento (a sua lealdade a determinada agenda política foi a causa da sua eleição), e, segundo, temem mais a falta de apoio dos IPDs do que dos eleitores. Ou seja, funcionando como uma “porta” no processo de nomeação, teme-se mais o fato de não entrar no processo em uma próxima eleição por conta de IPDs insatisfeitos, do que de ser mal visto pelos eleitores em geral.

A lógica na qual a teoria do partido network opera é a seguinte: IPDs, como qualquer grupo, têm interesses próprios (que não são exclusivamente materiais). A melhor maneira de se conseguir alcançá-los é através da política: “they need things from government – changes in social policy, public contracts for sympathetic business, and so on – but can’t get those things by themselves” (MASKET, 2012, p. 16). Ao invés de encarnar o papel típico de *outsider* – pressionar ambos os partidos para o cumprimento de suas agendas; os IPDs tomam para si a condução e as rédeas da política através do partido. O partido político é, assim, um veículo para imposição de determinados interesses e agendas. O postulado da teoria do partido

expandido, portanto, não se limita ao partido propriamente, mas à própria concepção de democracia. O que se percebe não são ideologias e posicionamentos políticos que refletem uma maioria na população, mas, ao contrário, refletem determinados segmentos da população. De acordo com esses mesmos autores, “across the entire span of American history, parties behave in the same basic way – as vehicles by which the most energized segments of the population attempt to pull government policy toward their own preferences” (COHEN et al., 2008, p. 7).

De fato, o fenômeno não parece ser recente. Bawn et al. (2012) fazem uma discussão inicial a respeito da criação de partidos políticos em uma sociedade imaginária, antes de adentrarem no estudo sobre a formação dos partidos políticos norte-americanos. No exemplo hipotético, a sociedade imaginada não possui partidos políticos. É governada por um presidente por decreto e prepara a primeira eleição presidencial. Dentro dessa sociedade, quatro grupos de *intense policy demanders* se organizam para promover políticas que os beneficiam, mas impõem custos à sociedade como um todo. Os pastores de ovelha, por exemplo, buscam uma maior tarifa na importação de lã; os professores, melhorias nas escolas e prioridade na educação; os fazendeiros de café, melhorias nos transportes para distribuição de café em áreas remotas; e, por fim, os religiosos, a proibição da venda de álcool nessa sociedade. Os grupos resolvem se unir, formando uma coalizão, e nomear um candidato comprometido com os ideais e interesses de todos os quatro. O candidato, assim, é eleito sem dificuldade. Algumas de suas medidas, no entanto, como a proibição de álcool, prejudica um determinado setor da sociedade, até então desinteressado da política: os proprietários de *saloons*. Percebendo que os professores estão insatisfeitos com a crescente intromissão dos

religiosos no currículo das escolas, e os fazendeiros de café estão sendo penalizados pelas crescentes leis protecionistas empunhadas pelos pastores de ovelha, os proprietários de *saloons* aproximam-se desses. Esses três grupos: os proprietários de *saloons*, professores e criadores de café, formam, então o “Freedom Party” para disputar as próximas eleições. O então presidente, com o apoio dos religiosos e pastores de ovelha, busca a reeleição através do nome de “Heritage Party”. Conforme as disputas eleitorais ocorrem, dois programas, com visões de mundo diferentes, começam a tomar forma: o programa “conservador”, que busca proteger e restaurar a tradição de uma sociedade religiosa de pastores; e o programa “liberal”, orientado para a valorização do capital humano e infraestrutura para competição na economia global. Alguns eleitores, desinteressados dos interesses dos grupos que aí competem são atraídos pelos partidos por determinados valores apresentados, como “igualdade” ou “ordem social”, por exemplo. As ideologias representadas pelo conservadorismo e pelo liberalismo ajudam os grupos a refletirem no eleitorado uma ideia de homogeneidade, uma ideia fictícia de que todos os grupos que fazem parte do mesmo partido têm os mesmos objetivos.

Ainda que um exemplo simplista e hipotético, a discussão anterior retrata alguns pontos típicos no entendimento de partidos políticos pelo partido network, dentre eles: a formação de partidos através de coalizões de grupos com interesses distintos, a imposição de políticas direcionadas a esses grupos e, por fim, a caracterização do eleitorado, entendido como relativamente alheio à dinâmica partidária. Esse último ponto merece ser melhor explicado já que é, também, um dos alicerces no quais a abordagem do partido expandido se sustenta.

A abordagem do partido network postula que os eleitores, longe de reagirem de

maneira “racional” e calculada no momento do voto, são constrangidos e influenciados por uma série de fatores e características aleatórias e por um relativo desconhecimento sobre posicionamentos políticos, partidos e líderes partidários. Contrariando o *Median Voter Theorem* (BLACK, 1948; DOWNS, 1999) – que postula que a competição eleitoral tenderia a levar os partidos para o centro por buscar angariar o maior número de votos e, assim, alinhar-se com os eleitores centristas que são, por sua vez, estratégicos e racionais no momento do voto – o estudo de Bawn et al. (2012) utiliza-se de variadas fontes de dados para demonstrar que o eleitor mediano, na sua maioria os *swing voters*, são influenciados por uma série de fatores aleatórios no momento de eleição e possuem pouca informação relativa às propostas e agenda política defendida. Nessas condições, o partido não precisa, necessariamente, ser responsivo às demandas da população e moderar suas posições, já que eventos tão aleatórios como os climáticos e a relativa ignorância acerca da agenda política são fatores a serem levados em consideração no momento da eleição.

Apesar disso, entende-se que eleitores não são “bobos”, como explicitava Key (1958). Mesmo o mais desinformado eleitor pode fazer escolhas com um alto grau de racionalidade. No entanto, na concepção do partido expandido, são poucos os indivíduos que possuem, efetivamente, interesse, disposição e conhecimento sobre a política. A relativa ignorância a respeito da política nessa parcela da população (*swing voters*), aliada a uma série de influências externas e aleatórias, beneficiária, nessa concepção, a defesa de políticas mais extremistas já oportuniza ao partido vencer a eleição mesmo com candidatos e agenda política mais extremados (BAWN et al., 2012, p. 577). Essa tendência, ou seja, esse espaço em que o agregado de eleitores

não direcionam suas preferências por falta de conhecimento, é chamado de “electoral blind spot”. Para Bawn et al. (2012, p. 571),

most studies of parties assume that voters can judge which party offers more of what they want, implying that parties must construct programs with a keen eye to voter satisfaction. We regard this assumption as unrealistic. In its place we theorize an ‘electoral blind spot’ within which voters are unable to reliably ascertain policy positions or evaluate party performance.

Reconhecendo, portanto, o *electoral blind spot* e as inúmeras influências aleatórias que contribuem para o resultado final da votação, a abordagem feita pelo partido network entende que o partido explora tais complexidades em benefício próprio, qual seja, na imposição de interesses e objetivos próprios dos grupos e subgrupos que o compõem.

Cabe aqui colocar que o partido network, apesar de privilegiar “grupos” ao invés de “lideranças partidárias formais” na condução e caracterização do partido, reconhece o importante papel que esses últimos desempenham. No entanto, ao invés de postular uma independência destes no que diz respeito aos seus posicionamentos e objetivos, os líderes partidários são vistos como reflexos dos grupos de IPDs que operam no partido, seja porque foram escolhidos por esses últimos, seja porque fazem parte, eles mesmos, dos grupos que lá operam. Desse modo, ainda que sejam os mais visíveis nos partidos (já que são *full time professionals* nesse âmbito), eles raramente agem de maneira independente ou autônoma às preferências dos grupos de IPDs e das coalizões formadas, nas quais o partido se define.

É importante lembrar que o partido político, nessa abordagem, serve tão somente como um veículo para se atingir um objetivo: “Parties are means to an end, and

the end is the group’s own policy agenda”. Diferentes grupos cooperam entre si, desde que a cooperação sirva aos seus interesses. Dificilmente um único grupo vai ter força suficiente para formar um partido ou, se já formado, para comandá-lo sozinho. Na maioria dos casos, é preciso coalizões com outros grupos. No entanto, mesmo que trabalhando em conjunto, grupos de IPDs não colocam o partido acima dos seus próprios objetivos e interesses. É esse tipo de característica que faz que os partidos reflitam comportamentos e posicionamentos mais extremados, irresponsivos às demandas do eleitor mediano. Para Cohen et al. (2008, p. 36),

it is natural to think of parties in a two-party system as majoritarian. Ours however, are not. They want to win elections, but they do not necessarily wish to represent a majority of voters. As a by-product of their wish to govern, parties must offer a degree – perhaps a large degree – of responsiveness to popular majorities, but responsiveness to voters is not why parties exist. They exist to achieve the intense policy demands of their constituent groups.

Dois estudos realizados (COHEN et al. 2008, BAWN et al. 2012) visam corroborar com essa hipótese, qual seja, de que os partidos existem tão somente para servir de veículo para determinados grupos de IPDs. Em ambos os trabalhos buscou-se fazer um estudo qualitativo baseado em literatura histórica e análise de documentos para mostrar que os partidos norte-americanos surgiram não pelas mãos de algumas poucas lideranças, mas por coalizões de grupos e indivíduos IPDs.

Nesse sentido, é importante mencionar aqui que a visão canônica nos Estados Unidos sugere que os partidos políticos são criações de indivíduos e a emergência desses na história dos Estados Unidos poderia ser atribuída a determinadas lideranças (o demo-

crata Van Buren e o republicano Chase, por exemplo), geralmente *office seekers* estratégicos, racionais e ambiciosos que viam como objetivo principal a eleição; ou seja, uma percepção *candidate centered*, típica da abordagem da escolha racional. Em especial, essa versão expõe o modelo de Aldrich (1995), que postula que os *office seekers* buscam fazer uma longa coalizão que passa a ser a base do novo partido político. Os estudos realizados por Cohen et al. (2008) – e confirmados por Bawn et al. (2012) – no entanto, mostram que a formação dos quatro maiores partidos na história estadunidense (Federalistas, Republicanos Jeffersonianos, Democratas e Republicanos), não seguiu esse modelo. Em todos os quatro casos, *office seekers* tiveram um papel importante na criação dos partidos (em especial Chase e Van Buren), mas não foram esses os únicos atores. Grupos e indivíduos com interesses próprios, de acordo com o estudo feito, foram os responsáveis pela formação dos quatro partidos norte-americanos, relegando aos *office seekers* um papel meramente colaborativo.

3.2. O papel do político e dos grupos de IPDs, e a relação entre partidos e democracia

Entendamos ou não que os partidos políticos estadunidenses foram criados por grupos de IPDs e que, portanto, não podem ser entendidos ou definidos em separado destes, o fato é que esses estudos são notáveis por trazer à tona elementos tipicamente não considerados no estudo de partidos políticos. A abordagem do partido network inova ao trazer para um patamar mais elevado fatores até então considerados externos ao partido político. De maneira sucinta, a utilização dessa abordagem implica uma percepção distinta a respeito de três pontos fundamentais: o papel do político, o papel dos grupos de IPDs e a relação entre partidos e democracia.

A respeito do primeiro ponto, a abordagem do partido expandido não minimiza o papel dos políticos. São eles os responsáveis pela organização das suas campanhas, representam o partido no legislativo e executivo, tomam iniciativas na organização interna do partido, buscam consolidar suas carreiras políticas etc. Para Cohen et al. (2008), as lideranças partidárias formais, na abordagem do partido network, desempenham os mesmos papéis que em uma abordagem *candidate centered*. No entanto, a abordagem do partido expandido prevê um número maior de atores componentes do partido político que não se limita às lideranças formais partidárias. Além disso, os objetivos eleitorais dos políticos não são a preocupação central do partido: os objetivos dos subgrupos de IPDs são centrais. Assim, os políticos trabalham em conjunto com esses grupos para alcançá-los.

Com relação aos grupos, conforme já foi mencionado, essa abordagem do partido network tem raízes na tradição do pluralismo e, mais especificamente, da teoria dos grupos. No entanto, ao contrário do postulado clássico que separava os grupos do partido político, o partido expandido os incorpora. É importante lembrar, ainda, que essa incorporação não é exclusiva dessa abordagem emergente. Key (1958), por exemplo, apontava que o partido político pode ser tão somente uma máscara para determinados grupos. Já Herring (1968), considerava que o sistema partidário poderia ser definido como uma combinação de facções e interesses. Merriam e Gosnell (1929), que apesar de não serem considerados parte da literatura voltada para a teoria dos grupos, já atentavam, no início da década de 1920, para a relação intrínseca entre grupos, interesses e partidos, afirmam: “The broad basis of the party is the interests, individual or group, usually group interests, which struggle to translate themselves

into types of control through government” (MERRIAM; GOSNELL, 1929, p. 2). A abordagem do partido expandido, portanto, possui raízes antigas ao entender o partido político de maneira mais holística. Inova, no entanto, na busca por maior empiria e cientificidade nos estudos propostos através do uso de uma gama variada de metodologias e técnicas para demonstrar que, de fato, grupos de interesse e ativistas (IPDs, de maneira geral), são atores principais nos partidos políticos já que buscam, através desse veículo, disseminar seus objetivos e interesses.

Sobre a relação entre democracia e partidos, a abordagem que o partido expandido postula é bastante pessimista. Inexoravelmente, a percepção de partido atribuída pelo partido expandido não prevê uma relação entre partidos e democracia. Esses grupos e indivíduos buscam impor seus próprios interesses e ideologias, conforme já foi mencionado, mesmo que esses sejam alheios a grande parcela da sociedade. Como sugere Cohen et al. (2008, p. 36), “the parties we have theorized are not humble servants of democracy”. Não sendo servos ou “melhores amigos” da democracia (BAWN et al., 2012), os partidos políticos teorizados pelo partido expandido servem como um veículo, ou um elo, entre determinados setores da sociedade (geralmente os mais ativos em certo momento) e o governo. O entendimento proposto por essa abordagem resulta, portanto, em uma mudança normativa importante, já que partidos dominados por IPDs seriam menos responsivos às preferências dos eleitores (BAWN et al., 2012, p. 571).

Por refletir os interesses de determinada parcela da sociedade, geralmente os mais “energéticos” (COHEN et al., 2008), o partido político não reflete os interesses da maior parte da população. Ainda assim, não se pode inferir que o processo democrá-

tico estaria melhor servido sem os partidos. Para Bawn et al. (2012, p. 591), em uma sociedade na qual a política é um processo complexo e onde a maioria dos seus cidadãos possuem outras preocupações, partidos centrados em grupos, talvez seja o melhor que se possa buscar.

A utilização dessa abordagem, ao fim, implica novos rumos e campos de estudo no que diz respeito a partidos políticos, dentre eles, o estudo sobre grupos de interesse, ativistas sociais, *think tanks*, entre outros IPDs. É importante mencionar que, no momento em que se entende que grupos de IPDs são atores principais no partido político, automaticamente há a necessidade de se compreender a natureza dos seus interesses e das suas demandas. Os IPDs se definem justamente pela ideologia e pelo interesse que expõem. Assim, no momento em que se utiliza essa abordagem, a ideologia e a agenda política partidária ganham um espaço maior nos estudos a respeito de partidos. Ao utilizar-se do partido expandido, o foco de estudos deixa de ser ancorado em processos, regras, técnicas e estratégias e interesses individuais, e passa a englobar processos de nomeação, composição partidária, redes de relacionamento e ideologias e interesses.

4. Considerações finais

O trabalho aqui proposto buscou expor uma abordagem emergente na academia norte-americana nos estudos de partidos políticos. O partido network ascende justamente em um momento em que as abordagens então vigentes e, em específico, a noção racionalista downsiana não pode explicar adequadamente um fenômeno recente na política norte-americana: a crescente polarização partidária. Apropriando-se de conceitos básicos desenvolvidos pela teoria dos grupos, a abordagem do partido network

explica o fenômeno atual norte-americano a partir de uma concepção distinta de partidos que engloba atores outros que não exclusivamente os formais. O partido, nesse sentido, nada mais é do que uma organização na qual diferentes indivíduos e grupos de indivíduos atuam a partir de redes de relacionamento.

É importante perceber, no entanto, as limitações dessa abordagem. Uma importante deficiência está na falta de uma linha de demarcação clara entre o que constitui ou não o partido político, afinal o partido expandido se define justamente por fronteiras “porosas” no que diz respeito à composição partidária. No entanto, por apresentar-se a partir de uma forma mais holística e abrangente (incluindo atores que não meramente os formais), permite um entendimento mais aprofundado das várias dinâmicas que se tem na composição e organização do partido político. Conforme os estudos apresentados mostram, as dinâmicas internas e composição partidária não se definem a partir de um entendimento meramente formal e hierárquico de partido político, mas possuem como forças motrizes atores outros que não os líderes formais, e estratégias outras que não unicamente eleitorais. Entende-se, nesse sentido, que esse tipo de abordagem pode vir a ser uma ferramenta útil para o entendimento e caracterização das mudanças ideológicas que ocorrem nos partidos políticos, culmi-

nando em uma polarização partidária sem precedentes nos Estados Unidos, haja vista que análises centradas nos líderes formais do partido unicamente (*candidate centered*) tendem a ser mais limitadas e, portanto, incompletas na explicação desse fenômeno.

Além disso, a abordagem do partido expandido abre um novo leque de estudos cujo foco debruça-se sobre os IPDs e a relação entre setores da sociedade e o sistema político. Como consequência, aspectos como ideologia, posicionamento no espectro político, interesses e agenda partidária são contemplados de maneira mais robusta no estudo de partidos políticos. Assim, o que esses estudos sugerem é que, independentemente de como o partido seja caracterizado e qual referencial teórico seja utilizado, determinados indivíduos e grupos de indivíduos, tipicamente considerados externos à concepção clássica e *candidate centered* de partido político, detêm um papel importante na composição e ideologia que o partido exporta. Considerando-os parte ou não dos partidos, esses atores não devem ser negligenciados no estudo daqueles sob o risco de se obter uma compreensão incompleta do fenômeno a ser estudado. O partido network, assim, significa uma nova abordagem nos estudos partidários que, ao tratar do tema de maneira mais holística, abarca aspectos e enfoques até então pouco contemplados nessa área de trabalho.

Referências

- ALDRICH, J. *Why Parties? The origin and transformation of political parties in America*. Chicago: The University of Chicago Press, 1995.
- ANSOLABEHERE, S.; SNYDER, J.; STEWART, C. Candidate positioning in U.S. house elections. *American Journal of Political Science*, Malden, v. 45, n. 1, p. 136-159, jan. 2001.
- AMERICAN POLITICAL SCIENCE ASSOCIATION. *The American political science review*. Toward a more responsible two party system: a report of the committee on political parties. Washington, 1950.

- BAYLOR, C. First to the party: the group origins of the partisan transformation on civil rights, 1940-1960. *Studies in American Political Development*. Cambridge, v. 27, p. 1-31, out. 2013.
- BAWN, K. et al. A theory of political parties: groups, policy demands and nominations in American politics. *Perspectives on Politics*, Cambridge, v. 10, n. 3, p. 571-597, set. 2012.
- BENTLEY, A. F. *The governmental process: a study of social pressures*. Chicago: The University of Chicago Press, 1908.
- BERNSTEIN, J. Party network research, factions, and the next agenda. STATE OF THE PARTIES CONFERENCE, Ohio, 2005. Disponível em: <<http://economiceducation.us/bliss/docs/state-of-the-parties-documents/Bernstein.pdf>>. Acesso em 12 nov. 2015.
- BLACK, D. On the rationale of group decision-making. *Journal of Political Economy*, Chicago, v. 56, p. 23-34, 1948.
- BLACK, E.; BLACK, M. *Divided America*. New York: Simon & Schuster, 2007.
- BREWER, M. D.; STONECASH, J. M. *Dynamics of American political parties*. New York: Cambridge University Press, 2009.
- BRODER, D. *The party's over: the failure of politics in America*. New York: Harper and Row, 1972.
- BURKE, E. *Thoughts on the cause of the present discontents*. 3. ed. London: J. Dodsley, 1899.
- CANES-WRONE, B.; BRADY, D.; COGAN, J. Out of step, out of office: electoral accountability and house member's voting. *American Political Science Review*, Cambridge, v. 99, n. 1, p. 127-140, mar. 2002.
- CARMINES, E.; STIMSON, J. On the structure and sequence of issue evolution. *American Political Science Review*, Cambridge, n. 80, p. 901-920, 1986.
- _____. *Issue evolution: race and the transformation of American politics*. Princeton: Princeton University Press, 1989.
- _____. Beating reform: the resurgence of parties in presidential nominations, 1980 to 2000. In: *American Political Science Association and Midwest Convention*. Washington, 2001. Disponível em: <<https://www.princeton.edu/csdp/events/Zaller021102/Zaller.pdf>>. Acesso em 12 nov. 2015.
- COHEN, M. et al. *The party decides: presidential nominations before and after reform*. Chicago: The University of Chicago Press, 2008.
- _____. *Spiritual Warfare*. Boston: South End Press, 1989.
- DIAMOND, S. *Not by politics alone*. New York: Guilford Press, 1998.
- DOMINGUEZ, C. Groups and party coalitions: a network analysis of overlapping donor lists. In: ANNUAL MEETING OF THE AMERICAN POLITICAL SCIENCE ASSOCIATION, Washington, set. de 2005. Disponível em <<http://home.sandiego.edu/~caseydominguez/groupspartycoalitions.pdf>> Acesso em 12 nov. 2015.
- DOWNES, A. *Uma teoria econômica da democracia*. São Paulo: Edusp, 1999.
- FEINSTEIN, B.; SCHICKLER, E. Platforms and partners: the civil rights realignment reconsidered. *Studies in American Political Development*, Cambridge, n. 22, p. 1-31, spring 2008.
- FIORINA, M. P. What happened to the medium voter? In: MIT CONFERENCE ON PARTIES AND CONGRESS, Cambridge, 1999. Disponível em: <<http://www.stanford.edu/~mfiorina/Fiorina%20Web%20Files/MedianVoterPaper.pdf>> Acesso em: 12 nov. 2015.
- _____. *Culture war? The myth of a polarized America*. New York: Pierson Longman. 2005.

- _____. Americans have not become more politically polarized. *The Washington Post*, Washington, 23 jun. 2014.
- FIORINA, M. P.; ABRAMS, S. J. Political polarization in the American public. *Annual Review of Political Science*, Palo Alto, 2008. Disponível em: <<http://www.acsu.buffalo.edu/~jcampbel/documents/AnnualReviewFiorina.pdf>>. Acesso em: 12 nov. 2015.
- GREEN, J. *The faith factor*. Westport: Praeger, 2007.
- GREEN, J.; ROZELL, M.; WILCOX, C. *The values campaign?* Washington: Georgetown University Press, 2007.
- HEANEY, M. et al. Polarized networks: the organizational affiliations of national party convention delegates. *American Behavioral Sciences*. v. 56, n. 2, p. 1654-1676, 2012.
- HERRING, P. *Group Representation Before Congress*. Baltimore: The John Hopkins Press, 1929.
- _____. *The politics of democracy: American parties in action*. New York: W. W. Norton & Company, Inc., 1968.
- HERRNSON, P. The roles of party organizations, party-connected committees, and party allies in elections. *The Journal of Politics*, Chicago, v. 71, n. 4, p. 1207-1222, out. 2009.
- KAROL, D. *Party position change in American politics: coalition management*. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.
- KEY, V. O. *Politics, parties and pressure groups*. New York: Thomas Y. Crowell Company, 1958.
- KOGER, G.; MASKET, S.; NOEL, H. Partisan webs: information exchange and party networks. *British Journal of Political Science*, Cambridge, v. 39, n. 3, p. 633-653, 2009.
- LAYMAN, G. *The great divide: religious and cultural conflicts in American party politics*. New York: Columbia University Press, 2001.
- LEVENDUSKY, M. *The partisan sort*. Chicago: The University of Chicago Press, 2009.
- MANN, T. E.; ORNSTEIN, N. J. *It's even worse than it looks*. New York: Basic Books, 2012.
- MARTIN, W. *With God on our Side*. New York: Broadway Press, 1996.
- MASKET, S. *No middle ground: how informal party organizations control nominations and polarize legislatures*. Michigan: The University of Michigan Press, 2012.
- _____. It takes an outsider: extralegislativa organization and partisanship in California. *American Journal of Political Science*, Malden, v. 51, n. 3, p. 482-497, jul. 2007.
- MAYHEW, D. *Congress: the electoral connection*. New Haven: Yale University Press, 1974.
- MCCARTY, N.; POOLE, K. T.; ROSENTHAL, H. *Polarized America*. London: The MIT Press, 2006.
- MERRIAM, C. E.; GOSNELL, H. F. *The American party system: an introduction to the study of political parties in the United States*. New York: The Macmillan Company, 1929.
- NOEL, H. The coalition merchants: the ideological roots of the civil rights realignment. *The Journal of Politics*, Chicago, v. 74, n. 1, p. 156-173, jan. 2012a.
- _____. Toward a network's theory of political parties: a social network's analysis of internal party cleavages in presidential nominations. In: AMERICAN POLITICAL PARTIES: PAST, PRESENT AND FUTURE CONFERENCE. Charlottesville. Setembro de 2012b. Disponível em: <<http://faculty.virginia.edu/jajenkins/Noel.pdf>>. Acesso em: 13 nov. 2015.

- NOLL, M. *Religion and American politics*. New York: Oxford University Press, 1990.
- PIERSON, P.; HACKER, J. *Off center: the republican revolution and the erosion of American democracy*. New Haven: Yale University Press, 2005.
- REICHLEY, J. *Faith in politics*. Washington: Bookings Institution Press, 2002.
- SCHATTSCHEIDER, E. E. *Party government*. New York: Rinehart and Company, Inc., 1942.
- SCHUMPETER, J. *Capitalismo, socialismo e democracia*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.
- SCHWARTZ, M. *The party network: the robust organization of Illinois republicans*. Madison: The University of Wisconsin Press, 1990.
- SINCLAIR, B. *Party wars*. Oklahoma: Oklahoma University Press, 2006.
- SKINNER, R.; MASKET, S.; DULIO, D. 527 Committees, formal parties, and party adaptation. *The Forum*, Nova York, v. 11, n. 2, p. 137-156, 2013.
- _____. 527 Committees and the political party network. *American Politics Research*, Urbana-Champaign, v. 40, n. 1, p. 60-84, 2012.
- STONECASH, J. M. (Ed.) *New directions in American political parties*. New York: Routledge, 2010.
- THE FEDERALIST PAPERS. n. 9-10. 1787-1788. Disponível em <http://en.wikisource.org/wiki/The_Federalist> Acesso em 12 nov. 2015.
- TRUMAN, D. *The governmental process: political interests and public opinion*. New York: Alfred A. Knopf, 1968.
- WILCOX, C. *God's Warriors*. Baltimore: The John Hopkins University Press, 1992.

Resumo

A abordagem do partido network no estudo de partidos políticos

O trabalho aqui proposto busca expor as origens e esclarecer os postulados próprios da abordagem do partido network (*party network*) no estudo de partidos políticos. Contrariando a teoria da Escolha Racional e ascendendo na academia norte-americana em função de suas variáveis explicativas no que diz respeito à polarização partidária atual nos Estados Unidos, essa abordagem emergente contribui para um novo entendimento e novos focos de apreensão nos estudos partidários, em especial em relação à composição, organização e dinâmicas partidárias.

Palavras-Chave: Partido Network; Partido Expandido; Partidos; Teoria dos Grupos; Composição Partidária.

Abstract

The party network approach in studies of political parties

The article seeks to expose the origins and elucidate the postulates of the Party Network approach in the study of political parties. Contrary to the Rational Choice theory and emerging in the American academy for its explanatory variables when dealing with the current party polarization in the United States, this emerging approach contributes to new understandings and new perspectives in the studies on political parties, especially in what concerns to party composition, organization, and dynamics.

Keywords: Party Network; Expanded Party; Political Parties; Group Theory; Party Composition.

Résumé

L'abordage du parti network dans l'étude des partis politiques

Cet article a pour but de présenter les origines et aussi de clarifier les postulats propres à l'approche du Parti network (*party network*). En contredisant la théorie du choix rationnel et en prenant de l'importance dans le milieu universitaire américain, principalement en fonction de ses variables explicatives part rapport à la polarisation partisane actuelle aux États-Unis, cette approche émergente contribue à une nouvelle compréhension et à de nouveaux points de vue dans les études des partis politiques, en particulier en ce qui concerne leur composition, leur organisation et leur dynamique.

Mots-clés: parti Network; Parti Élargi; Partis; Théorie des groupes; Composition partisane.

Introdução¹

Um dos temas candentes das Ciências Sociais são os da violência. Quando se trata da violência como crime, o tema se torna ainda mais prodigioso devido a sua importância no contexto latino-americano (marcado por grandes desigualdades sociais e jurídicas) e, sobretudo, devido à dinâmica crescente da criminalidade violenta. Muito foi escrito a respeito da criminalidade violenta, mas o esforço em trazer uma discussão em torno de trabalhos contemporâneos que equilibram a análise teórica em meio a testes empíricos se mostra como um grande desafio ao cientista social. Neste trabalho busco revisar a literatura sobre a criminalidade violenta, principalmente no âmbito internacional.

A literatura é vasta, mas o esforço para condensar algumas das principais teorias do crime e da violência mostra-se fundamental, sobretudo para ajudar os pesquisadores que buscam selecionar variáveis explicativas para o fenômeno da violência e da delinquência.

Partindo dessa perspectiva, as próximas seções trazem o debate teórico sobre as principais teorias do crime e da violência, mostrando virtudes e lacunas que os testes empíricos de alguns dos trabalhos

trouxeram para a comunidade acadêmica de pesquisadores sobre a questão da criminalidade e dos seus nexos causais, como a violência e a delinquência.

1. As teorias sociais sobre a criminalidade, a violência e a delinquência

O que leva as pessoas a praticarem crimes? Por que os homicídios crescem ou decrescem? Como explicar que, em um mesmo contexto, pessoas optam pela criminalidade enquanto outras seguem o caminho da legalidade? Esses são questionamentos difíceis de ser respondidos. Contudo, mostra-se importante o esforço para entender algumas teorias relevantes sobre o crime e a violência para, em parte, responder tais questionamentos.

A análise teórica permite ao pesquisador lançar luz sobre as variáveis causadoras do fenômeno que se quer explicar. Focar as abordagens teóricas e os resultados empíricos dos trabalhos expostos é de grande importância ao pesquisador para, principalmente, elencar hipóteses possíveis de serem testadas.

Os estudos sobre as causas da criminalidade e da violência passaram por um processo evolutivo. Os primeiros estudos so-

¹ Agradeço as contribuições dos pareceristas da BIB pelos comentários e críticas construtivas que foram fundamentais para a finalização deste estudo. Desde já, me responsabilizando por inteiro pelo conteúdo aqui expresso.

bre as causas da criminalidade procuravam encontrar uma causa geral para o comportamento criminoso. Encontrando tal causa e a extirpando a sociedade estaria livre de práticas criminosas. “Tais perspectivas se traduziam menos em teorias explicativas sobre a criminalidade e mais em panaceias que alimentavam o discurso de teólogos, reformadores e médicos da época” (CERQUEIRA; LOBÃO, 2004, p. 235). Cesare Lombroso (1835-1909) foi o maior nome dessa “ciência” criminológica que atribuía aos caracteres físicos dos criminosos as causas para as práticas delituosas.

Lombroso construiu toda uma “ciência” do crime, que tinha como grande pretensão rivalizar com a *Escola Clássica*, originária do século XVIII com as ideias de Cesare Beccaria (1738-1794) e Jeremy Bentham (1748-1832). A perspectiva de Lombroso e seus colaboradores², da *Escola Positiva*, destacavam um determinismo biológico na prática criminal em vez de definir de forma legal/social a prática do crime. A *Escola Clássica* define a ação criminal em termos legais, enfatizando a liberdade individual.

Formado em medicina, influenciado por teorias materialistas, positivistas e evolucionistas, Lombroso ficou conhecido mundialmente por defender a teoria do “criminoso nato”. Partiu do pressuposto de que os comportamentos humanos são biologicamente determinados, baseando-se em afirmações sobre dados antropométricos. Sua teoria evolucionista afirmava que os criminosos eram indivíduos que reproduziam física e mentalmente características primitivas do homem. Tal abordagem daria condições ao criminólogo para analisar os indivíduos criminosos por meio de dados antropométricos indicando pessoas que, hereditariamente, es-

tariam inclinadas à prática de determinados crimes (ALVAREZ, 2002, p. 679).

Apesar de considerar causas sociais como sendo passíveis de influenciar os indivíduos à prática de crimes, Lombroso

Nunca abandonou o pressuposto de que as raízes fundamentais do crime eram biológicas e que poderiam ser identificadas a partir dos estigmas anatômicos dos indivíduos. Em termos gerais, reduziu o crime a um fenômeno natural ao considerar o criminoso, simultaneamente, como um primitivo e um doente. (ALVAREZ, 2002, p. 679).

A ênfase que a escola lombrosiana dava às causas biológicas da criminalidade foi abandonada após a Segunda Guerra Mundial em face de seu conteúdo racista. Contudo, essa teoria ainda hoje pode ser encontrada no discurso de policiais e delegados, no qual, muitas vezes, a acusação ao potencial criminoso ocorre devido a seus estereótipos e/ou posição social (KANT DE LIMA, 1995).

Seguindo a linha de raciocínio de Cano e Soares (2002), é possível distinguir algumas importantes abordagens sobre teorias das causas do crime dividindo-as em cinco grupos: teorias que tentam explicar o crime em cima de patologias individuais dos criminosos; teorias que estão direcionadas ao *homo economicus*, ou seja, o crime sendo executado por atores sociais que racionalizam suas ações em cima de certas estratégias voltadas à maximização das ações; teorias que se voltam para o crime como sendo o resultado de uma realidade de injustiças sociais; teorias que percebem o crime como resultado da desorganização social ocasionada pela modernidade; teorias que explicam a criminalidade dentro de um contexto de oportunidades e situações específicas (CANO; SOARES, 2002, p. 3).

2 Rafaele Garofalo (1852-1934) e Enrico Ferri (1856-1929), principalmente (ALVAREZ, 2002).

Para tanto, é importante trabalhar em cima de algumas dessas teorias. Resumidamente, neste trabalho serão estudadas: a teoria da desorganização social, a teoria do aprendizado social, a teoria do autocontrole, a teoria da anomia e a teoria econômica ou da escolha racional.

1.1 A Teoria da Desorganização Social

Segundo Cerqueira e Lobão (2004), os estudos baseados na teoria da desorganização social relacionam negativamente o crime com coesão social. Problemas relacionados ao colapso demográfico, à urbanização descontrolada e ao desajuste social provocado por diversos fatores externos (espaços urbanos deteriorados, tráfico e consumo de drogas em espaços abandonados pelo poder público, formação de grupos de jovens delinquindo etc.) e internos (ambientes familiares desajustados, falta da figura paterna, violência doméstica etc.) estariam na raiz da violência e da delinquência, bem como da criminalidade.

O conceito foi desenvolvido para se referir à ausência de organização entre as pessoas em unidades ecológicas relativamente pequenas (bairros, setores censitários, comunidades), mas tem sido usada para explicar as variações da criminalidade entre as unidades maiores (por exemplo, municípios, estados e nações), bem como as variações ao longo do tempo.

Seguindo esse pensamento, avalio alguns trabalhos importantes que utilizaram a teoria da desorganização social (*Social Disorganization Theory*) para explicar a criminalidade e a violência. Procuo assim, avaliar os aspectos teóricos envolvidos nos seus resultados empíricos e, de certa forma, fazendo uma revisão bibliográfica.

O conceito de desorganização social foi aplicado para a explicação da criminalidade,

delinquência e outros problemas sociais pelos sociólogos da Universidade de Chicago, no início do século XX. Como uma florescente cidade industrial, cada vez mais povoada por imigrantes advindos de diversas origens raciais e étnicas, a cidade de Chicago foi um laboratório social para o desenvolvimento da criminologia americana. Muitas mudanças e o rápido crescimento eram vistos como forças “desorganizadas” ou “desintegrativas”, que contribuíam para a degradação do ensino e da aprendizagem dessas antes “regras sociais”, que tinham inibido a criminalidade e delinquência na sociedade europeia camponesa (THOMAS; ZNANIEKI apud Jensen, 2003).

Edwin Sutherland (1939) elaborou o conceito de desenvolvimento de sua teoria sistemática do comportamento criminoso, e Shaw et al. (1929) aplicaram a explicação de determinados padrões de delinquência documentados para Chicago e seus subúrbios.

Nas primeiras edições do seu livro clássico, *Princípios de Criminologia* (1939), Edwin Sutherland elaborou o conceito de desorganização social para explicar o aumento da criminalidade que acompanhou a transformação das sociedades pré-letradas e camponesas. As influências da moderna civilização europeia levaram as comunidades, que tinham costumes uniformes e constantes, a desajustes comportamentais que geraram a desorganização social e, por sua vez, o crescimento da criminalidade. Sutherland acreditava que a mobilidade, a concorrência econômica e a ideologia individualista que acompanhavam o desenvolvimento industrial capitalista “desintegraram” a família numerosa e homogênea como agente de controle social, e ampliou a esfera de relações que não foram regidas pela família e vizinhança, prejudicando os controles por parte do estado.

A desorganização das instituições que tradicionalmente tinham reforçado a lei fa-

cilitou o desenvolvimento e a persistência da “sistemática” da criminalidade e da delinquência. A sétima proposição (na versão de 1939 do seu livro) era que a desorganização social é a causa básica sistemática do comportamento criminoso (SUTHERLAND, 1939).

Sutherland concluiu que se a sociedade está organizada com base na referência aos valores expressos na lei, o crime é eliminado e, se ela não está organizada dessa forma, o crime persiste e se desenvolve (1939, p. 8). Nas suas últimas obras, Sutherland mudou o conceito de desorganização social diferencial por questão de a organização social transmitir uma sobreposição complexa de conflitos a níveis diferenciados de organização dentro de uma mesma sociedade. Essa noção foi elaborada nas últimas reformulações da teoria da desorganização social (BURSIK; GRASMICK, 1993).

Shaw et al. (1929) explicaram a distribuição de uma variedade de problemas sociais na cidade de Chicago em relação à delinquência. O estudo produziu uma grande quantidade de informações sobre criminalidade e delinquência, incluindo as seguintes: a) as taxas de absentismo, delinquência e criminalidade de adultos tendem a variar de forma inversamente proporcional à distância do centro da cidade; b) as comunidades que revelam as mais elevadas taxas de delinquência também mostram, em regra, as maiores taxas de absentismo e adultos inseridos na criminalidade; c) as taxas elevadas de criminalidade ocorrem em áreas que são caracterizadas por degradação física; d) as taxas relativamente elevadas têm persistido em certas áreas degradadas, não obstante o fato da composição da população mudar acentuadamente (Idem, 1929, p. 198-204).

A constatação de que certas áreas tendem a manter altas taxas de criminalidade e/ou delinquência, apesar das

sucessivas mudanças nos grupos étnicos residentes nelas, sugeriram que esses problemas foram gerados pelas condições sociais vivenciadas por esses grupos (e não por qualquer predisposição genética e/ou biológica) e por tradições da criminalidade e delinquência que se desenvolvem e se perpetuam por meio da interação entre os novos membros e aqueles já estabelecidos nessas áreas sociais.

Shaw et al. (1929) afirmaram que quando as empresas e a indústria invadem uma comunidade, esta, assim que invadida, deixa de funcionar como um meio eficaz de controle social. Normas tradicionais e padrões convencionais da comunidade se enfraquecem e, posteriormente, desaparecem. A resistência por parte da comunidade para a delinquência e o comportamento criminoso fica fraca, sendo a criminalidade e a delinquência tolerada e até aceita pela comunidade (Ibid., p. 204-205).

Esse foi o mesmo argumento utilizado por Sutherland: ele asseverou que o crime poderia tornar-se “sistemático” (ou seja, organizado e persistente) quando a sociedade era “desorganizada” para a sua prevenção.

Robert E. L. Farris ampliou o conceito de desorganização social para explicar “patologias sociais” e problemas sociais em geral, incluindo crime, suicídio, doença mental e violência. Para ele a desorganização social era definida como o enfraquecimento ou a destruição dos relacionamentos que possuem em conjunto uma organização social (FARRIS, 1955, p. 81). Esse conceito deveria ser empregado “objetivamente” podendo ser mensurável em um dado sistema social. Quando aplicado à criminalidade, Farris foi enfático ao dizer que a taxa de criminalidade é um reflexo do grau de desorganização dos mecanismos de controle de uma sociedade. Por seu turno, o crime também contribuiu para a desorganização, uma proposição do

que iria ser relançado quatro décadas mais tarde (BURSIK, 1988).

A desorganização de mecanismos convencionais foi provocada pelo rápido crescimento industrial das cidades onde tal desorganização permitiu espaços amplos para a criminalidade altamente organizada e menos organizada, bem como formas de grupo e indivíduos inclinados para a criminalidade e delinquência.

Robert Merton (1957) foi crítico de todas as perspectivas que assumiram altas taxas de delinquência e criminalidade como um resultado natural de mecanismos falhos de controle social. Ele acreditava que uma adequada teoria sociológica deveria endereçar a explicação para uma perspectiva de que algumas estruturas sociais exercem determinada pressão sobre determinadas pessoas na sociedade, e isso faz com que tais pessoas venham a participar de forma desviante às normas de conduta aceitas como normais (MERTON, 1957, p. 132).

Travis Hirschi (1973) critica as teorias baseadas na desorganização social por serem parcimoniosas em seus resultados, sobretudo pela falta de sustentação científica. Afirma que há necessidade de maior investigação empírica por parte dos teóricos para que teorias concorrentes da explicação da delinquência e da criminalidade não coloquem abaixo seus argumentos.

Outra crítica, levantada por Cohen (1955 apud JENSEN, 2003), afirma que os bairros ou áreas descritas como “socialmente desorganizadas” não são ausentes de organização social. Cohen argumenta que, a partir da perspectiva das pessoas que vivem em uma área, há uma vasta e ramificada rede de associações informais entre elas, em oposição a uma horda anônima de famílias e de indivíduos. Reconhecendo a ausência de pressões da comunidade e uma ação concertada para a repressão da delinquência, sugere que

defeitos de organização não devem ser confundidos com a falta de organização.

Sutherland havia desconfiado desse tipo de crítica e introduziu a noção de “diferencial da organização social”, na sua edição de 1947 de *Princípios de Criminologia*. Esse tema é expresso nas últimas edições, registrando que as condições sociais em que as influências sobre a pessoa são relativamente inarmônicas e inconsistentes podem constituir um tipo de organização (SUTHERLAND; CRESSEY; LUCKENBILL, 1992 apud JENSEN, 2003).

Em *The social order of the slum* (em português, *A ordem social da favela*) (1968 apud JENSEN 2003), Gerald Suttles introduziu o conceito de *ordered segmentation* (segmentação ordenada) para se referir ao tipo de organização social que existia na favela. Aquele conceito foi concebido para transmitir a noção de que não havia organização em alguns níveis, mas em outros poderiam existir (uma ideia desenvolvida nos últimos anos por Robert Bursik e Harold Grasmick, 1993), porque o conceito de “desorganização social” tinha conotações negativas e poderia refletir ao observador um viés na representação da vida social. Tal conceito foi amplamente abandonado em sociologia na década de 1960, contudo, é conveniente notar que ninguém contestou o fato do quanto havia diferenças nos graus e tipos de organização social entre as áreas das cidades, e que essas diferenças afetavam as taxas de criminalidade.

O primeiro estudo empírico que procurou testar de forma mais sistêmica a teoria da desorganização social é devido a Sampson e Groves (1989). Esses autores trabalharam com dados longitudinais de 238 localidades na Grã-Bretanha, que foram resgatados de uma pesquisa nacional de vitimização em 10.905 residências britânicas. As regressões estimadas por míni-

mos quadrados deram grande sustentação à teoria. As variáveis dependentes utilizadas no modelo foram: assaltos e roubos de rua; violência perpetrada por estranhos; arrombamentos e roubo autoimputado; vandalismo e o total de vitimizações. As variáveis explicativas foram: status socioeconômico, heterogeneidade étnica, estabilidade residencial, desagregação familiar, urbanização, redes de amizade local, grupos de adolescentes sem supervisão e participação organizacional. Totalizando oito variáveis independentes. As variáveis mais significativas no modelo de regressão foram desagregação familiar, urbanização, grupos de adolescentes sem supervisão e participação organizacional.

Roh e Choo (2008) testaram a validade da teoria da desorganização social no Texas e avaliaram que a rápida suburbanização de caráter heterogêneo e de diversificado quadro socioeconômico, desde 1970, estimulou o crime e outros problemas sociais. No estudo, a teoria da desorganização social, desenvolvida principalmente a partir dos estudos conduzidos em grandes cidades, foi testada em áreas suburbanas. Modelos de regressão binomial negativa foram usados para analisar os dados recolhidos das *calls for service* (chamadas por serviços de polícia) suburbanas de quatro cidades do Texas. As conclusões dos testes estatísticos sustentaram parcialmente a teoria da desorganização social: embora a pobreza e a heterogeneidade da raça/etnia terem demonstrado relação positiva com os crimes, a mobilidade residencial foi negativamente relacionada ao crime. O estudo também verificou que os indicadores de

desorganização social poderiam dar conta para a variância nas perturbações sociais e *calls for service*.

Os mesmos autores abordaram grande parte da literatura que trabalha o evento criminal (tendo como base a teoria da desorganização social) e demonstraram que os trabalhos se concentram em cidades urbanizadas sem levar em consideração os espaços suburbanos³. Tendo como base o estudo de áreas do subúrbio de quatro cidades do Texas, Roh e Choo levantaram algumas hipóteses (para testes em modelos estatísticos) sobre crime, distúrbio e demandas por serviços públicos (*civil service*) estarem positivamente relacionados: a) à pobreza em áreas de subúrbio; b) à heterogeneidade de raça/etnia em áreas de subúrbio; c) à mobilidade residencial em áreas suburbanas; d) ao desajuste familiar em áreas suburbanas (ROH; CHOO, 2008, p. 6).

Os modelos demonstraram que a pobreza tem relação positiva com o crime. Distúrbios e demandas por chamadas de serviço público tiveram alta relação com o nível de pobreza. Com a inclusão da variável distúrbio familiar no modelo, as relações positivas entre pobreza e o crime perderam significância, enquanto a relação entre pobreza e serviços públicos permaneceu significativa. A heterogeneidade étnico-racial teve relação positiva com o crime e os serviços públicos, mas não o mesmo com distúrbios, em parte sustentando as hipóteses. A relação entre heterogeneidade raça/etnia e crime foi insignificante quando o distúrbio familiar foi incluído no modelo.

3 Seguiram a definição de subúrbio de Popenoe (1988, p. 394 apud RO; CHOO, 2008, p. 3), na qual a comunidade desses espaços sofre um stigma que marca os indivíduos psicologicamente, economicamente e culturalmente: "a suburb is a community that lies apart from the city but is adjacent to and dependent upon it".

Tabela 1.
Modelo de Regressão Binomial Negativa por Chamadas por Serviços em 54 Grupos em Subúrbios do Texas

Variáveis	Crime		Distúrbios		Serviços Públicos	
	Modelo 1 b (erro padrão)	Modelo 2 b (erro padrão)	Modelo 1 b (erro padrão)	Modelo 2 b (erro padrão)	Modelo 1 b (erro padrão)	Modelo 2 b (erro padrão)
Pobreza	4,97* (2,06)	3,49 (2,07)	6,82* (3,31)	4,49 (3,21)	6,40** (2,42)	5,50* (2,51)
Mobilidade	-1,25* (0,51)	-1,40** (0,50)	-1,09 (0,75)	-1,57* (0,70)	-1,98** (0,57)	-2,12** (0,58)
Heterogeneidade	1,12* (0,50)	0,68 (0,51)	1,49 (0,81)	0,82 (0,77)	1,72** (0,57)	1,45* (0,59)
Distúrbio familiar		5,46* (2,16)		11,04** (3,25)		3,40 (2,52)
População	0,48** (0,10)	0,47** (0,09)	0,36* (0,15)	0,37** (0,13)	0,53 (0,11)	0,52** (0,10)
Intercepto	3,47** (0,26)	3,49** (0,24)	3,69** (0,38)	3,61** (0,33)	4,03** (0,29)	4,06** (0,29)
Log-razão de verossimilhança	-259,69	-256,57	-296,35	-290,79	-294,47	-293,56

* $p < 0,05$ (duas caldas) ** $p < 0,01$ (duas caldas)

Fonte: ROH; CHOO, 2008, p. 10

Outros trabalhos interessantes foram desenvolvidos por Miethe et al (1991 apud CERQUEIRA; LOBÃO, 2004), onde as variáveis “taxa de desemprego”, “heterogeneidade étnica”, “mobilidade residencial”, “controle institucional” e a existência de mais de um morador por cômodo demonstraram significância estatística em relação aos homicídios, roubos e arrombamentos (variáveis dependentes para crime). Warner e Pierce (1993 apud CERQUEIRA; LOBÃO, 2004), a partir de chamadas telefônicas para a polícia fizeram um *cross-section* de 1.980 localidades na cidade de Boston na década de sessenta. A pobreza teve um coeficiente significativo e com sinal esperado pela teoria, a mobilidade residencial gerou um sinal contrário ao esperado e a heterogeneidade na maioria dos modelos testados resultou em não significância estatística (CERQUEIRA; LOBÃO, 2004, p. 239).

1.2 A Teoria do Aprendizado Social ou Teoria da Associação Diferencial

A teoria do aprendizado social parte da hipótese de que as bases da conduta humana têm suas raízes no aprendizado que as experiências diárias enseja ao indivíduo. O homem, segundo essa explicação, atua de acordo com as reações que sua própria conduta recebe dos demais, de modo que o comportamento individual acha-se permanentemente modelado pelas experiências da vida cotidiana. O crime não é algo anormal nem sinal de uma personalidade imatura, mas um comportamento ou hábito adquirido, isto é, uma resposta a situações reais que o sujeito aprende.

A teoria da associação diferencial foi formulada por Sutherland nos anos 1930 e, posteriormente, por seu colaborador Cressey (1960). Em suas investigações sobre a

criminalidade do colarinho branco, sobre a delinquência econômica e profissional e sobre os níveis de inteligência do infrator, Sutherland chegou à conclusão de que a conduta desviada não pode ser imputada a disfunções ou inadaptação dos indivíduos das classes mais baixas socioeconomicamente, senão à aprendizagem efetiva dos valores criminais, o que pode acontecer em qualquer cultura (SUTHERLAND, 1940).

Segundo Sutherland, o crime não é hereditário nem se imita ou inventa. Não é algo fortuito ou irracional: o crime se aprende. A capacidade ou destreza e a motivação necessárias para o delito se aprendem mediante o contato com valores, atitudes, definições e pautas de condutas criminais no curso de processos normais de comunicação e interação do indivíduo com seus semelhantes.

A conduta criminal se aprende em interação com outras pessoas, mediante um processo de comunicação. Requer, pois, uma aprendizagem ativa por parte do indivíduo. Não basta viver em um meio criminogênico, nem manifestar determinados traços da personalidade ou situações frequentemente associadas ao delito. Não obstante, em referido processo participam ativamente, também, os demais.

A parte decisiva do citado processo de aprendizagem ocorre no seio das relações mais íntimas do indivíduo com seus familiares ou com pessoas do seu meio. A influência criminógena depende do grau de intimidade do contato interpessoal.

O aprendizado do comportamento criminal inclui também a das técnicas de cometimento do delito, assim como a da orientação específica das correspondentes motivações, impulsos, atitudes e da própria justificação racional da conduta delitiva.

Uma pessoa se converte em delinquente quando as definições favoráveis à violação da

lei superam as desfavoráveis, isto é, quando por seus contatos diferenciais aprendeu mais modelos criminais que modelos respeitosos ao direito. As associações e contatos diferenciais do indivíduo podem ser distintos conforme a frequência, duração, prioridade e intensidade deles. Contatos duradouros e frequentes devem ter maior influência pedagógica, mais que outros fugazes ou ocasionais, do mesmo modo que o impacto que qualquer modelo exerce nos primeiros anos da vida de um indivíduo costuma ser mais significativo que o que tem lugar em etapas posteriores; quanto maior o prestígio que o indivíduo atribui à pessoa ou a grupos cujas definições e exemplos aprendem, mais convincente é o modelo. Precisamente porque o crime se aprende, não se imita.

O processo de aprendizagem do comportamento criminal mediante o contato diferencial do indivíduo com modelos delitivos e não delitivos implica a aprendizagem de todos os mecanismos inerentes a qualquer processo desse tipo.

Embora a conduta delitiva seja uma expressão de necessidades e de valores gerais, não pode ser explicada como concretização deles, já que também a conduta adequada, segundo o Direito, corresponde a idênticas necessidades e valores.

A teoria da associação diferencial traça um modelo teórico generalizador, capaz de explicar também a criminalidade das classes médias e privilegiadas. Contribuiu para fomentar cientificamente e dar sentido a conceitos que, desde então, encontram na ideia genérica de aprendizagem uma referência obrigatória: os conceitos de reeducação, modificação de conduta, aprendizagem compensatória etc. Até mesmo as teorias subculturais encontraram um reforço valioso na concepção de Sutherland, que as complementa, incorporando, ademais, um significativo caráter diferencial: a ideia de

que o crime não procede da desorganização social, senão da organização diferencial e da aprendizagem.

Sem embargo, várias foram as objeções dirigidas contra tal teoria, em razão de sua ambiguidade, déficit empírico e excessivos níveis de abstração – o que explica as restrições de Cressey (discípulo de Sutherland) e as numerosas reformulações de que foi objeto. A tese de Sutherland está em consonância com as estruturas subculturais simples (explicação do “gangsterismo” norte-americano do princípio do século), mas não se adapta totalmente a situações subculturais muito mais complexas, produto da evolução social, razão pela qual o próprio Sutherland reconheceu em seu último trabalho a necessidade de levar em conta a incidência de fatores individuais na associação e demais complexos processos psicossociais (SUTHERLAND, 1956).

Matsueda (1982) foi o autor que procurou alguma relação empírica para a teoria do aprendizado social. Reanalisou os dados levantados na teoria vislumbrada por Sutherland avaliando o diferencial negativo de associação da teoria. Mostrou que o raio de comportamento aprendido por padrões favoráveis e desfavoráveis à violação dos códigos legais, ou seja, a variável crítica na teoria de Sutherland pode ser operacionalizada por modelagem estatística, percebendo sua significância. Isto permitiu testes de hipóteses específicas derivadas da teoria. Especificamente a construção não aparente que representa a relação do padrão de comportamento aprendido com êxito, mediando os efeitos sobre a delinquência dos modelos de outras variáveis.

Bruinsma (1992) fez um teste empírico da versão da teoria desenvolvida por Sutherland apresentando como base de dados 1.196 meninos e meninas na faixa etária de 12 a 17 anos. Além disso, algumas novas e adicionais especificações teóricas sobre a influência social de outras pessoas sobre o indivíduo, tudo

em conformidade com as ideias originais de Sutherland, foram propostas e testadas empiricamente. No modelo estatístico apresentado, a teoria explica 51% da variação do comportamento criminoso, mesmo considerando que nenhuma população penal é utilizada para o teste e apenas pequenos delitos são medidos. O teste também mostrou que o impacto da frequência dos contatos com os padrões de comportamento sobre o desenvolvimento de definições é positivo sobre a frequência e que a comunicação sobre as técnicas é substancial e não podem ser ignoradas pelos criminologistas. Além disso, as análises especializadas revelaram que várias proposições foram a favor da teoria.

É o desvio dos outros que tem o maior impacto substancial. Os mais jovens, tendo contato com seus amigos, apresentam maior impacto do desvio destes sobre o desenvolvimento de suas técnicas de atuação, sendo tais técnicas positivas ou negativas para o convívio social. As análises mostraram, também, que os mais jovens se identificam com os outros, e isso contribuiu para uma relação maior do impacto do desvio dos outros sobre as suas normas.

McCarthy (1996) elaborou um estudo tendo como intuito medir as atitudes e ações de jovens que viviam nas ruas de Toronto. Teve a tarefa de averiguar a validade da teoria da associação diferencial (ou teoria do aprendizado social) de Sutherland naquele grupo de jovens.

A análise focou as relações entre crime e três conceitos centrais da associação diferencial: associações desviantes, elementos simbólicos que dão suporte às ofensas e à tutela de atividades criminais. Os efeitos dessas variáveis em dois tipos de crimes, vendas de drogas e roubo, foram explorados. As duas medidas usadas no estudo envolveram a frequência da exposição à associação desviante. As seis questões aplicadas no questionário apontaram para a existência de instruções criminais por tutores.

O estudo descobriu que, os modelos que incluem associações desviantes, as atitudes e desejos são fortalecidos com uma medida de tutela criminal.

1.3 Teoria do controle social

A teoria do controle social busca entender por que algumas pessoas se abstêm em praticar delitos. “Quanto maior o envolvimento do cidadão no sistema social, quanto maiores forem os seus elos com a sociedade e maiores os graus de concordância com os valores e normas vigentes, menores seriam as chances de esse ator se tornar um criminoso” (CERQUEIRA; LOBÃO, 2004, p. 242).

Essa teoria foi utilizada para explicar a delinquência juvenil em alguns estudos. Aqui destaco o trabalho de Agnew (2001 apud CERQUEIRA; LOBÃO, 2004) onde ele diz que a falta de controle social está atribuída a subcultura e aversão ao ambiente, fatores que provocam a inclusão do jovem na prática delituosa. Agnew (1991 apud CERQUEIRA; LOBÃO, 2004) não encontrou relação causal satisfatória entre a teoria e os dados levantados, principalmente no que tange as variáveis “ligações e afeições familiares” e “compromissos escolares”.

Empiricamente os trabalhos que utilizam dessa teoria estão ligados à formulação e aplicação de questionários.

Paternoster e Mazerolle (1994) realizaram um teste mais completo da teoria do controle social, com uma amostra longitudinal de adolescentes. Acharam várias dimensões da teoria geral do controle social que apontaram positivamente para a relação com o envolvimento em uma vasta gama de atos delinquentes. A teoria tem tanto um efeito direto sobre a delinquência como efeitos indiretos, por enfraquecer as inibições do laço social e um aumento do envolvimento com pares delinquentes.

Os autores concluíram que a teoria geral do controle social tem uma contribuição importante para explicar a delinquência, e mais esforços devem ser empreendidos para desenvolver plenamente as suas implicações.

Em Horney et al (1995) foram analisadas as variações nas condições de vida de criminosos condenados para entender as mudanças no comportamento do criminoso. Foram alargados o impacto da teoria do controle social (considerando as circunstâncias em que a vida local fortalece ou enfraquece os laços sociais) e a influência ofensiva durante períodos relativamente curtos de tempo. Os autores procuraram determinar se os mecanismos formais e informais de controle social afetavam a probabilidade de cometer nove grandes crimes graves. No estudo, foi empregado um modelo hierárquico linear que proporcionou uma análise individual com a intenção de explorar os fatores que determinam o padrão da ofensa criminosa. Os resultados sugeriram que uma mudança em curto prazo no envolvimento com o crime está fortemente relacionada à variação na vida local.

Segundo Entorf e Spengler (2002), há cinco variáveis latentes que normalmente são utilizadas em modelos que tentam medir a teoria do controle social: ligação filial; ligação escolar; compromisso; crenças desviantes; amigos delinquentes. Para medi-las, os autores utilizaram *surveys* com perguntas que, de alguma forma, contribuíssem para reconhecer o nível de associação entre o comportamento desviante e os laços familiares e com os amigos. Perguntas como “você normalmente faz atividades com sua família?”, que tinha o intuito de averiguar a relação de proximidade com os pais, e outras que buscam avaliar se os valores sociais são facilmente infringidos.

1.4 Teoria do autocontrole

Gottfredson e Hirschi (1990) foram os elaboradores da teoria do autocontrole. Adeptos de uma visão sociológica que retoma o tema da formação individual na infância em sua interação face a face (BERGER; LUCKMANN, 2005), Gottfredson e Hirschi (1990) afirmam que os indivíduos desviantes se comportam assim por não terem desenvolvido mecanismos psicológicos de autocontrole na fase entre os 2 ou 3 anos de idade até a fase pré-adolescente.

O comportamento desviante seria explicado pelas deformações no processo de socialização da infância, e seria desencadeado pela ineficácia na conduta educacional ministrada pelos responsáveis da criança. Estes teriam falhado em não impor limites, seja em consequência da falta de uma supervisão mais aproximada, seja por negligência ao mau comportamento eventual da criança. Assim, a falta de punições a tornaria egoísta e insolente.

Na adolescência, o resultado da formação educacional deficiente fragmentaria os mecanismos de autocontrole do indivíduo na adolescência, levando-o a práticas delinquentes e a andar mal acompanhado.

Há, como na teoria acima explorada, problemas de caráter empírico no momento de se tentar medir o impacto de certas variáveis na condução da teoria. Tendo em vista a impossibilidade de se mensurar variáveis de caráter latente, como são aquelas destinadas a medir o autocontrole, o dispositivo utilizado é o da elaboração de questionários.

Alguns exemplos de questões normalmente encontradas nesses questionários dizem respeito à concordância em relação às frases: “frequentemente eu ajo ao sabor do momento”; “eu raramente deixo passar uma oportunidade de gozar um bom momento”; “eu olho para mim mesmo, ainda que eu faça coisas que colocam as pessoas em dificuldades” etc. (CERQUEIRA; LOBÃO, 2004, p. 244).

A literatura que buscou testar essas variáveis como mensuração para a teoria do autocontrole teve dificuldades empíricas. De todo, destaco alguns trabalhos e os seus principais resultados.

Arneklev et al (1993) desenvolveram uma pesquisa procurando explorar a generalidade da teoria do autocontrole, analisando a relação entre baixo autocontrole e comportamentos imprudentes. Os resultados são mistos. Em apoio à teoria, os dados revelam um efeito modesto, mas significativo, de uma escala concebida para capturar os vários componentes do baixo autocontrole em um índice de comportamento imprudente. Uma análise mais detalhada, no entanto, revela que alguns dos componentes de baixo autocontrole (especificamente aqueles provavelmente ligados à baixa inteligência) prejudicam a dimensão do poder preditivo. De fato, um dos componentes (a busca por riscos) é mais preditiva do que a mais inclusiva escala. Além disso, um dos atos imprudentes (tabagismo) parece ser afetado por um baixíssimo autocontrole. Os resultados contraditórios achados sugerem a necessidade de refinamentos teóricos.

Polakowski (1994) traçou uma delimitação ampla entre o autocontrole e os distúrbios da hiperatividade pessoal, impulsividade, déficits de atenção, comportamento e pequenos problemas. Psicólogos discordam se esses transtornos representam características únicas ou múltiplas e se ambas as medidas comportamentais e cognitivas podem descrever adequadamente certas características na personalidade. Empregando técnicas de equação estrutural, Polakowski apoia várias proposições derivadas de Gottfredson e Hirschi (1990). O autor chegou a algumas conclusões: autocontrole subsumiu a personalidade e é significativamente composto por indicadores comportamentais precoces da agressão e da guerra, estando inversamente relacionado aos outros elementos do laço social. É mode-

radamente estável durante um curto período de tempo, e prediz significativamente condenações penais. No entanto, permanecem dúvidas quanto à onipresença do autocontrole, a magnitude e sentido da estabilidade, e com o poder desta perspectiva para explicar todas as formas auto relatadas de delinquência.

1.5 Teoria da anomia

A teoria da anomia tem forte caráter psicológico. Baseia-se na frustração que o indivíduo tem em face de suas defasagens socioeconômicas. Merton (1938) asseverou que a delinquência decorreria da impossibilidade de o indivíduo atingir metas desejadas por ele, sobretudo as de caráter econômico. “O processo de anomia ou tensão decorreria da diferença entre as aspirações individuais e as reais possibilidades de realização das mesmas” (CERQUEIRA; LOBÃO, 2004, p. 245).

Agnew (1992) procurou ampliar a teoria da anomia para compreender – além da frustração decorrente da defasagem entre as aspirações individuais e os meios socialmente existentes para satisfazê-las –, adicionalmente, duas circunstâncias: a frustração derivada do fato de outros terem retirado do indivíduo algo de valor (não estritamente material); e o fato de que as pessoas são confrontadas com circunstâncias negativas engendradas por discordâncias ou divergências sociais. Esse desenvolvimento, que ficou conhecido como teoria geral da anomia (*general strain theory*), foi testado por Agnew e White (1992), Agnew (1993), Paternoster e Mazerolle (1994) e Hoffmann e Miller (1998), e todos encontraram evidências empíricas a favor. De maneira geral, esses trabalhos foram baseados em dados provenientes de pesquisas individuais, nas quais várias categorias de crimes e contravenções foram explicadas a partir de variáveis indicadoras de focos de tensão social. Alguns exemplos são: “distância entre aspirações individuais e expectativas”, “oportunidades bloqueadas”; “frustração relativa”; “eventos de vida negativos”; “sofrimento cotidiano”; “relações negativas com adultos”; “brigas familiares”; “desavenças com vizinhos”; e “tensões no trabalho” (CERQUEIRA; LOBÃO, 2004, p. 246).

Mendonça (2000) aponta para uma relação entre a privação do consumo e a prática de homicídios intencionais na cidade do Rio de Janeiro. De certa forma, contribui para uma comprovação empírica da teoria da anomia.

1.5 Teoria Econômica da Escolha Racional

Os estudos baseados em teorias que têm como base a economia (estrutura econômica) ou a Escolha Racional (ER) tiveram como ponto de partida teórico o trabalho seminal de Gary Becker (1968) “Crime and punishment: an economic approach”, publicado no *Journal of Political Economy*. De acordo com essa teoria, o ato criminoso decorre de uma avaliação racional do indivíduo em torno de uma cesta de oportunidades entre o mercado formal e o mercado informal (ou ilícito). A decisão do indivíduo de cometer ou não o crime estaria atrelada a um processo de maximização de utilidade esperada. O indivíduo, dentro do quadro de oportunidades disponíveis, racionalizaria os potenciais ganhos resultante da ação criminosa, o valor da punição e as probabilidades de detenção associadas, também, ao custo de se cometer o delito. O parâmetro utilizado seria o confronto entre o salário que o indivíduo poderia receber no mercado formal (levando em consideração sua formação, posição social etc.) e o salário percebido no mercado informal ou ilegal.

Vários autores seguiram o caminho de Gary Becker e desenvolveram estudos com as mais diversas variáveis socioeconômicas para estudar os efeitos em relação à criminalidade e violência. Variáveis como desemprego, renda, gastos públicos, nível de escolaridade, capital humano, capital social, capital físico e etc. foram utilizados para medir o impacto das relações socioeconômicas no crime comum, entre eles os homicídios.

Estudos de caráter empírico tiveram a orientação da ER. Tais estudos seguiram o caminho de investigar a relação causal entre o crime e o mercado de trabalho, a renda, a desigualdade, a dissuasão policial, a demografia e a urbanização, entre outros.

Freeman (1994) pesquisou sobre o tema no âmbito do mercado de trabalho e demonstrou que não há consenso sobre a questão em estudos de séries temporais. Utilizando técnicas de análises longitudinais com dados agregados regionalmente, foi captada uma certa relação positiva entre crime e desemprego, apesar de problemas existirem com correlações espúrias em seu trabalho. Algumas dificuldades metodológicas são apontadas no estudo, sobretudo os métodos *qualis* (como entrevistas em que se depende de relatos dos presos), isso leva possivelmente a formação de vieses. Desses estudos, porém, se chega à conclusão de que os presos apresentam maior probabilidade de ter menos renda ou menos emprego que outros grupos.

Relacionar mercado de trabalho e o crime é uma tarefa desafiante, pois há problemas em se ter dados confiáveis para isso. Contudo, uma boa pesquisa nesse sentido pode ser executada com variáveis como renda e desemprego, estimativa da oferta de trabalho na área com altos índices de criminalidade, participação criminal em áreas de escassez de emprego, e a relação entre salários previstos e a rentabilidade advinda com a prática criminosa.

Gould, Weinberg e Mustarde (2000), em pesquisa efetuada em 709 municípios americanos (de 1979 a 1997), chegaram a resultados significantes em seus modelos, nos quais jovens com baixa especialização responderam mais facilmente ao custo de oportunidades do crime.

Os resultados deram conta ainda de que a tendência de longo prazo do crime pode ser mais bem explicada pela tendência de longo prazo dos salários de homens jovens não educados – que explica 43% e 53% dos crimes contra a propriedade

e violentos contra a pessoa, respectivamente – do que pelo desemprego (CERQUEIRA; LOBÃO, 2004, p. 252).

Wolpin (1978) fez um estudo cobrindo seis tipos diferentes de crime ocorridos na Inglaterra e País de Gales entre os anos de 1894 e 1967. Utilizaram seis variáveis diferentes de dissuasão judicial: taxa de esclarecimento do crime, taxa de aprisionamento (as duas variáveis mais significativas), taxa de condenação, taxa de multa, taxa de reconhecimento e tempo de sentença média. As variáveis mais significantes foram a taxa de esclarecimento e a taxa de aprisionamento. A variável “punição” não se mostrou significativa. Os efeitos decorrentes do desemprego e o quantitativo da população jovem foram positivos em relação à criminalidade.

Os estudos econômicos que utilizam estatísticas e análises de impacto de variáveis explicativas das mais diversas passaram a impactar as políticas públicas e em gestões municipais na área da segurança pública. Sendo assim, na próxima seção analiso a teoria de *Tolerância Zero* nos seus aspectos conceituais e empíricos.

1.6 Os Fundamentos Teóricos do Tolerância Zero: Broken Windows

O artigo seminal de Wilson e Kelling (1982), “Broken windows: the police and neighborhood safety”, foi o ponto de partida do programa de segurança pública de Nova Iorque e de outras cidades, conhecido como *Tolerância Zero*. As *broken windows* não se mostram como uma teoria elaborada, mas como uma série de “noções” em que uma delas tem como base uma teoria “involuntiva” do crime, na qual este começa pequeno, cresceria e se tornaria “grande”. Teria como base a ausência de autoridade, de ordem nos espaços públicos. Esses espaços se tornariam amplos para a prática de delitos quando da ausência do es-

tado como autoridade, como responsável pela ordem pública (SOARES, 2008, p. 170).

As “janelas quebradas” seriam uma alusão aos espaços públicos vertidos de pequenas incivildades. Pichações, urinar em público, bêbados na rua, moradores e meninos de rua, invasões de áreas públicas e privadas etc. levariam a comportamentos destrutivos do espaço urbano dando a impressão de que não existe ordem. Com esses alargamentos, o crime seria o próximo passo.

Essa teoria tem como base analítica a intenção de medir a relação causal entre desordem e criminalidade. Parte de um princípio normativo que define desordem como um comportamento inadequado, como já citado anteriormente, também relacionado a pequenas incivildades. A fragilidade do controle social por parte das autoridades públicas abriria espaços de oportunidades para práticas delituosas advindas do comportamento desordeiro.

Há certa relação entre a teoria *broken windows* e as que são sustentadas por Sutherland, sobretudo as ligadas à desorganização social e ao aprendizado social. Contudo, o foco da teoria é o ambiente abandonado pelo poder público que geraria espaços oportunos de práticas desordeiras ou delituosas.

Skogan (1990) realizou uma pesquisa em algumas cidades americanas para tentar medir o impacto da desordem na criminalidade. O estudo resultou numa forte correlação entre desordem social e criminalidade, e sua pesquisa (baseada em um total de 13.000 entrevistas em Atlanta, Chicago, Houston, Filadélfia, Newark e São Francisco) demonstrou que a desigualdade, a pobreza e o desenvolvimento econômico tinham pouca relação com o crime, mas as desordens provocadas por espaços abandonados e comportamentos advindos da falta de controle social estariam na raiz da criminalidade naquelas cidades analisadas.

Kelling e Coles (1996) demonstraram a relação causal entre criminalidade violenta e a não repressão de pequenos delitos e contravenções. Apontaram que a polícia americana veio abandonando seu caráter de controle e manutenção da ordem pública no século XX, para dedicar-se exclusivamente ao combate à criminalidade. O aumento da violência estaria, segundo os autores, ligado à mudança de estratégia adotada pela polícia. A prevenção do crime também era atribuído da polícia e, com o passar do tempo, ela arrefeceu seu caráter preventivo apenas dedicando-se a combater a criminalidade. O papel do policial como agente da comunidade, entrando e convivendo com a comunidade foi abandonado favorecendo o aparecimento de escotilhas sociais para a prática delituosa.

Os mesmo autores colocaram a necessidade de criação de uma relação de *confiança* entre a comunidade e a polícia para a geração de *accountability* por parte daquela. Sem confiança institucional seria praticamente impossível manter a ordem pública e, ao mesmo tempo, combater à criminalidade violenta. A confiança seria o combustível para uma relação de reciprocidade entre a comunidade e a polícia, que depende muito dessa relação para solucionar crimes. Por isso, para os autores supracitados, é de fundamental importância o policiamento comunitário para a criação do vínculo de confiança entre a polícia e os indivíduos da comunidade em questão.

O abandono por parte da polícia da manutenção da ordem pública levou ao recrudescimento da criminalidade, pois as pequenas janelas quebradas – pequenas incivildades como destacado por Soares (2008) – foram gerados espaços mais amplos de abandono de onde, da metáfora das janelas quebradas, o restante da casa ou do edifício fora completamente abandonado. As pequenas incivildades geraram os pequenos delitos e furtos e desses para o crime mais violento, como os homicídios.

1.6.1 Nova Iorque: um caso especial

No início da década de noventa a cidade de Nova Iorque passava por uma série de problemas relacionados à segurança e a violência. Os cidadãos nova-iorquinos passaram a pressionar as autoridades em busca de uma solução para tais problemas. Desde a década de setenta aqueles problemas vinham se robustecendo. Pessoas dormindo nas praças e metrô, fazendo suas necessidades fisiológicas pelos cantos da cidade, formação de *gangs* juvenis e grupos de extorsão de transeuntes e motoristas. A situação apontada levou à prática o que vinha sendo discutido e defendido na teoria da *broken windows*. As autoridades passaram a investir nesse sentido.

O poder coercitivo das polícias passou a ser exercido de forma a perpassar a questão do crime. Pequenas incivildades foram reprimidas. Delitos pequenos, como pular uma catraca no metrô para não pagar a passagem, passaram a ser coagidos veementemente pela polícia. Tal comportamento institucional veio, sobretudo, a partir da eleição do promotor de Justiça de Nova Iorque, Rudolph Giuliani, para prefeito da cidade.

Além da incisiva participação policial nessas incivildades, o trabalho do policiamento comunitário foi outro considerado importante para a redução das práticas delituosas naquela cidade americana. Mais contratação de policiais para o trabalho ostensivo e preventivo é apontado como um dos fatores da redução da criminalidade. Apesar de não termos referências empíricas mais robustas.

Segundo Dias Neto (2000), o policiamento preventivo é importante para a realização da tarefa de controle social do crime. A viabilização da parceria entre polícia e comunidade no combate à criminalidade devem seguir alguns mecanismos: função policial no controle social perpassando a

questão do crime formal; descentralização do planejamento policial, respeitando as especificidades locais; interação entre policiais e cidadãos fortalecendo a rede de confiança entre os cidadãos e a polícia.

Contudo, a aplicação de políticas públicas de segurança baseadas na teoria das *janelas quebradas* esbarrou em críticas de defensores dos direitos civis, direitos humanos e da democracia liberal estadunidense. Os que defendem o *Tolerância Zero* inclinam seu discurso para a repressão ao comportamento dos indivíduos *outsiders*, mas não a sua condição de diferente ou excluído socioeconomicamente (Rubin, 2003).

Numa perspectiva mais pragmática, Soares (2008) apontou para o sucesso do *Tolerância Zero* em Nova Iorque.

O número de homicídios em Nova York foi drasticamente reduzido de 2.245, em 1990, para 606, em 1998. Os crimes no metrô foram reduzidos em 80% e outros crimes, como estupro, assalto e furto/roubo de veículos, também sofreram reduções. Um crítico do programa publicou dados que confirmam esse sucesso: os homicídios declinaram 72% entre 1990 e 1998 e os crimes violentos, no total, caíram 51% (SOARES, 2008, p. 169).

Soares (2008) indica que a teoria do *broken windows* seria mais um conjunto de “noções” do que uma teoria elaborada. Na verdade, as janelas quebradas seriam um aviso à sociedade de que tudo está bagunçado, desordenado e deve-se voltar aos eixos. Os espaços públicos teriam se reduzido e os “cidadãos de bem” limitados a certas áreas das cidades cada vez mais restritas e em horários específicos.

Os espaços urbanos insalubres e desorganizados levariam os jovens a práticas de pequenas incivildades que poderiam evoluir para outras práticas mais nocivas. Semelhante à teoria do aprendizado social ou da Associação Diferencial, o jovem aprende a cometer certos delitos ou a ter comportamento

desviante quando é estimulado pelo ambiente cada vez mais propício a tais práticas.

A aplicação do modelo *Tolerância Zero* em Nova Iorque foi reforçado com o expurgo de maus policiais de seus quadros. De outro lado foram contratados 400 policiais para reforçar a polícia e os salários foram revistos e aumentados. Os resultados foram relevantes: “já no primeiro ano houve um declínio de 18% na taxa de homicídios e de 32% na de assaltos a mão armada, ao passo que a taxa de resolução de crimes aumentou 25%” (SOARES, 2008, p. 171).

Billante (2003 apud Soares, 2008) afirma que o *Tolerância Zero* se baseia em três princípios tradicionais da melhor ciência policial: dissuasão pela forte presença policial; patrulhamento intenso das áreas “quentes”; prisões focalizadas.

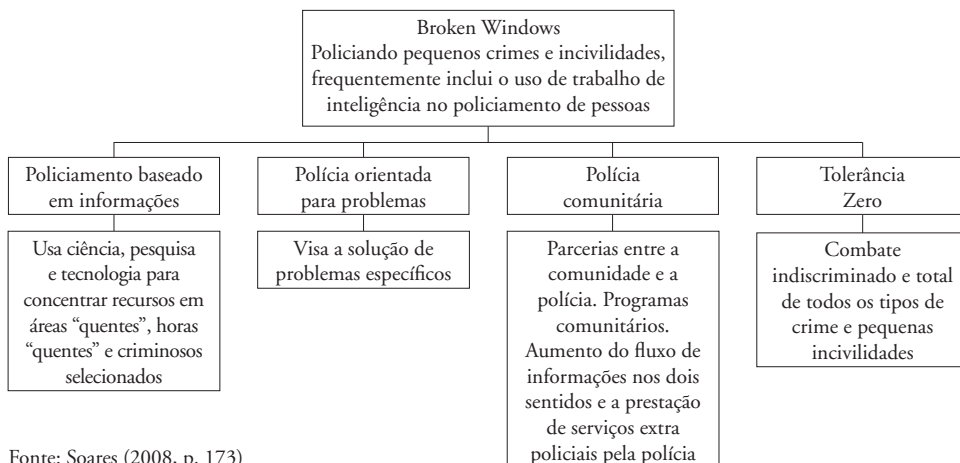
Como afirma Goertzel e Khan (2009) e Kahn e Zanetic (2009) as taxas crescentes de aprisionamento são importantes para a redução da criminalidade em São Paulo. Zaverucha e Nóbrega Jr. (2015) demonstraram, em estudo recente, que o aumento das prisões de

indivíduos acusados de homicídios – simples e qualificado – teve significativo impacto na diminuição da violência homicida em Pernambuco. Billante (2003 apud SOARES, 2008) entende que prisões focalizadas são relevantes e que partem do princípio de que um número relativamente pequeno de criminosos é responsável por uma percentagem bastante alta de crimes.

Contudo, Levitt e Dubner (2005) foram enfáticos a reduzirem a quase zero o impacto do *Tolerância Zero* em Nova Iorque. Os autores apontaram para o controle da variável *jovem* quando da aprovação da lei do aborto em muitos estados americanos na década de sessenta, o que veio a ser variável determinante para a redução da criminalidade violenta em Nova Iorque nas décadas seguintes. Sem, contudo, fazer nenhum modelo estatístico mais sofisticado para sustentar a hipótese.

Abaixo segue a ilustração do modelo *broken windows* de policiamento, detalhando as funções e estratégias da administração dos conflitos.

Quadro 1
Organograma do *broken windows* como base teórica do *Tolerância Zero*



Fonte: Soares (2008, p. 173)

1.7 Crime e Violência: Causas Multifatoriais

A criminalidade violenta geralmente é difícil de ser explicada baseada em apenas uma teoria. Sociologicamente existem várias explicações do comportamento individual e coletivo, e, também, do comportamento criminoso. Por que indivíduos cometem delitos? Por que pessoas matam outras? Por que os homicídios sofrem incrementos positivos mesmo com melhorias nos indicadores sociais e econômicos? Nem sempre as explicações teóricas se sustentam aos testes empíricos aplicados. Outras teorias, como vimos, têm dificuldades empíricas, pois necessitam da aplicação de questionários/entrevistas nem sempre bem elaboradas e nem sempre adequados(as) para a realidade em estudo.

Desigualdade, pobreza, densidade demográfica, desemprego, baixo capital social etc. podem ser variáveis que, quando confrontadas com as variáveis dependentes de crime e violência, dão respostas a certas teorias. Mas, não temos como generalizar, pois existem certos contextos em que elas contrariam as teorias (SOARES, 2008; NÓBREGA JR, 2012).

Na verdade o crime violento, e a violência em si, têm explicações multivariadas. As

causas em um contexto nacional podem não ser as mesmas em outro contexto regional, estadual ou municipal. É importante averiguar as diversas variáveis sem levar em consideração determinações teóricas. De outro lado, mostra-se imperativo o domínio da teoria para os testes das variáveis.

O esforço feito neste trabalho segue no sentido de trazer mais subsídios aos aspectos teóricos dos estudos empíricos empreendidos pelos governos e acadêmicos brasileiros. Temos os pioneiros dos estudos da violência, que foram responsáveis pela abertura da agenda de estudos da criminalidade e das políticas públicas em segurança no Brasil, os primeiros a efetuar estudos na Antropologia, na Sociologia e na Ciência Política de extrema relevância para o desenvolvimento dos estudos empíricos mais robustos na nossa contemporaneidade (LIMA; RATTON, 2011). Mas, as ferramentas teóricas, sobretudo internacionais, ainda foram pouco exploradas pelos estudiosos do tema no Brasil.

A criminalidade e a violência têm seus nexos causais e precisam ser refletidas à luz de teorias. Este estudo ajudará, sem dúvida, nesse intento.

Referências

- AGNEW, R. Foundation for a general strain theory of crime and delinquency. *Criminology*, v. 30, n. 1, p. 47-87, 1992.
- ALVAREZ, M. C. A criminologia no Brasil ou como tratar desigualmente os desiguais. *Dados – Revista de Ciências Sociais*, v. 45, n. 4, p. 677-704, 2002.
- ARNEKLEV, B. J. et al. Low self-control and imprudent behavior. *Journal of Quantitative Criminology*, v. 9, p. 225-247, 1993.
- BARCLAY, G.; TAVARES, C. International comparisons of criminal justice statistics 2000. *Home Office Statistics Bulletin*, n. 5/02, 2002. Disponível em: <http://www.iprt.ie/files/international_comparisons_of_criminal_justice_statistics_2000.pdf>. Acesso em: 17 nov. 2015.
- BECKER, G. Crime and punishment: an economic approach. *Journal of Political Economy*, v. 76, n. 2, p. 169-217, 1968.
- BERGER, P. L.; LUCKMANN, T. *A construção social da realidade*. 25. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2005.

- BOURGUIGNON, F. Crime, violence and inequitable development. In: PLESKOVIC, B.; STIGLITZ, J. (Orgs.). *Annual Bank Conference in Development Economics*: Washington, D.C., 2000.
- BRUINSMA, G. J. Differential association theory reconsidered: an extension and its empirical test. *Journal of Quantitative Criminology*, v. 8, n. 1, p. 29-49, 1992.
- BURSIK, R. Social disorganization and theories of crime and delinquency: problems and prospects. *Criminology*, v. 26, n. 4, p. 519-551, 1988.
- BURSIK, R.; GRASMICK, H. G. *Neighborhoods and crime: the dimensions of effective social control*. New York: Lexington Books, 1993.
- CANO, I.; SOARES, G. D. *As teorias sobre as causas da criminalidade*. Rio de Janeiro: IPEA, 2002, mimeo.
- CERQUEIRA, D. R. C.; LOBÃO, W. A. J. L. Determinantes da criminalidade: arcabouços teóricos e resultados empíricos. *Dados – Revista de Ciências Sociais*, v. 47, n. 2, p. 233-269, 2004.
- CRESSEY, D. Epidemiologies and individual conduct: a case from criminology. *The Pacific Sociological Review*, v. 3, n. 2, p. 128-147, 1960.
- DIAS NETO, T. *Policiamento comunitário e controle sobre a polícia: a experiência norte-americana*. São Paulo: IBCCRIM, 2000.
- ENTORE, H.; SPENGLER, H. *Crime in europe causes and consequences*. Berlim: Springer, 2002.
- EXUM, M. L. The application and robustness of the rational choice perspective in the study of intoxicated and angry intentions to aggress. *Criminology*, v. 40, n. 4, p. 933-966., 2002.
- FARRIS, R.E.L. *Social Disorganization*. 2. ed. New York: The Ronald Press Company, 1995.
- FREEMAN, R. B. Crime and the job market. *NBER Working Paper*, n. 4910, p. 9-44. 1994.
- FUKUYAMA, F. Capital Social. In: HARRISON, L. E.; HUNTINGTON, S. P. (Orgs.). *A cultura importa, os valores que definem o progresso humano*. Rio de Janeiro: Record, 2002.
- GOERTZEL, T.; KHAN, T. The Great São Paulo Homicide Drop. *Homicide Studies*, v. 13, n. 4, 2009.
- GOTTFREDSON, D. C.; HIRSCHI, T. *A general theory of crime*. Califórnia: Stanford University Press, 1990.
- GOULD, E. D.; WEINBERG, B. A.; MUSTARD, D. B. Crime rates and local labor market opportunities in the United States: 1979-1997. *Journal of Economic Literature*, K4, J 0, p. 1-58, 2000.
- HALL, P.; TAYLOR, R. C. R. As três versões do neo-institucionalismo. *Lua Nova*, n. 58, p. 193-223, 2003.
- HIRSCHI, T. *Causes of Delinquency*. Berkeley: University of California Press, 1969.
- HORNEY, J.; OSGOOD, D. W.; MARSHALL, I. H. Criminal careers in the short-term: intra-individual variability in crime and its relation to local life circumstances. *American Sociological Review*, v. 60, n. 5, p. 655-673, 1995.
- JENSEN, G. F. Social Disorganization Theory. In: WRIGHT, R. A. (Org.) *Encyclopedia of Criminology*. Chicago: Fitzroy Dearborn, 2003.
- KANT DE LIMA, R. *A polícia da cidade do Rio de Janeiro: seus dilemas e paradoxos*. Rio de Janeiro: Forense, 1995.
- KAHN, T.; ZANETIC, A. O papel dos municípios na segurança pública. *Coleção Segurança com Cidadania: Subsídios para Construção de um Novo Fazer Segurança Pública*, v. 1, n. 1, p. 83-126, 2009.

- KELLING, G.; COLES, C. *Fixing broken windows: restoring order and reducing crimes in our communities*. New York: Free Press, 1996.
- LAND, K. C.; MCCALL P. L.; CONHEN L. E. Structural covariates of homicide rates: are there any invariances across time and social space? *The American Journal of Sociology*, v. 95, n. 4, p. 922-63, 1990.
- LEVITT, S. D.; DUBNER, S. J. *Freakonomics: O lado oculto e inesperado de tudo que nos afeta*. 6. ed. São Paulo: Campus, 2005.
- LESTER, D. Suicide, homicide and the quality of life in various countries. *Acta Psychiatrica Scandinavica*, v. 81, n. 4, p. 332-4, 1996.
- MARREIRO, F.; GUIMARÃES, T., "Insegurança pressiona governos latinos", *Folha de São Paulo*, Mundo. 15 de novembro, 2009.
- LIMA, R. S.; RATTON, J. L. *As Ciências Sociais e os pioneiros nos estudos sobre crime, violência e direitos humanos no Brasil*. São Paulo: Anpocs; Editora Barcarolla; Discurso Editorial, 2011.
- MARKOWITZ, S. Criminal violence and alcohol beverage control: evidence from a international study. *NBER Working Paper*, n. 7481, 2000.
- MATSUEDA, R. L. Testing control theory and differential association: a casual modeling approach. *American Sociological Review*, v. 47, p. 489-504, 1982.
- MCCARTHY, B. The attitudes and actions of others: tutelage and sutherland's theory of differential association. *British Journal of Criminology*, v. 36, n. 1, p. 135-147, 1996.
- MELLO, J. M. P. de; SCHNEIDER, A. Mudança demográfica e a dinâmica dos homicídios no estado de São Paulo. *Coleção Segurança com Cidadania: Homicídios: Políticas de Controle e Prevenção no Brasil*, v. 1, n. 3, p. 21-36, 2009.
- MENDONÇA, M. J. Um Modelo de Criminalidade para o Caso Brasileiro. IPEA. Manuscrito, 2000.
- MERTON, R. K. Social structure and anomie. *American Sociological Review*, v. 3, n. 5, p. 672-682, 1938.
- MERTON, R. K. *Social theory and social structure*. New York: Free Press, 1957.
- MINAYO M. C. S. Inequality, violence and ecology in Brasil. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 10, n. 2, p. 241-50, 1994.
- MOCAN, N. Crime Control: lessons from the New York City experience. Colorado: University of Colorado; NBER, 2003. Disponível em: <http://librarian.net/navon/paper/Crime_Control__Lessons_from_the_New_York_City_Exp.pdf?paperid=3816949>. Acesso em: 24 nov. 2015.
- MOSER, C. La violencia en Colombia: cómo construir una pas sostenible y fortalecer el capital social. In: SOLIMANO, A. et al. (Orgs.). *Ensayos sobre paz y desarrollo: el caso de Colombia y la experiencia internacional*. Bogotá: Banco Mundial, 1999.
- NÓBREGA JR., J. M. *Homicídios no Nordeste: dinâmica, relações causais e desmistificação da violência homicida*. Campina Grande: UFCG, 2012.
- NOSTRÖM, T. Estimating changes in unrecorded alcohol consumption in Norway using indicators of harm. *Addiction*, v. 93, n. 10, p. 1531-8, 1998.
- O'DONNELL, G. Accountability Horizontal e novas poliarquias. *Lua Nova*, n. 44, 1998.
- PATERNOSTER, R.; MAZEROLLE, P. General strain theory and delinquency: a replication and extension. *Journal of Research in Crime and Delinquency*, v. 31, n. 3, p. 235-263, 1994.

- PARKER, R. N.; CARTMILL, R. S. Alcohol and homicide in the United States 1934-1995: or one reason why U.S. rates of violence may be going down. *The Journal of Criminal Law and Criminology*, v. 88, n. 4, p. 1369-1398, 1998.
- POLAKOWSKI, M. Linking self- and social control with deviance: illuminating the structure underlying a general theory of crime and its relation do deviant activity. *Journal of Quantitative Criminology*, v. 10, n. 1, p. 41-78, 1994.
- ROH, S.; CHOO, T. M. Looking inside zone v: testing social desorganization theory in suburban areas. *Western Criminology Review*, v. 9, n. 1, p. 1-16, 2008.
- RUBIN, D. S. Janelas quebradas, tolerância zero e criminalidade. *Jus Navegandi*, 2003. Disponível em: <<http://jus.com.br/artigos/3730/janelas-quebradas-tolerancia-zero-e-criminalidade>>. Acesso em: 18 nov. 2015.
- SAMPSON, R. J.; GROVES, W. B. Community structure and crime: testing social disorganization theory. *American Journal of Sociology*, v. 94, n. 4, p. 774-802, 1989.
- SARMIENTO, A. Violencia y equidad. *Planeación y desarrollo*, v. 30, n. 3, p. 47-80, 1999.
- SHAW, C. et al. *Delinquency areas*. Chicago: University of Chicago Press, 1939.
- SKOGAN, W. *Disorder and decline: crime and the spiral of decay in American neighborhoods*. Berkeley: University of California Press, 1990.
- SOARES, G. A. D. *Não Matarás. Desenvolvimento, desigualdade e homicídios*. Rio de Janeiro: FGV, 2008.
- SUTHERLAND, E. H. *Principles of criminology*. Philadelphia: J.B. Lippincott, 1939.
- _____. White collar criminality, *American Sociological Review*, v. 5, n. 1, p. 2-10, 1940.
- _____. Critique of the theory. In: _____. *The Sutherlands Papers*. Bloomington: Indiana University Press, 1956.
- WAGENAAR, A. C., TOOMEY, T.; ERICKSON, D. J. Preventing youth access to alcohol: outcomes from a multi-community time-series trial. *Addiction*, v. 100, n. 3, p. 335-345, 2005.
- WILSON, J. Q.; KELLING, G. Broken windows: the police and neighborhood safety. *The Atlantic*, mar. 1982. Disponível em: <<http://www.theatlantic.com/magazine/archive/1982/03/broken-windows/304465/>>. Acesso em: 19 nov. 2015.
- WOLPIN, K. I. Economic analysis of crime and punishment in England and Wales, 1894-1967. *Journal of Political Economy*, v. 86, n. 5, p. 815-840, 1978.
- ZAVERUCHA, J.; NÓBREGA JR., J. M. O pacto pela vida, os tomadores de decisão e a redução da violência homicida em Pernambuco. *Revista Dilemas*, v. 8, n. 2, p. 235-252, 2015.

Resumo

Teorias do Crime e da Violência: uma revisão da literatura

Existem muitas teorias que tentam explicar as causas da violência, com algumas se tornando referência em estudos elaborados em importantes escolas criminológicas, como a Escola de Chicago. Neste trabalho discuto algumas das principais teorias explicativas da criminalidade, delinquência e violência, e o objetivo central do artigo é trazer uma revisão da literatura, sobretudo a internacional, destacando desde teorias sociais do crime e da violência, como a teoria do aprendizado social desenvolvida por Edwin Sutherland no início do século passado, até as teorias econômicas baseadas num cálculo estratégico do ator criminoso, como a Teoria da Escolha Racional e a *Broken Windows*, que tiveram

em autores como Gary Becker, James Wilson e George Kelling produções importantes com base em teorias racionais do crime e da violência.

Palavras-Chave: Crime; Criminalidade; Violência; Delinquência e Teorias.

Abstract

Theories of Crime and Violence: a literature review

There are many theories seeking to explain the causes of violence. Some of them became reference in studies conducted in major criminological schools, such as the Chicago School. This paper discusses some of the leading explanatory theories about crime, delinquency, and violence. Its main objective is to review the literature, particularly the international one, highlighting the social theories on crime and violence, such as the Social Learning Theory developed by Edwin Sutherland at the beginning of the last century, and the economic theories based on a strategic calculation of the criminal agent, such as those of the Rational Choice and the Broken Window theories, which had, in authors like Gary Becker, James Wilson, and George Kelling, important productions based on rational theories about crime and violence.

Keywords: Crime; Criminality; Violence; Delinquency; Theories on Crime and Violence.

Résumé

Théories du Crime et de la Violence : une révision de la littérature

Il existe de nombreuses théories qui tentent d'expliquer les causes de la violence. Certaines sont devenues des théories de référence dans les études préparées dans d'importantes écoles de criminologie, telles l'École de Chicago. Ce travail aborde certaines des théories majeures, explicatives de la criminalité, de la délinquance et de la violence. L'objectif central de l'article est de proposer une révision de la littérature, particulièrement l'internationale, en mettant en avant aussi bien les théories sociales du crime et de la violence, telle la théorie de l'apprentissage social développée par Edwin Sutherland au début du siècle dernier, que les théories économiques basés sur un calcul stratégique de l'acteur criminel. C'est le cas de la théorie du Choix Rationnel et la *Broken Windows*, dont des auteurs tels Gary Becker, James Wilson et George Kelling, ont eu une importante production fondée sur des théories rationnelles du crime et de la violence.

Mots-clés: Criminalité; Criminalité; Violence; Délinquance et théories.

Marialice Mencarini Foracchi tem seu nome gravado na história do pensamento social brasileiro por ter legado uma obra que é considerada um marco na formação da Sociologia da Juventude no Brasil. O cinquentenário da primeira edição de *O estudante e a transformação da sociedade brasileira* é uma ocasião propícia para revisitar sua obra, com o propósito de buscar nela alguns recursos pertinentes à análise de fenômenos juvenis na atualidade¹. No conjunto de seus trabalhos, Foracchi forneceu-nos análises simultaneamente amplas e profundas sobre os jovens, a condição de estudante universitário e o movimento estudantil. É necessário concordar com Martins (1982), que afirma ser “impossível escrever honestamente sobre os movimentos estudantis e os conflitos de gerações em nosso país sem ampla referência aos trabalhos dessa autora” (p. VIII). Trata-se, como já demonstrou Augusto (2005), de uma “obra clássica”, “na medida em que seus estudos permanecem centrais para a discussão atual desses temas e ainda hoje é possível aprender com seus textos” (p. 12).

As obras dos autores clássicos, apesar de produzidas em outros contextos históricos e sociais, caracterizam-se por preservarem sua atualidade, ao passo que suas interpretações detêm um longo alcance

e significação teórica, constituindo, por essa razão, pontos de referência para questionamento e investigações sobre os processos contemporâneos. É esse o estatuto que atribuímos ao trabalho de Foracchi no campo de estudos sobre a juventude no Brasil. Augusto (2005) destaca que, em sua obra, essa autora abordou questões complexas, como a situação, o papel e polissemia da noção de juventude, o conceito de geração e a coexistência de gerações, os processos de transição para a vida adulta, a socialização, os projetos e a autonomia dos jovens, o estudante como categoria social e o significado dos movimentos juvenis e estudantis, temas que receberam “tratamento deveras apurado, que ainda pode servir de estímulo e diretriz para os(as) analistas contemporâneos(as)” (Ibid., p. 11).²

O presente ensaio representa uma tentativa de sistematização da contribuição de Marialice Foracchi à Sociologia da Juventude, tendo como base sua principal publicação. O objetivo é colaborar para que a teoria social que ela elaborou possa inspirar a reflexão das novas gerações de pesquisadores interessados no tema. Iniciamos por apresentar ao leitor uma exposição sintética da trajetória da Sociologia

1 O autor expressa seu agradecimento a Maria Helena Oliva Augusto pela leitura atenta dos originais e pelo incentivo durante a trajetória deste estudo, ao tempo que assume total responsabilidade sobre o conteúdo apresentado.

2 Apesar de passar por um relativo esquecimento, a obra de Marialice Foracchi tem sido retomada por jovens pesquisadores como Tavares (2008), Martins (2011) e Silva (2014).

da Juventude para, posteriormente, na segunda sessão, apresentar de modo panorâmico sua obra, objetivos e métodos, a fim de mostrar como sua perspectiva interpretativa se delineia, por meio da articulação de três eixos interdependentes e complementares: as relações interpessoais, as histórico-estruturais e a práxis estudantil. Depois abordaremos a transformação do jovem em estudante, a partir da relação dele com a família; destacam-se, então, os vínculos de manutenção e os estilos de dependência atribuídos a situação de classe do estudante. Na sessão posterior é retomada a análise do processo de transição da dependência à autonomia, sobressaindo sua manifestação no âmbito do trabalho, da profissionalização e dos projetos de carreira que expressam os anseios de mobilidade social das famílias de classe média da época de seu estudo. A revisão aborda finalmente sua análise da *práxis* estudantil, apontando as oscilações e inconsistência do radicalismo pequeno-burguês que caracterizou o movimento estudantil por ela estudado. Esperamos que esta revisão possa servir de estímulo à leitura de seus textos originais, que é a melhor forma para conhecer a autora e sua obra.

Antecedentes da Sociologia da Juventude

A juventude figura como tema de pesquisa já nos primeiros estudos empíricos precursores da Sociologia³, sendo, desde então, uma pauta recorrente do interesse sociológico. Em linhas gerais deve ser posto que a juventude surge como tema de pesquisa social nos primórdios da Sociologia. Antes mesmo

dela se constituir como ciência autônoma e institucionalizada, a juventude era objeto de investigação nos estudos de levantamento social que marcaram a pré-história das Ciências Sociais, no século XVIII.

No momento de gênese da Sociologia da Juventude, quando os precursores buscavam apontar os traços distintivos do processo de maturação social, predominava a imprecisão nas categorias utilizadas. Segundo Flitner (1968), “não é possível ignorar a falta de precisão com que são aplicados os conceitos ‘juventude’, ‘rapazes e moças’, ‘os jovens’ que são utilizados como contraste para ‘criança’” (p. 40). As pesquisas iniciais foram marcadas por perspectivas educacionais, normativas e psicológicas sobre a condição juvenil, situação que só seria alterada em meados do século XX.

Na época que corresponde ao início do século XX e se estende ao período entre as guerras mundiais, o campo de estudo da juventude ainda permanecia, em grande medida, dominado pela Educação e pela Pedagogia. A constituição de uma sociologia específica se realizaria lentamente como resultado direto da maior visibilidade social adquirida pela juventude, que passou a ser considerada um segmento diferenciado e um grupo socialmente distinto. Para isso, foi decisivo o surgimento de um “movimento juvenil” e da “cultura juvenil” que apareceram, principalmente, nos primeiros anos do século XX. As manifestações dos traços culturais e políticos juvenis fizeram-se presentes em movimentos culturais modernistas e nas vanguardas políticas. Com efeito, ainda na primeira década desse século, tiveram início as primeiras experiências de institucionalização das pesquisas sociais sobre juventude na Alemanha. No período entre as duas grandes

3 Flitner (1968) cita como precursores dos estudos sobre juventude autores como John Looch, David Fordyce, Jean-Jacques Rosseau, Johann Heinrich Pestalozzi, Stanley Hall, entre outros.

guerras, a produção da pesquisa social deslocou-se para o outro lado do Oceano Atlântico, encontrando na Escola de Chicago sua expressão mais avançada.

Com a implantação dos regimes fascistas, e depois da eclosão da II Guerra Mundial, as pesquisas sociológicas sobre juventude foram suspensas no continente europeu. Apenas o sociólogo húngaro Karl Mannheim, em seu exílio na Inglaterra, desenvolveria sistematicamente uma teoria sociológica das gerações. Sua contribuição foi decisiva para a formação de Sociologia da Juventude, fornecendo o conceito sociológico de geração, que rompeu com resquícios naturalistas da explicação do fenômeno, definindo-o como uma condição situacional ante o processo histórico e social. Em sua visão, uma geração é constituída por aqueles que vivem uma “situação” comum perante às dimensões históricas do processo social, o que caracteriza uma “situação de geração”. De acordo com Mannheim (1982), “para se participar da mesma situação de geração, isto é, para que seja possível a submissão passiva ou o uso ativo das vantagens e dos privilégios inerentes a uma situação de geração, é preciso nascer dentro da mesma região histórica e cultural” (p. 85). A situação de geração corresponderia a certos locais geracionais que estruturam posições sociais compartilhadas por indivíduos de um mesmo grupo etário, mas que não se reduz à idade deles. Deste modo, compreende-se que *geração* é um conceito situacional.

Sucedendo-se no tempo, as gerações se apresentam como a não simultaneidade do simultâneo, o que significa que cada ponto do tempo é um espaço de tempo que não se reduz a uma única e homogênea relação com o tempo histórico. Ou seja, indivíduos de gerações diferentes passam por processos históricos simultâneos de modos diferenciados. Os membros de uma mesma geração

também podem atribuir significados distintos ao mesmo contexto histórico. Com efeito, a geração, assim como a classe social, apresenta-se mais como uma potencialidade do que como um grupo concreto que resultaria da transformação dialética do grupo *em si* em um grupo *para si*. Mannheim (1982) produziu então uma importante distinção entre *geração enquanto realidade* e *unidade de geração*. A *geração enquanto realidade* implica algo mais do que copresença em uma tal região histórica e social; implica a criação de um vínculo concreto entre os membros que a compõem mediante a sua exposição aos mesmos sintomas sociais e intelectuais de um processo de desestabilização dinâmica. Por sua vez, a *unidade de geração* implica um vínculo ainda mais concreto do que o verificado na *geração enquanto realidade*: ela refere-se a um compartilhar de experiências comuns que lhe confere unidade. Essa unidade de geração ocorre quando os jovens compartilham conteúdos mais concretos e específicos, formados por uma socialização similar, e desenvolvem, em função disso, laços mais estreitos, levando à identificação e ao reconhecimento mútuo devido às similaridades das situações e das experiências, constituindo uma comunidade de destino (Mannheim, 1968).

Uma unidade de geração não é um grupo concreto, embora possa ser acompanhada de grupos concretos nos quais a similaridade de situação possibilita atividades integradoras que provocam a participação e os capacita a expressarem exigências relativas a essa situação comum. Os grupos concretos das novas gerações encontrariam no movimento juvenil a expressão de sua localização na configuração histórica prevalecente (Mannheim, 1968).

Percebe-se que essa abordagem confere importância central às experiências dos jovens. Eles são identificados como agentes propulsores das dinâmicas da sociedade,

como importantes promotores de mudanças e transformações culturais e de relações sociais. Isso porque uma nova geração “não está completamente enredada no *status quo* da sociedade”, (Mannheim, 1968, p. 73).

A juventude passa a ser percebida como parte dos *recursos latentes* de que a sociedade dispõe, e a vitalidade da própria sociedade depende de seu engajamento. O maior ou o menor grau desse potencial de mudança é atribuído às sociedades dinâmicas, enquanto as que buscam conter a juventude podem ser entendidas como sociedades estáticas (Mannheim, 1968).

Os jovens, como parte dos “recursos latentes” de que dispõem as sociedades, aparecem como grupo estratégico não apenas na reprodução das relações sociais, mas também para a sua transformação. Como mencionado, as gerações são ainda “uma potencialidade”, sem que a elas corresponda uma consciência, tal qual às classes que não se tornam *para si*. O potencial transformador da juventude, para ser exercido em toda sua força, necessita que ela se constitua em “geração para si”, com alto nível de identidade e capacidade de organização. Isso só ocorre quando a juventude se encontra ciente de si mesma, percebendo sua unidade de geração e avançando na direção da construção de grupos concretos. Mannheim (1982, p. 71), em uma nota de rodapé, sugere que uma questão para a pesquisa social pode ser identificar em quais condições os membros individuais de uma geração se tornam conscientes de sua situação comum e fazem dessa consciência a base da solidariedade grupal. A abordagem das gerações por sua dimensão dialética permite perceber que, sociologicamente, a juventude é um veículo de ligação entre o passado e o futuro; por meio dela, a sociedade se renova permanentemente.

Todavia, foi nos Estados Unidos da América que se desenvolveram os estudos sociológicos sistemáticos sobre juventude,

durante a estagnação do debate europeu. Nesse novo ambiente, a Sociologia da Juventude foi constituída como especialidade disciplinar, abandonando a tendência anterior em generalizar para toda população juvenil o que era verificado apenas numa amostra dos jovens. Ou seja, nesse novo espaço social e institucional, a juventude seria estudada em vínculo estreito com a sua comunidade.

Ainda na década de trinta, ganharam destaque na Universidade de Chicago os estudos sobre a delinquência juvenil que analisavam o fenômeno das gangues urbanas. Nessas análises, a tensão racial e a demarcação da territorialidade provocada por filhos de imigrantes italianos, judeus e irlandeses aparecem como aspectos fundamentais da constituição da problemática de pesquisa sobre juventude. Nessa linha temática destaca-se o trabalho de Frederic M. Thraste, que publicou *The Gang* em 1936 e que constitui referência para os estudos posteriores sobre o assunto. O mesmo tema é abordado por William Foote Whyte entre os anos de 1936 e 1940, que investigou gangues de jovens filhos de imigrantes italianos em uma região segregada de Boston, trabalho que resultou em uma tese de doutorado e um livro sob o título *Sociedade de Esquina*.

Conforme indicam Cardoso e Sampaio (1995) nesses estudos, a delinquência juvenil é tratada como uma subcultura das “classes baixas” que rejeitam os valores das “classes médias”. A ideia de subcultura delincente é central nos estudos da Escola de Chicago, da mesma forma que as noções de papéis sociais e da função mediadora exercida pelos símbolos; ao atribuir sentidos às interações sociais constitui um dos principais aportes dessa geração à Sociologia, em geral, e à Sociologia da Juventude, em particular.

A juventude seria tematizada ao longo da segunda metade do século XX a partir de

uma ótica reativa e “depositária de um certo medo” (ABRAMO, 1997, p. 30), ou seja, como problema social. Os estudos sociológicos dos anos de 1950 percebem os jovens a partir do recorte de grupos de idade e enfatizam a predisposição juvenil à transgressão e à delinquência. Nesse sentido, apresentam-se em grande parte como continuidade dos estudos iniciados nos anos trinta pela Escola de Chicago, passando, porém, a ser desenvolvidos nos marcos teóricos do estrutural-funcionalismo.

Ainda nos anos cinquenta, influenciado pelo estrutural funcionalismo parsoniano, Eisenstadt publicou o livro *De geração a geração*. Nesse estudo, o autor objetivou analisar vários fenômenos sociais, conhecidos como grupos etários, movimentos juvenis etc., e averiguar se era possível especificar as condições sociais sob as quais surgem, ou os tipos de sociedade em que ocorrem (EISENSTADT, 1976, p. XI).

Eisenstadt buscou entender em quais condições a idade era decisiva para a alocação de papéis e a definição de fronteiras entre grupos, verificando se as graduações etárias se traduziam em interações concretas, produzindo efeitos integrativos. Para ele, os papéis desempenhados pelos indivíduos em qualquer etapa de sua vida na interação com indivíduos de outras gerações deveriam “aguçar” e reforçar sua função como transmissores e receptores da herança cultural e social (EISENSTADT, 1976). As relações entre gerações e a ênfase dada às diferenças etárias decorreriam das características básicas do processo de socialização. Portanto: “A função das definições de idade é tornar o indivíduo capaz de aprender e adquirir novos papéis para tornar-se um adulto, e desta maneira manter a continuidade social” (Ibid., p. 7). Nessa perspectiva, a socialização aparece como um mecanismo de modelagem das personalidades, que estrutura as condutas essenciais ao funcionamento social.

No início dos anos de 1960, o sociólogo norte-americano Parsons publicou *A classe como sistema social*, em que opera uma análise dos grupos juvenis em instituições de ensino. Nesse artigo, Parsons (1968) discute o desenvolvimento de uma “cultura juvenil” como decorrência do processo de expansão do sistema educacional a toda a população infanto-juvenil norte-americana. Para esse autor, a “cultura juvenil” é necessariamente ambígua, uma vez que, na escola, os grupos de pares surgem como meio de proteção à aculturação para os jovens das classes baixas, preservando seus vínculos identitários de origem familiar e étnico. Parsons identificava nesse comportamento uma postura “anti-intelectualista”, enquanto que, no ensino médio, os pares de idade exerceriam outra função, estando agora vinculados à diversificação dos papéis sociais. Desse modo, a ambiguidade reside no duplo caráter da cultura juvenil, que pode assumir funções tanto progressivas quanto regressivas no que diz respeito à incorporação dos valores da sociedade envolvente, por intermédio dos processos de socialização no ambiente escolar (Ibid., 1968).

A ênfase dos estudos do final dos anos de 1960 seria conferida ao comportamento político dos jovens e, mais precisamente, aos movimentos estudantis. As pesquisas de então buscavam explicar essas novas manifestações culturais e políticas da juventude como formas de “comportamento desviante”, também atribuindo a essa categoria a possibilidade de transformação social. Naquele contexto de transformações sociais e culturais e de modernização produtiva acelerada, a juventude aparecia como uma categoria portadora de possibilidades de transformação social em diferentes graus e propósitos. Isso, porém, não significou o abandono do enfoque da juventude enquanto problema. No conjunto, nesse período, predominam

pesquisas com base teórica no funcionalismo, que identificavam na geração jovem uma ameaça à ordem social nos planos político, cultural e moral, atribuindo o comportamento contestador às novas dinâmicas de socialização que permitiriam o afrouxamento dos vínculos estruturais.⁴

A Sociologia da Juventude chega ao Brasil

Foi na década de 1960, no Brasil, que o tema da juventude entrou na pauta de interesses dos cientistas sociais. Nessa época, por meio do rock 'n' roll, da liberação sexual, da contracultura, do movimento estudantil, da luta por direitos civis e pela paz, a juventude criticava a ordem social estabelecida. Porém, a efervescência democrática e popular do início dos anos sessenta seria interrompida com o golpe militar de 31 de março de 1964. Um dos primeiros atos dos militares foi perpetrado contra o movimento estudantil, representado nacionalmente pela União Nacional dos Estudantes (UNE) e pela União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES). Evidência disso foi a invasão da sede da UNE no Rio de Janeiro, saqueada e queimada pelos militares, no dia seguinte ao golpe. Os jovens estudantes foram encarados pelo regime militar como elementos de alta periculosidade para a “segurança nacional”, sendo classificados como “subversivos” e mesmo “terroristas” (POERNER, 1995).

Nessa conjuntura de “rebelião da juventude” (FORACCHI, 1972), os estudos voltaram-se principalmente para as formas de engajamento culturais e políticos dos jovens. O artigo de Octávio Ianni “O jovem radical”, publicado originalmente em 1963, em

seu livro *Industrialização e desenvolvimento social no Brasil*, constituiu um dos primeiros registros no país de uma reflexão sociológica sobre a juventude. Nele é analisada a condição juvenil na sociedade capitalista a partir de uma visão estrutural das implicações decorrentes das determinações político-econômicas e de classes sobre o jovem, o que resultaria, do ponto de vista do autor, numa tomada de posição do jovem como radical ou conservador.

No final da década de 1960, destacam-se duas publicações. Uma é *O poder jovem*, do historiador Artur José Poerner, que trata da história da participação política dos estudantes brasileiros. Nesse trabalho historiográfico é evidenciada a longa trajetória de participação política dos jovens, em dois períodos, antes e depois da fundação da UNE. Esse livro foi lançado em 26 de julho de 1968 e seria um dos primeiros oficialmente proibidos com a edição do Ato Constitucional n. 5, de dezembro daquele ano. A outra é a coletânea *Sociologia da juventude*, organizada por Sulamita de Brito em quatro volumes, publicados igualmente no ano de 1968. A organizadora da coletânea procurou, de um lado, reproduzir trabalhos que revelavam o esforço de constituir uma Sociologia da Juventude, e de outro trazer exemplos característicos dos métodos adotados (BRITTO, 1968). Devido à vasta relação de autores que reúne e dos temas que aborda, esse conjunto figura como referência obrigatória para os pesquisadores do tema. Apesar disso, não caracteriza a produção de um pensamento social brasileiro sobre juventude, com exceção dos artigos de Octávio Ianni, citado acima, e outro, do cientista político Gláucio Dilon Soares, sobre ideologia e participação política estudantil.

4 Encontramos exemplos desse debate na coletânea organizada por Sulamita de Brito (1968), *Sociologia da Juventude IV: os movimentos juvenis*.

Com efeito, seria Marialice Foracchi quem realizaria um trabalho original, de maior fôlego e envergadura analítica, sobre a construção social das categorias jovem e estudante e o movimento estudantil brasileiro. Martins (1982) resume como se processou sua breve trajetória:

Marialice M. Foracchi inicia-se como socióloga preocupada com a educação e com a sociologia da educação. Dos estudos sobre a situação de ensino e a eficácia do trabalho do professor, ela progride para o estudo sobre o estudante, suas relações, seu mundo, sua história, suas aspirações, suas limitações. Esse avanço deslocou o centro das preocupações de Marialice para as relações de classe, para o lugar central do trabalho na história humana, para a exclusão daqueles que não estão no núcleo de recriação da sociedade capitalista que é a produção. Foi o que lhe permitiu desenvolver preocupações na etapa final da vida, com os movimentos sociais, suas lutas, suas tentativas de participação na construção de uma sociedade democrática. (MARTINS, 1982, p. VIII)

O interesse de Foracchi pela temática da juventude dar-se-ia a partir da influência recebida de Karl Mannheim, primeiramente no campo da educação, como demonstra a publicação de *Educação e planejamento: aspectos da contribuição de Karl Mannheim para a análise sociológica da educação* (FORACCHI, 1960). Nesse trabalho inicial, ela buscou sistematizar as contribuições de Mannheim na análise do campo educacional, retomando a questão a partir das teorias do conhecimento e do planejamento. Seu interesse deslocou-se então para as condições sociais do estudante. Ela participaria de um estudo realizado pela Universidade de São Paulo com vista a levantar informações sobre as condições socioeconômicas do estudante universitário, trabalho que resultou no artigo “O Estudante Universitário: resultados iniciais de uma investigação sociológica” publicado na Revista Anhembi

em fevereiro de 1962, no qual antecipou aspectos que receberiam tratamento mais apurado em sua tese de doutorado.

Ela voltaria seus esforços para responder uma questão proposta por Mannheim (1982) sobre as condições nas quais os membros individuais de uma geração se tornam conscientes de sua situação comum e fazem dela a base da solidariedade grupal produzindo grupos concretos, como os que se expressam no movimento estudantil. Essa questão estaria presente nos dois principais trabalhos de Foracchi, *O estudante e a transformação da sociedade brasileira* (1965) e *A juventude na sociedade moderna* (1972). Entre esses dois livros destacam-se os artigos publicados na Revista Civilização Brasileira nos anos de 1966 e 1968 e na Revista Latino-americana de Sociologia, em 1966, com textos que retomam as conclusões de sua tese de doutorado e atualizam os recursos teóricos para explicar as mudanças substanciais havidas no movimento estudantil ao longo daquela década. Em seu conjunto, essas publicações podem ser percebidas como exemplos paradigmáticos da produção teórica sobre “juventude” que se iniciava no Brasil. No primeiro, ela se propôs a “caracterizar o conjunto de mecanismos e processos que presidem à constituição do estudante como categoria social” (FORACCHI, 1965, p. 3), a fim de caracterizar a ação do estudante no processo de transformação da sociedade brasileira. No segundo livro, propôs-se a “analisar, sociologicamente, a rebelião da juventude, como manifestação da crise da sociedade moderna, na forma predominante de que o fenômeno se revestiu que é o movimento estudantil” (Id., 1972, p. 11). Ao longo de seus trabalhos, a noção de juventude se constituiria como categoria histórica e social por intermédio do movimento de juventude.⁵

5 Marialice Foracchi também publicaria outras duas obras de referência, a saber: Foracchi e Pereira (1971) e Foracchi e Martins (2004).

Com seus trabalhos, Foracchi se destacaria no pensamento social brasileiro por fornecer uma explicação sociológica para a condição juvenil e o movimento estudantil de sua época. Ela conferiu um tratamento sociológico ao movimento estudantil explicando-o a partir das condições estruturais da sociedade de classes. A própria autora estabeleceu o diferencial de seu trabalho em relação aos demais. “Nele a classe, como categoria explicativa, é o eixo básico da exposição, já que a compreensão objetiva do processo de constituição do estudante como categoria social, não dispensa a elucidação da natureza e do vínculo de classe” (FORACCHI, 1965, p. 6), na medida em que, “na sociedade brasileira, a mobilização dos recursos educacionais de nível superior é definitivamente marcada pela estrutura de classe.” (Ibid., p. 6). Como salienta a autora, as relações de classe representam objetivamente “os padrões de pensamento e de experiência inerentes ao estilo de convivência na sociedade moderna” (Ibid., p. 66), e fundamenta sua análise do movimento estudantil na vinculação do estudante universitário com as classes médias. “O comportamento político do estudante brasileiro pode ser compreendido, num primeiro momento da análise, como produto ‘revolucionário’ da frustração das aspirações da classe média” (Id., 1966, p. 10). Com efeito, o movimento estudantil poderia ser explicado pela origem socioeconômica do estudante universitário de tal maneira que ele seria a expressão radical da práxis pequeno-burguesa, visto que a origem de classe do estudante universitário era essa.

É necessário registrar que Foracchi promove em seus escritos um diálogo contínuo, aberto e crítico com os principais sociólogos ou cientistas sociais que poderiam apresentar contribuições para a compreensão dos fenômenos e processos sociais investigados. Com efeito, ela con-

seguiu legar uma contribuição original à Sociologia da Juventude, distinta da abordagem estrutural-funcionalista predominante no período, mesmo que se perceba em seus textos sobre o tema um frequente debate com autores como Parsons, Merton e Eisenstadt. Preferindo as abordagens dialéticas e influenciada principalmente por Florestan Fernandes e Karl Mannheim, ela articulou, em um mesmo empreendimento analítico, as dimensões da estrutura e da ação social.

Como resultado, ela identificou de maneira original os vínculos de classe do estudante universitário tanto como classe média em ascensão, ao focar o processo de transformação do jovem em estudante, quanto como pequena-burguesia radicalizada ao interpretar as práticas e as limitações do movimento estudantil universitário. Tendo presente a distinção entre essas categorias, ela reconhece a pluralidade do estrato intermediário da formação social brasileira. Isso não significa qualquer ambiguidade ou imprecisão nos termos utilizados pela autora – classe média e pequena burguesia –, mas a amplitude e radicalidade presente em seu horizonte teórico. A concepção de classe social adotada por Foracchi apoia-se em Mannheim e Fernandes, que foram atentos leitores de Marx, indicando que esse conceito “compreenderia, então, relações de localização, caracterizadas por padrões peculiares de pensamento e de experiência” (FORACCHI, 1965, p. 66), os quais se manifestam em diferentes esferas das relações sociais, isto é, “das relações decorrentes da localização dos agentes na escala socioeconômica” (Ibid., p. 66). Assim, na primeira parte de “O Estudante...”, ao discutir as relações interpessoais do estudante no âmbito da família, apoia sua análise principalmente em autores norte-americanos críticos ao estrutural-funcionalismo, como

Wright Mills⁶, de quem recolhe elementos da problemática da “nova classe média”, no contexto das mudanças sociais provocadas pelo desenvolvimento do capitalismo no pós II Guerra Mundial. Já na segunda parte do livro, ao tratar das relações dos estudantes nos processos histórico-estruturais que resultariam em seu engajamento político, baliza a análise da práxis estudantil nas contradições inerentes à pequena burguesia, sendo evidente que recorre ao tratamento conferido por Karl Marx ao comportamento político dessa classe em “O 18 de Brumário de Luís Bonaparte”. Ou seja, ela recorre aos conceitos adequados aos propósitos explicativos de cada nível da análise empreendida, que mantêm entre si laços de conexão e complementariedade.

Como mencionado, também sobressai no pensamento de Foracchi a influência de Florestan Fernandes, uma vez que ele foi seu professor e orientador acadêmico. Ela recorre a Fernandes principalmente para desvendar o pano de fundo dos processos sociais que investiga, ou seja, as transformações em curso na sociedade brasileira, em termos de urbanização, industrialização, migrações internas, emergência de movimentos sociais e a consequente formação/transformação das classes sociais, em particular o papel da pequena burguesia no caráter na revolução burguesa no Brasil. Essa base teórica é complementada com as abordagens de Celso Furtado sobre as dinâmicas do desenvolvimento e subdesenvolvimento e da realizada por Octavio Ianni, sobre o radicalismo político juvenil. Em resumo, a partir dessas influências Foracchi promoveu um amplo diálogo com autores de sua época forjando uma perspectiva teórica ampla e crítica, o que resultou numa contribuição analítica paradigmática.

Seu *insight* original foi perceber que “a análise objetiva da sociedade brasileira” não poderia “prescindir da determinação precisa do significado da participação do estudante no processo de transformação social” (FORACCHI, 1965, p. 3). Em razão disso, compreendia que:

Uma das principais tarefas com que se depara a abordagem sociológica é, pois, caracterizar o conjunto de mecanismos e processos que presidem à constituição do estudante como categoria social. Isso significa que o estudante deve ser focalizado tanto em termos das condições sociais que balizam o seu comportamento, vinculado a ordem social existente; quanto em termos das modalidades possíveis de ampliação dos seus horizontes de ação (Ibid., p. 3).

Seu método de investigação articula num mesmo empreendimento as dimensões objetivas e subjetivas do comportamento do estudante, ou seja, as determinações estruturais dos sentidos da ação estudantil. Como a própria Foracchi (1965, p. 3) destaca, sua perspectiva interpretativa “pode ser compreendida como uma tentativa de integração analítica das relações interpessoais com as formas de atuação concreta”, por meio da qual a autora busca “fundir a trama das relações com o significado concreto da ação, subordinando-as a uma modalidade de apreensão unívoca”. Dessa forma, a autora busca “desvendar tanto aquilo que nas representações dos estudantes surge como o motivo real da ação, quanto aquilo que, no contexto da situação global, impõe-se, objetivamente, como resultado de sua ação”. (FORACCHI, 1965, p. 3-4).

Sua pesquisa empírica foi desenvolvida ao longo de três etapas sequenciais. Teve início em 1960, quando foram aplicados questionários padronizados a 5% da população

6 A esse respeito consultar: Mills (1979).

estudantil da Universidade de São Paulo, como se distribuíam pelas faculdades que integravam esse organismo universitário, o que abrangeu 377 estudantes de todos os seus institutos e faculdades. A sistematização dos dados dessa primeira fase propiciou a elaboração de algumas categorias empíricas essenciais à abordagem sociológica do estudante universitário. Com base nessas condições, foi efetuado um reagrupamento da população estudantil, tomando como variável básica a sua condição de manutenção e obtendo três categorias empíricas compostas pelos *estudantes totalmente mantidos pela família*, os *parcialmente mantidos pela família* e os *estudantes que trabalhavam* (FORACCHI, 1965).

Na segunda etapa procedeu a um levantamento em amostra constante de 15% dos estudantes incluídos em cada uma das categorias de manutenção anteriores, o que resultou num total aproximado de 55 estudantes de diferentes faculdades. Já tendo respondido o formulário, foram submetidos a uma entrevista aberta, com roteiro previamente testado e reformulado. Os resultados contribuíram para o conhecimento “dos processos e situações que moldam o comportamento e a atitude do estudante, mas nada acrescentaram quanto às implicações presumíveis da sua participação política” (FORACCHI, 1965, p. 9).

A pesquisa foi concluída com o recurso de uma terceira fase, em que a pesquisadora buscou suprir a lacuna da fase anterior sobre o comportamento político do estudante universitário paulista recorrendo à realização de entrevistas com líderes estudantis, representantes das diferentes correntes políticas atuantes no movimento estudantil da época. Como resultado desse procedimento de coleta de dados primários, aos quais se acrescentou a observação sistemática, ela pôde identificar empiricamente os vínculos com

a pequena burguesia como um dos componentes constitutivos do comportamento e da ação do estudante universitário. Desse modo:

O conteúdo singular dessa vinculação patenteou-se, porém, quando focalizado em termos da problemática atual da sociedade brasileira, ou seja, da sua luta pertinaz contra as limitações do subdesenvolvimento. Comprovou-se, assim, a necessidade de operar, no nível da reconstrução interpretativa, com três ordens de manifestações, geradas em planos distintos da realidade social e da explanação teórica, quais sejam: a) relacionadas com o comportamento do estudante e focalizadas no **nível das relações interpessoais**; b) relativas à situação de classe e apreendidas ao nível das **conexões histórico – estruturais**; e c) que dizem respeito aos fatores constitutivos do processo de transformação do sistema e formulados no nível da **objetivação da práxis** (FORACCHI, 1965, p. 11, grifos meus).

A condição do estudante seria caracterizada por uma posição ambígua, ao ter de conjugar presente e futuro simultaneamente: sua existência sendo definida pelas condições sociais que balizam suas possibilidades de ação futura e aparecendo como um elo na sucessão entre gerações, o jovem se projeta no futuro a partir da situação de classe de sua família. A autora, assim, articula, como sendo determinantes, três níveis de análise dos mecanismos que presidem a construção do estudante como categoria social: as relações interpessoais, a situação de classe e os processos de transformação da sociedade inclusiva (AUGUSTO, 2005).

A transformação do jovem em estudante: manutenção, dependência e classe

Ao analisar o processo social de transformação do jovem em estudante, Foracchi (1965) demonstrou como operavam os mecanismos e processos de vinculação do jovem

ao sistema social, efetivado pelas relações entre jovens e adultos tais como ocorrem no âmbito da família. Assim, demonstrou que os jovens se vinculam ao sistema global inicialmente por meio da família, que ocupa uma posição nas relações sociais de produção. Portanto, essa é a primeira instituição a promover a adesão do jovem ao sistema e, por consequência, a uma determinada situação de classe. Os mecanismos dessa vinculação resultam da peculiaridade das relações interpessoais geradas no âmbito da família, ou seja, realizam-se por meio das relações de manutenção e dependência.

Foracchi percebe o jovem como um ser em formação, cujo destino depende de um jogo incerto de fatores. Sempre que possível, a família tenta dirigir esse processo. Dessa forma, o jovem aparece como um “ser socialmente dependente, em busca de recursos eficientes de autonomia ou de emancipação” (FORACCHI, 1965, p. 18). Diante disso, a condição juvenil é compreendida pela autora como sendo marcada pela posição subalterna do jovem em relação ao adulto – ele ainda não tendo concluído a transição social da situação de dependência à autonomia. Por sua vez, o adulto manipularia um sistema sutil de controles com vista a controlar e direcionar os jovens. Apesar de todos os mecanismos de controle mobilizados, esse processo não é isento de conflitos e contradições. As tensões geradas não se esgotariam no sistema de relações recíprocas presente nas relações do estudante com a família, mas transcenderiam para o questionamento da própria ordem vigente, ao mesmo tempo que reforçariam e renovariam constantemente os vínculos existentes. Esse seria mais um elemento a reforçar o caráter ambíguo da condição social do jovem estudante e da própria condição juvenil. Esse processo, observado a partir do relato de jovens provenientes de famílias de classe média, que experimentaram

um processo de ascensão social por conta do processo de industrialização e urbanização, revelou uma ideologia de valorização da juventude e da educação (FORACCHI, 1966) que se objetivava no investimento na educação superior dos filhos como estratégia de mobilidade social ascendente ou, ao menos, de reprodução da situação de classe da família. Como salienta Augusto (2005) a esse respeito:

Há, portanto, um compromisso de retribuição que é amplo e permanente, e envolve o papel conferido ao jovem nos planos familiares de ascensão (ou de manutenção de posição) social. Assim, essa obrigação implica responsabilidade, tanto em relação ao seu próprio destino pessoal como em relação ao destino familiar. Seu compromisso é o de fazer efetivas as conquistas e de propiciar novos avanços. Ainda que configurada no presente, a dívida pode ser deslocada para o futuro, na medida em que existe a expectativa de que sua realização profissional possibilite a manutenção ou a melhoria da posição relativa da família em termos de estratificação social (p. 15).

Chama a atenção que nesse jogo de relações recíprocas se processam formas de valorização da inexperiência que caracterizaria o estudante mantido pela família. Nesse caso, a inexperiência converte-se em fator de superioridade quando se opõe à experiência do adulto, quando a reprodução dela deixa de ser um objetivo e é reconhecida como uma limitação (FORACCHI, 1965, p. 24). Ela conclui que a dependência econômica da família equivale, para o jovem estudante universitário, a submeter-se a um sistema de compromissos e pressões, estando de tal forma vinculado a ele que até as manifestações da vontade individual são contidas. Conforme a autora:

Aqui está o sentido ambíguo da dependência a que antes nos referimos: só na qualidade de totalmente mantido é que o jovem dispõe de condições para ser um estudante. E são paradoxalmente esses mesmos fatores que criam obstáculos à sua

realização pessoal porque reprimem, inclusive, as mais simples manifestações de vontade autônoma. Como ser estudante, e portanto categoria social independente, se não é possível deixar de ser, ao mesmo tempo, jovem dependente, submisso e comprometido? (FORACCHI, 1965, p. 27-28)

O jovem estudante experimenta, assim, a ambivalência de sua condição social como jovem e de sua posição social como estudante universitário. Com base nessa observação, Foracchi caracterizou o estilo de vida peculiar do jovem a partir da “valorização da inexperiência como atributo positivo, pela subordinação da vontade como recurso de afirmação e pela tentativa de mobilização das condições sociais existentes, no sentido de proceder à transformação do jovem em estudante” (FORACCHI, 1965, p. 31). Se isso for colocado em termos da distribuição dos tipos de estudantes, teríamos a valorização da inexperiência como traço marcante do estudante totalmente mantido pela família e os vínculos da dependência limitando a conquista de autonomia, como característica do estudante parcialmente mantido pela família. O sentido manifesto nas relações do jovem com o adulto seria, por conseguinte, o de provocar formas mútuas de ajustamento que acarretariam a subordinação criadora do jovem e a distensão dos canais de participação social do adulto.

Por sua vez, o jovem que estuda e trabalha teria como traço distintivo a difícil tarefa de desdobrar-se entre duas atividades intensamente socializadoras. Nesse caso, a inserção no mundo do trabalho tanto pode ser um “recurso de subordinação” (FORACCHI, 1965, p. 47), como pode propiciar “consequências emancipadoras” (Ibid., p. 50). No primeiro caso, o trabalho representaria apenas o prolongamento da dependência em um outro nível. Porém, isso tem um agravante: a fragmentação da própria condição do estudante, que se encontra agora dividindo em tempos distintos e concorrentes de trabalho e de estudo. Para esse estu-

dante, o trabalho significa somente um novo setor de atividade, necessário, não podendo ser dispensado, mas que não lhe acrescenta qualquer dimensão inédita. Pelo contrário, chega a ser irritante pela falta de sentido, pela pobreza de contatos e pela rotina. (Ibid., p. 48). No segundo caso, seu sentido emancipador pode ser enunciado sobre aspectos como: quando o trabalho faz que o curso tenha importância acessória, razão pela qual Foracchi se refere a esse jovem como trabalhador-estudante, ou quando a experiência do trabalho propicia ao estudante-trabalhador elaborar seu projeto profissional ou projeto de carreira, como menciona. A necessidade de trabalho também se mostra positiva num outro plano: mediante um compromisso informal, mas tácito, o trabalho mantém os vínculos entre o estudante e a família, porém alterando a posição do jovem que se positiva como alguém que obtém os recursos necessários a sua autonomia, mesmo que parcialmente.

Nesse ponto importa reter que a análise pela autora das relações de manutenção revelou dois aspectos principais do ajustamento dos jovens ao adulto. Primeiramente, no plano das atitudes, foi destacada a valorização da inexperiência pela eficiência com que opera como fator de acomodação. Conforme Foracchi conduz sua análise, ela demonstra que o jovem, ao desenvolver essa atitude, se colocaria perante ao adulto como um ser em formação capaz de discernir as inconsistências do seu próprio comportamento. Ela enfatiza igualmente o caráter recíproco desse processo, uma vez que “a valorização da inexperiência só se objetiva quando confrontada com a experiência do adulto” (FORACCHI, 1965, p. 32). Depois, no plano do comportamento efetivo, a acomodação se constitui no sentido ambíguo de subordinação da vontade. Desse modo, estaria confirmada a contradição inerente à inexperiência que se valoriza e à vontade que se subordina, tal como se caracterizaria a condição social do jovem estu-

dante mantido pela família. Isso porque “as relações de manutenção pressupõem vínculos de retribuição que são a manifestação visível das formas de dependência que unem o estudante à família.” (Ibid., p. 36). Percebe-se que as relações de manutenção operam como dispositivo de ajustamento do jovem ao sistema a partir da família, e que nas relações de dependência esse ajustamento se processa a partir do jovem para com a família e sua situação de classe.

Por sua vez, “a dependência adquire sentido de relação social, na qual os laços de reciprocidade se transformam em compromisso de retribuição (FORACCHI, 1965, p. 86). A dependência do estudante em relação à família é descrita, então, como “*sistema de controle* criando, incessantemente, novos laços para prender o estudante à sua condição de manutenção” (Ibid., p. 36). É ainda descrita como “sistema de prestação de contas, que une o estudante à família, pelo ativo e pelo passivo.” (Ibid., p. 37). Tal seria o conteúdo das relações de dependência que procuraria incorporar nos jovens a ideologia da ascensão social típica da situação da classe média no sistema de classes. Aliás, a própria situação da classe média, diante da classe dominante, seria de subordinação e dependência, expressando-se nas representações ideológicas da mobilidade social ascendente.

Na abordagem sociológica desenvolvida por Foracchi, a dependência do estudante assume feições integrativas ao sistema global, que opera no nível das relações interpessoais e se traduz como um estilo de convivência peculiar do grupo no qual se manifesta. No contexto das relações familiares, os mecanismos que sustentam os vínculos de dependência são a

identificação e a compensação, como justificção ética da responsabilidade (FORACCHI, 1965, p. 45). Assim, as relações dos jovens com os adultos desenvolvem-se de acordo com um padrão de dependência, sendo fenômeno nitidamente social. Validamente, as pressões modeladoras do adulto ao longo dos processos de socialização visam a induzir “o jovem a formar-se de acordo com os padrões e a problemática incorporada pelo grupo com o qual o adulto se identifica.” (Ibid., p. 61). Por isso, a socialização representaria necessariamente uma dimensão antecipada do comportamento orientado pela aspiração de mobilidade social. Pode-se deduzir que as agências socializadoras pelas quais os jovens são inseridos na sociedade e por meio das quais a sociedade é inculcada nos jovens – família, instituições de ensino e o trabalho – providenciariam a incorporação de normas de comportamento, valores e disposições com os quais os adultos se encontram comprometidos e querem que a nova geração leve adiante. No caso das famílias de classe média, esse processo tem como objetivo criar condições favoráveis a sua própria ascensão social, expressão de sua dependência da classe dominante, a qual sonha integrar. As relações de dependência, que visam a comprometer os jovens com o projeto dos adultos, revelam-se como situação de existência social na qual vínculos firmados reproduzem, a seu modo, as tensões existentes no sistema.

Com efeito, as relações de dependência assumiriam expressões bastante diferenciadas entre si. Foracchi refere-se a essa pluralidade de compromissos de retribuição do jovem para com a família como compondo diferentes *estilos* de dependência⁷. Eles podem variar

7 Foracchi recorre à noção de estilo de pensamento de Mannheim para propor um estilo de dependência, afirmando que “há, então, um estilo de relações sociais, no qual está compreendido aquilo que poderíamos designar como estilo do grupo” (FORACCHI, 1965, p. 63). Ainda como argumenta a autora: “A noção de estilo é bastante adequada, pois, afirmamos, envolve tanto variações no modo dos indivíduos se relacionarem entre si, quanto os fatores sociais responsáveis por tais variações” (Ibid., p. 66).

tanto quanto forem as situações de classe do grupo familiar. Com isso se evidenciam diferentes estilos de dependência, os quais expressariam os diferentes momentos de afirmação da família na estratificação social. Isso se processa de tal modo que é “legítimo afirmar que os estilos de dependência constituem uma manifestação social das condições de manutenção, no nível das relações interpessoais, na medida em que estas são uma expressão da situação de classe no nível da situação familiar” (FORACCHI, 1965, p. 88).

É, portanto, entendida como crônica de avanços e recuos na escala social na história da família de classe média que Foracchi encontrou os elementos necessários para caracterizar a situação de classe da família do estudante. Por isso o ponto de partida de sua análise do comportamento do estudante universitário é a sua situação de classe tal como pôde ser percebida em diferentes momentos da história familiar. Alinhando tais situação na sequência em que se produzem, ela procedeu ao mapeamento da trajetória social percorrida pelas famílias. Em síntese, essa trajetória é iniciada por um “retorno às origens”, movimento que a família realiza sobre si mesma e que mostra as condições de isolamento e de arrojo com que foi conduzida a transformação da situação de origem. No momento seguinte, verifica-se uma ampliação dos contatos e desenvolvem-se as “condições objetivas” para o alcance de “novas dimensões sociais”. “À dimensão especial, originada pelo desejo de ‘melhorar de vida’ conjuga-se o deslocamento ocupacional, como demissão especificamente socioeconômica” (FORACCHI, 1965, p. 112). A classe passa, então, a ser vivenciada como algo distinto da situação familiar, embora com características ainda imprecisas para os agentes. O mecanismo social básico responsável por essa transição é a *ampliação de contatos*, apoiada na redefinição de papéis, o

que conduz à ampliação das atividades, permanecendo, não obstante, restrita à área de influência da família. Porém, é por meio desse mecanismo que se consuma uma modificação fundamental. A família passa a viver a situação de classe, já que, na ampliação de contatos, são criadas condições para a sua intensificação e diversificação, com vista à realização de um objetivo preciso: vincular-se pela situação de classe ao momento presente, elaborando e desenvolvendo as potencialidades nele contidas (Ibid., p. 112-113).

Há, no entanto, uma nítida contradição entre essas determinações do sistema e o conteúdo da atuação do jovem que se envolve em mobilizações estudantis, contradição que expressaria a própria distinção entre o jovem e o estudante.

O que estaria implícito nessa distinção? Que o estudante seja o jovem que se nega a si próprio, na medida em que age em contradição com todas as determinações sociais do seu comportamento. Mas, cumpre ainda indagar, que fatores explicam que ação do jovem se contrapusesse a ação do estudante quando, na realidade, ambos são um só? É precisamente esse ponto que procuraremos elucidar. A situação de classe, tal como repercute sobre a família, entra aqui como fator definitivo de cisão. Servindo-se do jovem como instrumento da sua vinculação à situação de classe, nele colocando a problemática crucial da continuidade da sua posição no sistema, a família cria as condições necessárias para que ele se transforme em estudante e, portanto, para que ele próprio se realize como jovem. Esta, a contradição fundamental que, refletindo sobre o comportamento do jovem, parece estar no próprio cerne das contradições inerentes à constituição da classe média (FORACCHI, 1965, p. 115).

A transformação do jovem em estudante é uma forma de vinculação da família ao sistema de classes, na qual é reconhecido o papel do jovem como agente da mobilidade social, ou, minimamente, da manutenção da posição da família de classe média na estratificação social. Inicialmente, do pon-

to de vista da transformação do jovem em estudante, isso significa que as alterações da unidade familiar adquiriram também um novo significado: a incorporação da dimensão educacional como um dos requisitos do processo de ascensão. Ao estabelecer o estudante como categoria social, a família tende a negar sua situação de origem e a si própria como família, já que o processo de transformação dos vínculos familiares é produzido por fatores extrafamiliares, ou seja, por condições que não são controladas pela família, delegando funções às instituições da educação formal e se submetendo às dinâmicas de reprodução do modo de produção vigente. Por isso, o sentido real da manutenção não poderia ser outro senão o de manter os vínculos de dependência, visto que a família tenta manipular o processo de transformação do jovem em estudante. Ao fazê-lo, a família acaba negando o conteúdo emancipador possibilitado pela mudança de situação do jovem. A transformação do jovem em estudante implica na transformação da família em classe, a qual só pode, por sua vez, tornar-se consciente de sua situação de classe por intermédio do estudante. Foracchi revela que o sentido oculto da manutenção do jovem como estudante é o de manter os vínculos de dependência no limiar da transformação da situação familiar em situação de classe. Todavia, no momento em que esse processo se consuma, o estudante deixa de estar vinculado à família, passando a negar-se como parte dela para integrar-se ao sistema como agente de classe. Percebe-se que na concretização da sua condição social específica de estudante universitário está inscrita a marca da camada que o produziu e a negação parcial do grupo que o constituiu (FORACCHI, 1965).

Como vimos nesta sessão, a constituição do estudante como categoria social envolve todo um conjunto de mecanismos

que visam a controlar o jovem para que cumpra o desígnio familiar de mobilidade ascendente na estrutura de classes. Isso corresponde ao reconhecimento do jovem como agente de transformação da família em situação de classe e elemento por meio do qual se realiza a continuidade ou alteração de sua posição no sistema de classes. Ao mesmo tempo, o jovem redefine sua situação de dependência no interior da família e procede a afirmação da classe como situação de existência. A partir dessa situação, o jovem tende a buscar canais eficientes de autonomia, o que surge como imperativo após a alteração da condição social do jovem em estudante.

A busca por autonomia: trabalho, projeto de carreira e profissionalização

O estudante universitário, que busca superar as relações de dependência com a família e constituir-se como unidade autônoma de manutenção, necessariamente terá de efetivar isso ao nível das conexões histórico-estruturais, ou seja, inserir-se nas relações sociais de produção. A investigação volta-se assim para as vinculações que se estabelecem, por intermédio do trabalho, entre o jovem e o sistema global. A análise sociológica do trabalho estudantil é realizada por Foracchi em dois níveis complementares: a) no nível da constituição do sistema global, quando enfatiza as condições e os efeitos da ação relevantes para a consolidação da ordem competitiva do sistema de classes e; b) no nível das situações interpessoais, ao interpretar os efeitos socializadores e as perspectivas de autonomia próprios aos papéis que o jovem estudante desempenha nos setores extrafamiliares.

A autora demonstra que, no caso dos estudantes que trabalham, eles se libertam das relações de dependência da família, em

diferentes níveis, e passam a experimentar uma emancipação parcial conquistada com o trabalho. Sua abordagem sociológica sobre a situação de trabalho procura, preliminarmente, destacar os elementos do processo de trabalho, ou seja, as condições objetivas em que a atividade se desenvolve e as características sociais do contingente humano que nela é mobilizado. Considera, ainda, os fatores sociais que definem não só a natureza do trabalho executado, mas também a forma de elaboração dos seus resultados, os mecanismos reguladores do consumo e da distribuição e também as perspectivas de autonomia e de dependência que constituem focos orientadores da ação dos jovens envolvidos nessa situação.

Inicialmente, ela constata que o trabalho representa para o jovem a possibilidade efetiva de manter-se como estudante porque lhe proporciona recursos materiais para assegurar sua reprodução pessoal e posição social. Contudo, também representa uma garantia para manutenção de estudante quando o trabalho é realizado de modo parcial, revestindo-se, por isso, de um conteúdo emancipador apenas provisório, já que é visto pelo jovem estudante como uma atividade transitória. “Se o trabalho como recurso social de emancipação só pode ser um trabalho parcial, é admissível concluirmos desde já que a emancipação assim obtida será, pelas mesmas razões, também parcial” (FORACCHI, 1965, p. 128). Com base nessas afirmações, Foracchi identifica uma primeira característica geral da situação de trabalho: “as potencialidades emancipadoras do trabalho dependem das condições sociais sob as quais o trabalho se desenvolve e que estariam, por sua vez, diretamente relacionados com a *natureza* do trabalho executado e com o *significado* que ele apresenta para o estudante” (Ibid., p. 128).

O trabalho do estudante interfere nas horas de estudo, reduzindo-as, e dificultando a realização da condição de estudante. Em contrapartida, ressalta a autora, “amplia experiências, ensaja novas relações e coloca o jovem em contato com setores sociais diversificados” (FORACCHI, 1965, p. 129). Ou seja, o trabalho interfere no aproveitamento do curso; contudo, produz efeitos formativos dos quais Foracchi extrai uma segunda característica geral da situação de trabalho: “o significado formativo do curso acentua-se em função das peculiaridades emancipadoras do trabalho” (Ibid., p. 129). Com efeito, conclui que “*o conteúdo emancipador do trabalho é parcial porque, nas condições dadas, as suas potencialidades emancipadoras também são relativas e reduzidas.*” (Ibid., p. 130, grifos no original).

Conforme evidencia, o estudante sente os efeitos emancipadores do trabalho na medida em que o percebe como fonte de recursos de ajustamento às novas situações. Com isso, ele demonstra não atribuir importância ao *seu* trabalho, ou seja, ao trabalho concreto que realiza, mas passa a valorizar o trabalho *em si* como meio de emancipação. “Isso faz com que se dilua, na situação de trabalho, o aspecto, porventura mais característico da atividade que está sendo desenvolvida e que é a qualificação potencial” (FORACCHI, 1965, p. 157). Com efeito, a ideologia do trabalho compartilhado pelo jovem tende a acentuar o conteúdo emancipador da situação do trabalho, conforme pode ser apreendido por suas consequências mais imediatas. A relativa autonomia na própria manutenção, a experiência e a ampliação de contatos são os efeitos sociais imediatos contidos nas representações construídas sobre o trabalho. Contudo, Foracchi alerta para o fato de que os efeitos socializadores do trabalho só apresentam uma implicação emancipadora quando suscitam a formação de novos vínculos. Esse seria, pois, o sentido paradoxal

da emancipação obtida com o trabalho: “a possibilidade de estabelecer ou de criar novos vínculos” (Ibid., p. 158). A autora então questiona qual seria o significado do processo de transformação do jovem em estudante, tal como foi evidenciado pela análise sociológica da situação de trabalho.

Em primeiro lugar, focalizando apenas as implicações socializadoras, esse processo acarreta na redefinição de papéis, na elaboração de novos estilos de vínculo não mais restritos às relações interpessoais, mas no nível da classe. Foracchi destaca, então, os efeitos positivos desse processo que, focalizado nas suas implicações socializadoras, não corresponderia a uma modalidade de opressão do adulto sobre o jovem. Entretanto, suas implicações negativas são as que mais se impõem à análise e as que mais reforçam a alienação do jovem estudante em face dos objetivos que lhe são socialmente oferecidos.

Em segundo lugar, os efeitos desse mesmo processo no plano da situação de trabalho são sociologicamente encarados como situações de convivência. A experiência que o jovem adquiriu com o trabalho proporciona-lhe nova percepção dos limites sociais da autonomia. Foracchi ressalta que, por tratar-se de um agente social específico, o jovem estudante universitário, a natureza e o significado social da atividade por ele desenvolvida são plasmados, de um lado, por sua condição de estudante e, de outro, pela situação de classe. Trata-se, como se observa, de um trabalho socialmente determinado que corresponde ao trabalho de classe média e, como tal, é fragmentado, parcial e subsidiário. Com efeito, “o jovem que se transforma em estudante através do trabalho, é o jovem de classe média empenhado, consciente ou inconscientemente, em objetivar o projeto de ascensão social de sua camada de origem” (Foracchi, 1965, p. 169).

Em terceiro lugar destaca-se que algumas manifestações do processo de trans-

formação do jovem em estudante foram focalizadas no plano da transformação e da consolidação da ordem social. Conforme nossa autora de referência, as determinações sociais de classe, que se encontravam apenas esboçadas nas dimensões socializadoras do processo de trabalho passam a ser plenamente demarcadas, tornaram-se nítidas quando investigadas no plano da expansão e da consolidação das relações sociais de produção vigentes. Chama-se a atenção para os requisitos da constituição do sistema global, para os recursos de afirmação social da classe média, para a ação que desenvolve com vistas à implantação da ordem social competitiva, para os efeitos e proporções da mobilidade ocupacional, segundo a qual se revelaria “a marca de uma camada em ascensão que procura expandir-se, consolidar-se e deter – não importando a que preço – o controle do processo de transformação social (FORACCHI, 1965, p. 169).

Para compreender o significado da ação estudantil, Foracchi interpretou as representações do jovem estudante, relativas à formulação de um projeto de carreira profissional. A resposta possível e a resposta adequada à sua indagação inicial (Por que o jovem estudante se engaja numa ação de conteúdo radical?) são obtidas no exame da sua própria condição social de estudante, isto é, nas fronteiras do seu vinculamento e envolvimento no sistema que o produz. Conforme suas palavras:

É enquanto *projeto de profissional*, é, enquanto categoria transitória, ciente da sua transitoriedade, convencida, por isso mesmo, que sua razão de ser é o seu projeto e que a *carreira é o seu projeto*, que o estudante pode desvendar, no ato de superação da sua própria condição restrita, os caminhos da emancipação, como meta e como destino. Por essa razão, importa investigar os fatores e as condições sociais presentes na elaboração do seu projeto de carreira e como através dele, o estudante atinge o limite da sua condição transitória. (FORACCHI, 1965, p. 172-173)

Sua análise volta-se para as condições sociais em que se desenvolve o projeto de carreira ou, em outras palavras, para as expectativas e exigências da situação que o jovem incorpora ou rejeita no seu projeto de atuação profissional. A autora identifica um conflito latente, atribuído ao caráter pessoal da escolha do jovem que se opôs às aspirações familiares e à interferência da família na escolha da profissão. Nesse contexto, as dimensões básicas da formação universitária expressam as formas possíveis de participação social que o curso proporciona ao jovem. Convergem, assim, ambas as dimensões para uma única situação concreta e insatisfatória que é o curso, enquanto limite do projeto de carreira. O curso passa a ser, então, “*o quadro de referência sobre o qual o estudante projeta os seus anseios de participação*. Representaria, assim, *o modo possível e efetivo de o estudante negar, dentro da especificidade da sua condição, a ordem social que o produz*” (FORACCHI, 1965, p. 190, grifos no original). Diante das limitações do curso para assegurar o alcance da carreira, ele passa a ser questionado em seus fundamentos. Desse modo, o estudante engaja-se na luta pela reforma universitária não por uma questão meramente pedagógica, mas por seus aspectos supostamente secundários que se sustentam num propósito amplo de transformação do jovem e do profissional. Em resumo: as reformas que os estudantes reputam indispensáveis não incidem única e diretamente sobre o curso. Conforme transparecem nas representações, elas são somente o quadro social de referência, a situação mediadora na qual as necessidades de formação intelectual e os requisitos da atuação profissional são projetados sem que possam ser atendidos. As deficiências atribuídas ao curso relacionam-se, por conseguinte, à limitação das modalidades existentes de participação na sociedade global e com o propósito de redefini-las. Revelam-se

assim as representações da carreira e do curso “como dois universos distintos e estanques”. “O profissional opõe-se então, ao estudante, conspurcando inclusive a pureza da formação profissional pelo tipo de prática que se vê obrigado a desenvolver” (Ibid., p. 191).

O padrão profissional vigente é analisado pelo estudante com base em sua experiência de trabalho ou como antecipação da atuação profissional. A formulação antecipada de concepções sobre a profissão, apoiada na experiência proporcionada pelo curso e os contrastes verificados entre este e o padrão profissional, colabora para que sejam elaborados projetos profissionais com base nas exigências imediatas da situação e a realidade concreta dos valores profissionais que, de certo modo, repudiam as aspirações contidas nas representações de carreira. No caso do estudante, parece haver como que um controle deliberado dos mecanismos perceptivos que postergaria o reconhecimento dos fatores subjacentes ao êxito profissional.

O aspecto decisivo é que as reivindicações de carreira levam o estudante a perceber, gradativamente, que as implicações sociais da sua ação são amplas, ou seja, que mais que o padrão vigente de carreira, o que ele realmente deseja transformar é a ordem que o produz. Contudo, é preciso saber por que e como o padrão de carreira se corrompe. Em primeiro lugar, as implicações monetárias do êxito não se apresentam como dados; muito pelo contrário, ele supõe conquistar, por intermédio da carreira, sucesso profissional acompanhado de êxito financeiro. Em segundo lugar, na antevisão do profissional, em razão de sua condição de estudante, ele comprova que o êxito na carreira deve ser precedido por êxito financeiro, e não vice-versa. Então, o que ressalta a análise não é tanto o momento da escolha da carreira, mas principalmente o fato de que ela não se processa, para o estudante, com seus reais pressupostos, os quais, só depois de qua-

se consumados os processos de aprendizagem surgiriam com toda a nitidez. Com efeito, contra tais pressupostos se insurgirá o estudante: contra os requisitos econômicos da carreira e as consequentes restrições a que se encontram submetidos aqueles que não podem incorporá-los e manipulá-los em seu próprio benefício. Veem-se, então, reduzidos a uma única possibilidade: a de voltarem à condição de assalariados, desmascarando, nesse retorno, o conteúdo dito emancipador da carreira profissional. O projeto de carreira constituído no âmbito das relações sociais propiciadas por sua condição de classe média repete, apenas, a ilusão emancipadora que já fora contrariada no trabalho. Percebe então o jovem, que o seu futuro é limitado pela própria situação de classe, enquanto manifestação de uma estrutura de classes.

Com efeito, se considerarmos que os estudantes, em razão de sua própria condição social, desenvolvem uma participação social comum, estabelecem contatos intensos e compartilham de uma mesma situação existencial, concluiremos que eles reúnem algumas condições objetivas para se perceberem como parte representativa de uma classe social. Na origem da consciência da situação encontra-se a luta ou a negação daquilo que representa o fundamento da situação de classe: a condição das bases econômicas que definem os canais do êxito profissional. Justamente esse fundamento lhe é negado no reconhecimento da classe, como categoria, e de si próprio, como elemento da classe. Definindo as aspirações da classe, o estudante deixa, também, de se identificar com elas, só reconhecendo o fundamento econômico da ascensão de classe no momento em que este se apresenta como limitação ao seu projeto de carreira. Ao desenvolvê-lo, ou seja, ao orientar sua ação em termos de luta pela carreira, o estudante apreende as limitações da classe a que pertence. Tendo isso em vista, Foracchi afirma que “*a forma de consciência possível para o estudante, enquanto categoria da classe média,*

se realiza através do seu projeto de carreira” (FORACCHI, 1965, p. 205, grifos no original). Em resumo: o estudante não aceita o padrão profissional vigente, que tem o sucesso econômico como condição prévia, e deseja modificá-lo, pois não conta com os requisitos materiais, considerados indispensáveis à realização de uma carreira profissional autônoma, ao contrário do que acontece com os estudantes das classes altas.

A autora reconhece, assim, dois momentos definidos na constituição do projeto de carreira. Numa primeira etapa, o objetivo, incorporado como projeto, consuma-se na transformação da pessoa, o que proporciona ao jovem um novo conhecimento de si e, em consequência, uma nova visão de mundo. A carreira a que o jovem se destinava é excluída de seu projeto pessoal por intermédio de uma opção que a nega, já que ela representa mais uma imposição exterior das circunstâncias do que um apelo interior inerente à própria personalidade do jovem. Negando seu percurso anterior por identificar nele a marca da imposição das circunstâncias, o estudante nega também as circunstâncias que o impuseram. Nega, sobretudo, sua vinculação à família e, ao mesmo tempo, a legitimidade do sistema que as impôs como aspirações. Num segundo momento, a opção feita pelo estudante não pressupõe somente a negação da carreira como tal, mas é estendida à realidade que o produz. Dessa forma, ele passa a negar a realidade dada e o modo de atuação profissional, criticado e negado pelo projeto. A realidade negada seria, portanto, o perfil da realidade global, visualizado pela atuação profissional. Nesse caso, o projeto de carreira formulado pelo estudante revestir-se-á de um sentido que transcende sua profissionalização e passa a ser percebido como o modo de transformar as exigências da situação.

O reconhecimento da magnitude da tarefa a que se propôs – modificar o atual estado de coisas – faz que o estudante reconheça

as precárias condições que tem para realizá-la apenas com seu esforço pessoal. Por isso é da maior importância o diálogo que se estabelece entre o estudante e o profissional. Nele ficam formulados os propósitos, e ao mesmo tempo se tornam mais objetivos e concretos os fatores, que interferem sobre a realização da carreira. Isso permite, por sua vez, imprimir ao projeto de carreira contornos mais objetivos e menos pessoais. Dito de outro modo, a distensão dos limites da ação sobre as condições da carreira esbarra na amplitude e na profundidade das pressões vinculadoras do sistema. Além disso, nesse diálogo, o estudante encontra com a dificuldade maior, expressa na constatação de que *“as possibilidades existentes de alterar o padrão profissional, em termos da ordem e do sistema, só poderão concretizar-se nos limites da sua própria condição de estudante e na atuação que, enquanto tal, for capaz de desenvolver”* (FORACCHI, 1965, p. 209, grifos no original).

Foracchi demonstra que as limitações ao projeto de carreira do jovem são, em última análise, os limites da situação de classe. Outrossim, é a partir da condição de estudante que o jovem de classe média percebe que o seu futuro profissional é instável e incerto. “Ser estudante é, sob esse aspecto, uma condição especial que pressupõe o preparo gradativo e dosado a uma atividade profissional futura, o que equivale a dizer, a um modo definido de participar da sociedade do seu tempo. É portanto, uma virtualidade, eminentemente voltada para o futuro” (Ibid., p. 211). Assim, o futuro revelado ao estudante universitário seria necessariamente o futuro possível no contexto da classe, e o pro-

jeito de carreira que delineou assume os contornos de projeto de ascensão de classe. O projeto de carreira passa a ser, então, o momento preliminar da práxis efetiva, que transforma o estudante em força do futuro, em agente dinamizador do projeto de classe. Conclui-se, a esse respeito, que os caminhos da profissionalização são percebidos como veios condutores ao êxito e ao prestígio social como parte integrante do projeto de classe, como meio de preservação de sua situação de classe intermediária na estratificação social, contendo assim todas as contradições, ambivalências e limitações da classe social de onde se origina o estudante universitário. Esse vínculo com as classes médias teria reflexos nas formas de ação do estudante, como as que nossa autora evidencia estarem presentes no movimento estudantil.

A práxis estudantil: os limites do radicalismo pequeno burguês

Como demonstrou Foracchi (1965), o estudante, ao elaborar seu projeto de carreira, depara-se com um padrão de atuação profissional que nem sempre é compatível com o que almeja ou com o que lhe é propiciado em termos de aprendizado. Isso, inicialmente, o leva a defender mudanças curriculares em seu curso. A crítica ao currículo converte-se em crítica à universidade e adesão à luta pela reforma universitária⁸. Ao adquirir consciência de que os obstáculos à realização de seu projeto profissional se devem ao “subdesenvolvimento”, o estudante já não se limita a reivindicar as “modifica-

8 A proposta de reforma universitária se integraria a um conjunto de reformas estruturais, “as reformas de base”, que setores populares demandavam, tais como a reformas agrária, urbana e tributária, que marcaram os primeiros anos da década de 1960 e foram bloqueadas com o golpe militar de 1964.

9 “O subdesenvolvimento, entendido em termos estruturais, não deixa larga margem à concretização de projetos de ascensão elaborados em escala social. O sistema social não dispõe de requisitos suficientemente flexíveis para absorver as reivindicações estudantis embora não possa ao mesmo tempo impedi-las de se manifestarem.” (Foracchi, 1982, p. 60)

ções de curso ou de currículo, mas já está em condições de radicalizar o seu engajamento, ou seja, de identificar-se com grupos que lutam pela transformação da sociedade” (FORACCHI, 1965, p. 218).

A análise alcança por essa via duas formulações: “as possibilidades de atuação só poderão concretizar-se nos limites da condição de estudante e a de que as proporções da ação, quando colocadas em termos de carreira, transcendem os limites socialmente definidos pela condição de estudante” (Ibid., p. 220). Na primeira, a autora procura enfatizar a existência de uma ação especificamente estudantil, de cunho reivindicativo, fundada nas aspirações por reformulação dos padrões da carreira e no projeto de carreira. Na segunda, indica que o jovem estudante, ao engajar-se no movimento estudantil, apreende as limitações sociais de sua condição de estudante enquanto categoria vinculada à classe média ascendente. Por essa via, ela direciona a investigação para a ação dos jovens nos marcos do movimento estudantil, analisando as condições sociais da participação do estudante, a luta pela reforma universitária e a práxis estudantil, que passa a ser caracterizada como a expressão do radicalismo pequeno burguês.

Retomando o ponto de partida da análise de Foracchi sobre o Movimento Estudantil encontramos a origem de classe do estudante. As condições sociais da participação do estudante no processo político brasileiro são interpretadas tendo como referência a “sua classe de origem que é, predominantemente, a pequena burguesia ascendente, denominadas por alguns autores de ‘nova classe média’” (FORACCHI, 1965, p. 221). A práxis estudantil desenvolver-

-se-ia nessa conjuntura política como expressão radical da práxis pequeno-burguesa. Seu projeto de transformação da sociedade, contido na luta pela Reforma Universitária, teria como limites os interesses defendidos pela pequena burguesia, o que leva a autora a deter-se nas características da atuação política dessa camada. Afastada da alternativa proletária e marginalizada no processo capitalista de produção, a classe média é a categoria intermediária que se comprime entre as contradições do sistema, não contando com um estilo de atuação que a singularize ou com uma filosofia prática que lhe descortine perspectivas imediatas de futuro¹⁰. Isso porque, ao constituir-se como classe emergente, a classe média estaria posicionada em relação às demais classes em uma posição de dependência.

Com efeito, a condição assalariada a vincula, positivamente, às camadas populares, fazendo-a, não raro, compartilhar das suas reivindicações nem que seja, exclusivamente nos moldes de um tímido ou subjetivo apoio. Por outro lado, essa mesma condição de assalariada a vincula em termo de dependência e subordinação à experiência acumulada e à visão histórica das camadas dominantes, incapacitando-a para efetiva tomada de posição que exija ruptura desses vínculos. O vínculo de dependência, inerente a sua condição assalariada, faz com que a pequena burguesia aja compelida pelo temor de perder a situação de dependência e os escassos benefícios que ela desfruta (FORACCHI, 1965, p. 222).

Isso denotaria a incapacidade do movimento estudantil, por seu vínculo de classe, de oferecer primeiramente uma saída revolucionária à situação nacional. A fragilidade ideológica e organizativa do movimento teria, assim, a marca da pequena burguesia, essa classe ambígua que não tem unidade

10 “O que os torna representantes da pequena-burguesia é o fato de que sua mentalidade não ultrapassa o limites que essa não ultrapassa na vida, de que são consequentemente impelidos, teoricamente, para os mesmos problemas e soluções para os quais o interesse material e a posição social impelem, na prática, a pequena –burguesia” (Marx, 1958, p. 43. *Apud.* Foracchi, 1965, p. 225)

política por ser produto da polarização das classes. Foracchi se interessa por compreender como essa ambiguidade de orientações se reflete no comportamento político do estudante e nas feições do movimento estudantil.

Importa-nos nesse aspecto apenas reter que a autora problematizou o significado da politização, visto a partir da perspectiva do jovem, que seria o de propiciar a formação de laços de solidariedade interna, fazendo que ele percebesse, com maior nitidez, as dimensões sociais da condição de jovem e de estudante. O que ressalta de sua análise é o fato de que “esse mundo novo, aberto às suas aspirações de jovem, essa inédita oportunidade de diálogo com iguais, corresponderia, em termos de conhecimento e de ação, à contrapartida radical da atuação da classe que só agora o jovem passa a perceber como possibilidade” (FORACCHI, 1965, p. 224). Como a autora destaca, o convívio no ambiente universitário é que propiciará ao jovem estudante a elaboração de uma nova representação de si e dos papéis que deve desempenhar. Ou seja, somente na condição de estudante ele é capaz de reconhecer, com maior êxito do que outros jovens, o sentido da vinculação de sua camada de origem às camadas dominantes e de percebê-la como obstáculo à concretização do seu projeto profissional.

Se o movimento estudantil adquirisse a conotação de enfrentamento radical ao sistema, ele se daria por intermédio e influência de uma vanguarda materializada nas organizações partidárias e correntes políticas atuantes no movimento estudantil, que cumpririam a função de politizar as lutas dos estudantes, promovendo a vinculação da luta estritamente estudantil a uma crítica do sistema de classes. Contudo, isso só se efetivaria com o estabelecimento de uma aliança popular a ser formada pelo alinhamento das lutas estudantis às acusadas pautas das classes subalternas e

exploradas nas relações sociais de produção, notadamente da operária e camponesa. Portanto, a atuação radical só seria virtualmente revolucionária na medida em que os estudantes negassem seus vínculos com a classe média e aderissem ao projeto do proletariado urbano e dos trabalhadores rurais.

Diante desses aspectos a autora salienta que é imperativo reter que o movimento estudantil deve ser considerado dentro dos limites da condição de estudante, que, como vimos, é transitória e parcial. Assim, sua potencialidade revolucionária estaria limitada pelas próprias características sociais da condição de estudante universitário. Isso quer dizer que o mesmo processo social que preside a constituição do estudante atuaria como força limitadora da práxis estudantil.

Ao lado do processo de constituição do estudante como categoria social, engendra-se um estilo de práxis política que desvenda, ao mesmo tempo, a peculiaridade da sua própria condição e aspectos da situação global que a constitui. Transformando-se em estudante, o jovem é levado a agir e, agindo, torna-se capaz de compreender e criar disposições positivas para modificar as condições que o transformam em estudante, impedindo-o porém de sê-lo com autonomia: as condições inseridas na problemática da sua classe de origem. Em outras palavras, isso quer dizer que as mesmas condições sociais que presidiram o processo de constituição do estudante e que estavam, portanto, integradas ao projeto familiar de ascensão e de transformação da ordem social exercem uma influência limitadora sobre a ação do estudante como tal. [...] Ou seja, ser estudante equivale a viver, nos limites de uma condição social particular, a ambiguidade da situação de classe (FORACCHI, 1965, p. 241).

Torna-se evidente que em suas considerações a ação pequeno-burguesa traduz uma modalidade de consciência da situação delimitada pelas características sociais da sua própria situação de classe. É por conta dessa ambiguidade (a situação vacilante entre a adesão a um projeto de desenvolvimento nacional que altere as relações vigentes entre as clas-

ses sociais e a preservação de seus privilégios como classe intermediária e dependente da classe capitalista) que o movimento estudantil teria limitações para contrapor-se à ordem social. Com efeito, segundo Foracchi, a ação do estudante só adquire amplitude societária “sob condição de estar conjugada com a ação das demais forças sociais de renovação, que se manifestam na sociedade brasileira” (FORACCHI, 1965, p. 249). Somente na medida em que a ação do estudante estiver identificada com um processo de ampla luta social por transformações e em aliança com outros setores populares é que ela poderá se revestir de alguma conotação “revolucionária”.

O movimento estudantil, expressão radical da ambígua polarização ideológica da pequena-burguesia, é percebido por Foracchi como um setor propício a compor o movimento de massas urbanas que estariam interessadas na transformação do *status quo*. Com efeito, ela identifica, de um lado, a radicalização como componente necessário do comportamento do jovem na sociedade capitalista, e de outro a própria situação social da pequena-burguesia que estaria envolvida na luta pela transformação da ordem vigente. Ela descortina, assim, o significado social da ação radical tal como se desenvolvia na sociedade de sua época. Como conclusão da análise da práxis estudantil, Foracchi (1965) destaca a ambiguidade da pequena burguesia tal como entrevista na análise do movimento estudantil. Ela apresentaria, portanto, algumas características singulares, a saber:

a) negação da classe como condição determinante da ação; b) afirmação da prioridade necessária da consciência sobre a ação; c) a preocupação de lastrear a ação em reivindicações específicas e parciais. Essa esquematização sumária nos possibilita reconhecer, em linhas gerais, alguns limites socialmente interpostos à práxis pequeno-burguesa: 1) o confinamento estrutural lhe permitiria atingir, apenas de modo indireto, a sociedade como um todo; 2) a ambígua polarização ideológica e

o sentido paradoxal de seu engajamento equivaleriam a manifestações sócias da impossibilidade estrutural de reconhecer-se e de agir política e unitariamente como classe; 3) a delimitação do alcance social da ação se expressaria através da atomização desse estilo de práxis em categorias socialmente transitórias, como o estudante, por exemplo (FORACCHI, 1965, p. 291).

Podemos, assim, concluir que a pequena burguesia, dadas as condições do seu isolamento estrutural e dado o teor das suas relações de dependência com as camadas dominantes, não pode formular qualquer reivindicação global que lhe seja própria enquanto classe. “Há um processo de *reificação* das forças de renovação que fragmenta a capacidade reivindicativa em setores sociais específicos, criando obstáculos para a incorporação de uma reivindicação unitária e para a elaboração de um estilo correspondente de luta política” (Ibid., p. 294).

Como se observa, a autora situa sua análise no contexto político e social de sua época para poder identificar os limites e os alcances do movimento estudantil universitário. Sendo um tipo de ação específica, sua ação emergiria a partir de condições determinadas pela estrutura social. A abordagem difere de posições voluntaristas que não percebiam a ação dos estudantes a partir de seus vínculos de classe. É justamente essa vinculação que caracterizaria o movimento estudantil. Com isso ela pode concluir que, por seus vínculos com a perspectiva de classe média, o radicalismo estudantil não teria feição revolucionária. Com efeito, a particularidade desse radicalismo não estaria na superação revolucionária dos antagonismos de classe que impedem o desenvolvimento das forças produtivas nacionais, mas apenas na tentativa de superar os obstáculos aos projetos de mobilidade social das classes médias. O que leva Foracchi a identificar que a função transformadora das camadas médias, manifesta pelo setor radicalizado da pequena

burguesia, não comprometeria o *status quo* vigente. Ou seja, no movimento estudantil universitário se evidenciarão as características mais nítidas do radicalismo pequeno burguês, tal como este poderia ser apreendido na constituição do estudante como categoria social.

A análise da condição social do estudante e do movimento estudantil universitário, presente na tese de Foracchi, refere-se à conjuntura dos anos iniciais de 1960 e observa a atuação estudantil no período do governo João Goulart. Esse quadro de referência sofrerá profunda alteração com o golpe militar em 1964, reposicionando o papel do movimento estudantil, sua força e suas formas de ação. Isso foi marcado pela mudança de *status* do movimento estudantil – de força impulsionadora das reformas de base no governo de João Goulart em uma das principais forças de oposição ao regime militar. Com efeito, essa mudança redefiniria o âmbito de atuação e os quadros de referência do movimento estudantil, conferindo um caráter menos abstrato ao seu radicalismo e projetando novas formas de engajamento na luta política, comprometendo a luta daquela geração para com a restauração da democracia no Brasil. Isso levou Foracchi a recolocar em novos quadros teóricos a análise do movimento estudantil nos textos de 1968 e de 1972. Entre as inovações interpretativas posteriores, Foracchi especificaria a distinção entre os movimentos estudantil e juvenil.

O movimento *hippy*, na sua impotência e na sua limitação é, por excelência, o movimento de juventude que leva às últimas consequências as virtualidades sociais e intelectuais da condição de jovem. O movimento estudantil, na sua virulência revolucionária ou reformista, na proporção em que refina a sua prática contestadora, balizando-a, sempre, por considerações táticas ou estratégicas, negocia conciliações e compromissos, aceita os termos da luta, propondo-se alvos políticos, sendo político e fazendo política, entrando, em última análise, no jogo dos adultos, acatando um estilo de contestação adulta” (FORACCHI, 1972, p. 93).

O movimento estudantil é interpretado pela autora por um prisma diverso daquele com que analisa o movimento de juventude. Acentua-se, como característica dele, a identificação política com correntes radicais de esquerda, o qual retira conteúdos “revolucionários” às suas reivindicações e se avalia, com pessimismo, a consistência das suas posições políticas (Ibid., p. 109). Contudo, como a própria autora esclarece, “não se trata de questionar a vinculação pequeno-burguesa ou diluir a sua importância explicativa, pois ela é um dado que remonta à origem social do estudante. Trata-se na verdade de assumi-la teoricamente, reequacionando o seu sentido analítico” (Id., 1968, p. 67).

Considerações finais

A obra de Foracchi insere-se no pensamento social brasileiro marcando o momento de formação da Sociologia da Juventude. Em seus trabalhos se encontra uma concepção dialética sobre a juventude. Essa é percebida simultaneamente como uma fase de vida, uma força de renovação social e um determinado estilo de existência. O jovem adquire feições concretas como ser socialmente dependente em busca de recursos que lhe permitam efetivar a conquista da autonomia. Vive sua condição juvenil a partir de certa posição na estrutura social que é propiciada por sua classe de origem de tal modo que o conhecimento da juventude pressupõe o reconhecimento de sua situação de classe. Sua compreensão da condição juvenil enfatiza a posição subalterna do jovem diante do adulto e da ambivalência que marca esse processo de transição. Ao longo dessa transição se efetuam os processos de socialização nos quais se evidencia a construção social do jovem como categoria sociológica. Com isso, demonstra que a juventude, os jovens, os estudantes e o movimento estudantil constituem categorias sociológicas específicas que trazem as contradições das relações sociais que os consti-

tuem. Com efeito, sua obra oferece a possibilidade para diferenciarmos as situações juvenis e reconhecermos a existência de múltiplas juventudes por conta das condições de classe e dos processos de socialização experimentados pelos jovens.

No caso do seu estudo clássico, a categoria singular foi o jovem estudante universitário. Por força das contradições de sua vinculação ao modo de produção capitalista ele se constitui sujeito histórico por meio do movimento estudantil. Compreende-se esse movimento como essencialmente político, que daria expressão a um radicalismo pequeno burguês devido à origem de classe do estudante universitário. Deste debate é mister reter que, por intermédio do movimento estudantil, os jovens passaram a figurar como agentes na luta política nacional e incidir na definição da agenda do Estado. En-

tretanto, como movimento social de massas, ele se revela inconstante, registrando períodos de ascensão e de refluxos de mobilização, assim como assume formas e conteúdos diferenciados conforme a conjuntura política. Levando isso em consideração é possível compreender as mudanças pelas quais passou o movimento estudantil brasileiro e o movimento juvenil em sua apreensão mais ampla.

Retomar os temas estudados por Marialice Foracchi, atualizando-os à luz das contradições atuais da sociedade brasileira ou, ainda, valer-se de seu legado teórico para pensar as condições sociais de jovens e suas formas de ação em outros contextos são exercícios igualmente desafiadores. Poderão ser realizados por quem aceitar o desafio de retomar essa vertente crítica no desenvolvimento da Sociologia da Juventude no Brasil.

Referências

- ABRAMO, H. W. Considerações sobre a tematização da juventude no Brasil. *Revista Brasileira de Educação*, São Paulo, n. 5; n. 6, p. 25-36, 1997.
- AUGUSTO, M. H. O. Retomada de um legado: Marialice Foracchi e a sociologia da juventude. *Tempo Social*, São Paulo, v. 17, n. 2, p. 11-33, nov. 2005.
- BRITTO, S. (Org.). *Sociologia da juventude*. 4. vol. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.
- CARDOSO, R. C. L.; SAMPAIO, H. M. S. (Org.). *Bibliografia sobre juventude*. São Paulo: Edusp, 1995.
- EISENSTADT, S. N. *De geração a geração*. São Paulo: Perspectiva, 1976.
- FERNANDES, F. Sociologia da educação como “sociologia especial”. In: FORACCHI, M. M.; PEREIRA, L. *Educação e sociedade: leituras de Sociologia da Educação*. São Paulo: Companhia das Letras, 1971.
- FLITNER, A. Os problemas sociológicos nas primeiras pesquisas sobre a juventude. In: BRITTO, S. (Org.). *Sociologia da juventude I: da Europa de Marx à América Latina de hoje*. Rio de Janeiro: Zahar, 1968. P. 37 – 68.
- FORACCHI, M. M. Educação e planejamento: aspectos da contribuição de Karl Mannheim para a análise sociológica da educação. *Sociologia Boletim (FFLCH/USP)*, v. 7, n. 252, 1960.
- _____. *O estudante na transformação da sociedade brasileira*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1965.
- _____. Juventude e realidade nacional. *Revista Civilização Brasileira*, Rio de Janeiro, ano I, v. 5; v. 6, p. 9-18, mar. 1966.

- _____. Aspectos da vida universitária na sociedade brasileira. *Revista Civilização Brasileira*, Rio de Janeiro, ano IV, v. 21; v. 22, p. 65-78, set./dez. 1968.
- _____. *A juventude e a sociedade moderna*. São Paulo: Pioneira, 1972.
- _____. *A participação social dos excluídos*. São Paulo: Hucitec, 1982.
- FORACCHI, M. M.; MARTINS, J. S. *Sociologia e sociedade: leituras de introdução à Sociologia*. Rio de Janeiro: LTC, 2004 [Original publicado em 1977].
- FORACCHI, M. M.; PEREIRA, L. *Educação e sociedade: leituras de Sociologia da Educação*. São Paulo: Companhia das Letras, 1971.
- IANNI, O. O jovem radical. In: BRITTO, S. (Org.). *Sociologia da juventude I: da Europa de Marx à América Latina de hoje*. Rio de Janeiro: Zahar, 1968. p. 225-242.
- MANNHEIM, K. O problema da juventude na sociedade moderna. In: BRITTO, S. *Sociologia da juventude I: da Europa de Marx à América Latina de hoje*. Rio de Janeiro: Zahar, 1968. p. 69-94.
- _____. O problema sociológico das gerações. In: FORACCHI, M. A. (Org.). *Mannheim, grandes cientistas sociais*. n. 25. São Paulo: Ática, 1982. p. 67-95.
- MARTINS, J. S. Apresentação. In: FORACCHI, M. M. *A participação social dos excluídos*. São Paulo: Hucitec, 1982.
- MARTINS, T. G. *Movimento estudantil, classe média e radicalismo na obra de Marialice Menzarine Foracchi (1929-1972)*. Trabalho apresentando no CONGRESSO INTERNACIONAL DA ALAS, 6 a 11 de setembro de 2011, Recife, mimeo, 27p.
- MILLS, W. *A nova classe média*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.
- PARSONS, T. A classe como sistema social. In: BRITTO, S. *Sociologia da juventude III: a vida coletiva e juvenil*. Rio de Janeiro: Zahar, 1968. p. 47-76.
- POERNER, A. J. *O poder jovem: história da participação política dos estudantes brasileiros*. São Paulo: CMJ, 1995.
- SILVA, A. P. A sociologia brasileira e os primeiros estudos sobre a juventude e o universo estudantil. *Revista Caos*, João Pessoa, n. 16, set. 2010. Disponível em: <www.cchla.ufpb.br/caos/n16/artigo-6-fabiano.doc>. Acesso em: 13 maio 2014.
- SOARES G. D. Ideologia e participação política estudantil. In: BRITTO, S. (Org.). *Sociologia da juventude I: da Europa de Marx à América Latina de hoje*. Rio de Janeiro: Zahar, 1968. p. 243-266.
- STOETZEL, J. Os jovens na sociedade japonesa: uma identificação demográfica. In: BRITTO, S. (Org.). *Sociologia da juventude I: da Europa de Marx à América Latina de hoje*. Rio de Janeiro: Zahar, 1968. p. 119-132.
- TAVARES, M. R. *Juventude ou classe social? Debate teórico acerca do movimento estudantil*. 2008. 62 f. Monografia (Graduação em Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008.
- WHYTE, W. F. *Sociedade de esquina*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

Resumo

Marialice Foracchi e a formação da Sociologia da Juventude no Brasil

Neste ensaio se interpretam as principais contribuições teóricas legadas por Marialice Foracchi à Sociologia da Juventude. Inicialmente aborda a origem desse campo disciplinar e os autores que a influenciaram. Segue apresentando o conjunto de sua obra e debatendo sua perspectiva interpretativa. Aborda o processo social de transformação do jovem em estudante, destacando os vínculos de manutenção e os estilos de dependência atribuídos à situação de classe. Retoma sua análise do processo de transição da dependência à autonomia por meio da inserção no trabalho, da profissionalização e dos projetos de carreira. Discute o movimento estudantil, por meio do qual os jovens se constituem como sujeitos históricos, apontando os limites do radicalismo de pequeno burguês que o caracteriza. Conclui que a obra dessa autora possibilita diferenciar as situações juvenis por conta das situações de classe e dos processos de socialização.

Palavras-Chave: Marialice Foracchi; Sociologia da Juventude; Situação de Classe; Profissionalização; Movimento Estudantil.

Abstract

Marialice Foracchi and the formation of the Sociology of Youth in Brazil

This essay discusses the main theoretical contributions bequeathed by Marialice Foracchi to the Sociology of Youth. It deals initially with the origins of such disciplinary field and the authors who influenced it. In continuation, it provides a presentation of Foracchi's work and discusses her interpretative perspective. In so doing, the paper approaches the process of social transformation of a young person into a student, highlighting the ties of maintenance and the dependency styles attributed to its class situation, and resumes her analysis of the process of transition from the situation of dependence to that of autonomy through the youth's insertion into the labor market, its professionalization and career projects. Furthermore, the essay discusses the student movement, whereby the youths become historical subjects, pointing to the limits of the petit bourgeois radicalism that characterizes it. In its conclusions, the essay points out that Foracchi's work offers the possibility of differentiating juvenile situations based on class situation and socialization processes.

Keywords: Marialice Foracchi; Sociology of Youth; Class Situation; Professionalization; Student Movement.

Résumé

Marialice Foracchi et la formation de la sociologie de la jeunesse au Brésil

Cet article interprète les principales contributions théoriques léguées par Marialice Foracchi à la Sociologie de la Jeunesse. L'auteur aborde initialement l'origine de ce domaine disciplinaire et les auteurs qui l'ont influencé. Il présente, ensuite, l'ensemble de son travail et débat sa perspective interprétative. Il aborde le processus de transformation sociale du jeune en étudiant, en soulignant les liens de transition de dépendance attribués à la situation de classe. Il reprend son analyse du processus de transition de la dépendance à l'autonomie par l'insertion, dans son travail, de la formation professionnelle et de la carrière. Il analyse le mouvement étudiant, par lequel les jeunes se constituent en sujets historiques, soulignant les limites du radicalisme petit-bourgeois qui le caractérise. Il conclut que le travail de Marialice Foracchi offre la possibilité de différencier les situations juvéniles en raison des situations de classe et des processus de socialisation.

Mots-clés: Marialice Foracchi; Sociologie de la jeunesse; situation de classe; formation professionnelle; mouvement étudiant.